

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**MATERNAR NA ACADEMIA: Uma Etnografia Interseccional sobre mulheres-mães
nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD**

**DOURADOS, MS
2024**

MATERNAR NA ACADEMIA: Uma Etnográfica Interseccional sobre mulheres-mães nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos finais para obtenção do título de Mestre em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Cristina Ferreira Carvalho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586m Silva, Renata Figueiredo
MATERNAR NA ACADEMIA: Uma Etnográfica Interseccional sobre mulheres-mães nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD [recurso eletrônico] / Renata Figueiredo Silva. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Cláudia Cristina Ferreira Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Cuidado. 2. Maternidade. 3. Universidade. 4. Política Educacional. I. Carvalho, Cláudia Cristina Ferreira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu filho, Yukine Tada;
Você é minha força para continuar.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento será para o fim, porque eu finalmente terminei essa dissertação. Amei você meu tema precioso, amei escrever-te e estar com você por este tempo, mas como um filho eu não gostei de você em alguns momentos, fico imensamente grata que você nasceu, cresceu e chegou ao fim. Agora espero que você voe pelo Mato Grosso do Sul e pela região do Centro-Oeste.

Quero agradecer também a minha ansiedade e a minha depressão, irmãs que caminham comigo desde nova e que me fizeram perder alguns fios de cabelo durante a escrita e o prazo final. Como também me derrubaram na cama por algumas diversas vezes me impedindo de continuar, mas nada que eu não esperava de vocês duas. A mim, por suportar tudo isso.

Quero agradecer ao meu filho, que amo, não tenho muito a falar sobre ele, além de agradecer imensamente por me tornar sua mãe e dar-me a oportunidade de compreender a maternidade para além do que eu acreditava ser.

Agradecer o *jii-san* Luiz e a *baa-chan* Linda por apoiarem minha progressão de estudos, deixar-nos morar sobre o teto deles apesar das diferenças para podermos nos erguer para o futuro. Levarei todos os ensinamentos que vocês me deram e ser grata por terem me dado essa oportunidade de continuar estudando.

A minha orientadora, você é uma brisa que facilmente pode virar um furacão, obrigada por estar comigo desde a graduação, puxar minha orelha, incentivar e conversar comigo sempre que é preciso e por não me deixar jogar tudo para o alto.

A Kamilla Golin por me ajudar e auxiliar na primeira escrita do projeto para o mestrado. A Vanessa Suany, uma amiga e antropóloga que espero levar para a vida, ou pelo menos para grande parte dela. A Maria Vitória S. Nunes, a Diovana C. M. Radin e a Ingrid Eduarda de M. Rodrigues, obrigada por me aturarem durante dois meses sobre as transcrições e por me ajudarem com isso, vocês são incríveis. A Jaqueline O. Bortolon minha amiga que sempre que eu queria gritar, me permitia e quando eu precisava sempre auxiliava;

A Tamilly, Victoria, Juliana, Daniel, Raissa, Carolina, Hemilly, Keila, Thayssa, Ana Claudia, Julia (minha psicóloga), Maira, Grazi, Aline, Andressa, Fernanda, Giovana, Tania, Jenny, Princila, Misael, Lis, Débora, Kimberly, Leticia, Lis Coelho, Soneia, Laura, Maria Carol, Graciéle, Aridiane, as meninas do Coletivo Materno da UFGD-UEMS, do Coletivo Nacional de Mães na Universidade e do GT Política de Permanência Materna, por me

escutarem reclamar da vida, do mestrado e da dissertação, assim como me guiaram a crescer mental, espiritualmente e/ou sentimentalmente. Obrigada.

Por último, quero agradecer imensamente as 26 mães voluntárias que responderam ao questionário inicial e as 9 mães-mulheres interlocutoras que estão e são a dissertação. Vocês são maravilhosas, obrigada por tudo, espero que o futuro de vocês seja o mais abençoado possível.

EPÍGRAFE

A ESCOLHIDA

vocês ficam de costas até quando digo seus
nomes,
EU PRECISO DE AJUDA!
mas do que adianta chamar?
a escolha é sua!
não foi minha.

A escolha de não ter ajuda, não foi minha,
a rede de apoio ser fraca, não foi minha
não ter família, não foi minha
sem ajuda, não foi minha

quem pariu mateus que balance,
eu balanço,
mas só quero mateus,
não quero colchões, pisos, paredes, lençóis,
muito menos panelas, comidas, contas,
livre-me de outras preocupações
para meus braços aguentarem o balanço.

não me venha com essa de que além de parir e
balançar,
eu também preciso cuidar de tudo da casa.
AINDA ESTOU SANGRANDO!
e vocês de costas sem entender por que meu
corpo dói,
porque minha cabeça sofre,

A grande responsabilidade de uma mulher,
não fui eu quem escolhi ter!

Autoral: Renata Figueiredo Silva

RESUMO

O presente estudo é centrado na compreensão das experiências do maternar no contexto da Universidade Federal de Grande Dourados/UFGD, com especial olhar para três Faculdades em seus respectivos cursos: Pedagogia (FAED), Engenharia de Alimentos (FAEN) e Educação do Campo (FAIND). Trata-se de uma pesquisa qualitativa numa perspectiva de feição sócio antropológico, calçada na descrição densa (Geertz, 1989; 2001), cujo, objetivo principal é analisar como as mulheres com crianças de 4 meses a 12 anos (negras, indígenas, brancas), em suas diferentes geografias, constroem suas experiências e trajetórias acadêmicas na UFGD, suas dificuldades e resistências. Além disso, a partir de suas experiências entrever com qual e como tem sido o papel paterno no contexto da permanência universitária para que exerça a maternidade. Neste sentido, também se busca verificar se há, no âmbito institucional, ações afirmativas ou políticas permanentes de educação superior para as acadêmicas-mães da graduação. Para tanto, busca-se a triangulação de procedimentos de campus que possam subsidiar a compreensão e interpretação dos fenômenos estudados, tais como: entrevistas, dinâmicas de grupos focais - interações com mulheres-mães e instituição e análise de documentação. Nossa hipótese inicial é a de que as estruturas patriarcais dentro e fora da universidade afetam particularmente a progressão, o desenvolvimento e a permanência acadêmica das mulheres com filha/o(s). No arcabouço teórico dos estudos feministas crítica pós-colonial tecido nas abordagens interseccionais de classe, etnicidade-raça, sexualidade, geracional, gênero. Os resultados sugerem que há uma necessidade urgente de discutir a maternidade como um dos indicadores da evasão universitária e, portanto, há necessidade de ações institucionais nesse sentido.

Palavras Chaves: Cuidado; Maternidade; Universidade;

ABSTRACT

The present study is focused on understanding the experiences of motherhood in the context of the Federal University of Grande Dourados/UFGD, with a special look at three Faculties in their respective courses: Pedagogy (FAED), Food Engineering (FAEN) and Rural Education (FAIND). This is qualitative research from a socio-anthropological perspective, based on dense description (Geertz, 1989; 2001), whose main objective is to analyze how women with children aged 4 months to 12 years (black, indigenous, white), in their different geographies, build their experiences and academic trajectories at UFGD, their difficulties and resistance. Furthermore, based on their experiences, they will be able to see what and how the paternal role has been in the context of the university stay for which the maternal role has been exercised. In this sense, we also seek to verify whether there are, at the institutional level, affirmative actions or permanent higher education policies for undergraduate academic mothers. To this end, we seek to triangulate campus procedures that can support the understanding and interpretation of the phenomena studied, such as: interviews, focus group dynamics - interactions with women-mothers and the institution and analysis of documentation. Our initial hypothesis is that patriarchal structures inside and outside the university particularly affect the progression, development and academic retention of women with daughter(s). In the theoretical framework of feminist studies, postcolonial criticism is woven into the intersectional approaches of class, ethnicity-race, sexuality, generational, gender. The results suggest that there is an urgent need to discuss motherhood as one of the indicators of university dropout and, therefore, there is a need for institutional actions in this regard.

Keywords: Care; Maternity; University;

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 1: Interseccionalidade e Maternidade	41
Figura 1: Localização de Dourados	58
Foto 1: Faculdade de Educação - UFGD	68
Foto 2: Faculdade Intercultural Indígena – UFGD	70
Foto 3: Faculdade de Engenharia – UFGD	72
Figura 2: Campus da Universidade Federal da Grande Dourados - Unidade 2	74
Imagem 2: Gráfico Geral - Questionários	89
Imagem 3: Gráfico Geral - Ano de entrada	90
Imagem 4: Gráfico Geral - Étnico-racial	91
Imagem 5: Gráfico Geral - Quantidade de crias	93
Figura 3: Tabela Comparativa	94
Imagem 6: Gráfico Geral – Perfil	97
Imagem 7: Gráfico das Seleccionadas - Idade e quantidade das crias	101
Imagem 8: Gráfico das Seleccionadas - Semestre dos Cursos	102
Figura 4: Nuvem de palavras - Ser mulher é...	104
Figura 5: Nuvem de palavras - Ser mãe é...	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estado da Arte, 2022 - página 56.

SIGLAS

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
FAED - Faculdade de Educação
FAEN - Faculdade de Engenharia
FAIND - Faculdade de Intercultural Indígena
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
CEI - Centro de Educação Infantil
MAS - Maria Alice Silvestre
CC - Centro de Convivência
R.U - Restaurante Universitário
IES - Instituição do Ensino Superior
OIT - Organização Internacional do Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
CF - Constituição Federal
ARPEN - Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ETEC - Escola Técnica Estadual
TEA - Transtorno do Espectro Autista
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PROLICEN - Programa de Projetos de Pesquisa na Licenciatura
TG1 - Trabalho de Graduação 1
TG2 - Trabalho de Graduação 2
CoMaeU - Coletivo de Mães na Universidade
UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
H.U - Hospital Universitário
OMS - Organização Mundial da Saúde
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
PROAE - Pró - reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
COIN - Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
CAAC - Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
SIGEPAE - Sistema de Gerenciamento de Programas de Assistência Estudantil
LOA - Lei Orçamentária Anual
PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil
MEC - Ministério de Educação
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
SIS - Síntese de Indicadores Sociais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS INICIAIS DAS VIVÊNCIAS MATERNAS NA UNIVERSIDADE	19
1.1 UMA JUSTIFICATIVA PARA PESQUISAR O TRABALHO DO CUIDADO NA ACADEMIA	19
1.2 VIVENCIANDO O (MEU) MOMENTO ETNOGRÁFICO: EXPECTATIVAS MATERNAS	28
1.3 ESCREVIVÊNCIAS MATERNAS: FAMÍLIA	29
1.4 MEMÓRIAS A PARTIR DA VIVÊNCIA: PARENTALIDADE	31
1.5 A MATERNIDADE: MEU FILHO	34
1.6 A UNIVERSIDADE E EU: UM ELO	36
1.7 VIVENCIANDO MINHA MATERNIDADE, A PESQUISA E A ESCRITA	36
CAPÍTULO 2 – MATERNIDADE INTERSECCIONAL: UMALENTE TEÓRICA ANALÍTICA DO ESTUDO	38
2.1 REFERÊNCIAS TEÓRICAS FEMINISTAS DECOLONIAIS E PÓS-COLONIAIS	43
2.2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS ENTRE MATERNIDADE E UNIVERSIDADE	49
CAPÍTULO 3 – ETNOGRAFIA MATERNA: A UNIVERSIDADE DA GRANDE DOURADOS	55
3.1 LÓCUS DE PESQUISA: A CIDADE DE DOURADOS NO MATO GROSSO DO SUL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	57
3.2 DIÁRIO DE CAMPO: AS MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	62
3.3 DESCRIÇÃO DOS LÓCUS DE PESQUISA	66
3.4 FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAED) – PEDAGOGIA	67
3.5 FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA (FAIND) – EDUCAÇÃO DO CAMPO	69
3.6 FACULDADE DE ENGENHARIA (FAEN) — ENGENHARIA DE ALIMENTOS	71
3.7 OUTROS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS	73
3.8 TRAJETÓRIAS QUE CRUZAM MINHA DISSERTAÇÃO	78
CAPÍTULO 4 – “ESTAMOS AQUI TODO SANTO DIA”: DADOS EMPÍRICOS, RELATOS MATERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	81
4.1 O LUGAR DAS MÃES-ACADÊMICAS NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA	81
4.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	83
4.3 ANÁLISE GERAL DOS QUESTIONÁRIOS	88
4.4 RELATOS ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS INTERLOCUTORAS	96
4.5 LAÇOS MATERNOS	101
4.6 – ENSAIO COM AS MÃES DA UFGD	103
4.7 RELATOS DE PERMANÊNCIA	111
4.8 POLÍTICAS PÚBLICAS MATERNAS: GUIAS DE CONCLUSÕES	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

Minha imersão de quatro anos como graduanda na universidade, contribuiu para compreendê-la como um espaço intrinsecamente sociocultural, especialmente nos dois últimos, marcado pela gestação e maternidade. Essa experiência suscitou uma reflexão contínua e repetidos questionamentos de como outras mulheres enfrentaram as experiências multifacetadas do maternar e como se manifestam nas lacunas de acolhimento na instituição acadêmica? Essa reflexão me conduz à indagação central desta pesquisa: de que forma as políticas e práticas universitárias abordam e afetam a permanência e progressão acadêmica das mães no ensino superior na graduação?

Por entender que o termo “maternar” não se destaca apenas pelo ato biológico de ser mãe, mas também pelas dimensões sociais, emocionais, culturais, políticas e econômicas envolvidas no cuidado e na criação das crianças. Como as autoras Menezes, Pimentel e Lins (2022, p.4) expõem “A maternidade é um ato de cuidar que pode ser desenvolvido de diversas formas e por personagens igualmente diferentes, refletindo a variedade e multiplicidade das relações familiares”

Deste modo, decidi pesquisar como as demais mães universitárias entrelaçam suas vivências no ambiente universitário, que por vezes, parecem não apresentar ações de permanência. Outra dificuldade significativa é a construção de uma carreira acadêmica enquanto se é mãe, por isso, reconhecer o potencial das mães estudantes e assegurar que elas tenham acesso aos recursos e apoio necessários é fundamental para impulsionar suas trajetórias acadêmicas.

Assim, a presente pesquisa foi baseada no cenário universitário e na visão materna de mulheres¹ na Instituição do Ensino Superior (IES), abordando questões de classe, gênero, faixa etária, etnia e raça, problematizando o papel social da mulher que pode possuir entre três a quatro turnos sociais, como: mãe, dona de casa, estudante e/ou trabalhadora.

Pretende-se identificar as necessidades e dificuldades dessas mulheres para conciliar a maternidade, a vida acadêmica e a vida social.

¹Entendemos que não apenas mulheres cisgêneras conseguem gerar, mas também meninas, pessoas transsexuais, pessoas homoafetivas. Além disso, é importante ressaltar que tanto a maternidade quanto a maternagem podem ter significados distintos para diferentes indivíduos. No entanto, é necessário reconhecer que, nos cursos pesquisados e dos semestres analisados, não encontramos outras pessoas que gestem e/ou deem à luz, o que nos leva a utilizar frequentemente o termo mulheres como algo genérico.

Inspirada decidi me aproximar das mães universitárias, buscando compreender e compartilhar suas experiências no ambiente acadêmico. Reconhecendo as possíveis limitações impostas pela esfera jurídica e estatal, levanto a seguinte indagação: de que forma a academia poderia promover a criação de espaços mais inclusivos e estabelecer diálogos eficazes com políticas institucionais de maneira interseccional, visando desenvolver estratégias de apoio de permanência às mulheres que enfrentam a maternidade e a maternagem dentro das Instituições de Ensino Superior?

Por pressão social entendemos as gestações não planejadas. Mulheres obrigadas a se tornarem mães solas, as mães que não possuem ou são enfraquecidas nas redes de apoio, até mesmo as mulheres que se casam cedo por apoio da família ou para fugirem delas. Por fim, a romantização constante nas internet sobre a maternidade², maternagem³ e cuidados infantis. E como estes fatores se ligam diretamente na construção de barreiras que impedem o avanço dessas mulheres no ambiente acadêmico.

É evidente que o ambiente acadêmico muitas vezes falha em prover medidas de acolhimento e políticas de permanência adequadas. O resultado são barreiras específicas para as mães que buscam prosseguir e progredir no ensino superior. Um exemplo disso é a ausência de redes de apoio, especialmente problemática quando consideramos que algumas mulheres engravidam durante sua jornada acadêmica, ou já ingressam na universidade como mães. Essa situação suscita indagações cruciais: como a Universidade aborda as questões relacionadas a gestações e maternidades indesejadas quando a rede de apoio é insuficiente? E de que maneira essas mulheres-mães conseguem articular e conciliar maternidade, estudos e carreira?

O título "Maternidades Universitárias: a Interseccionalidade de mulheres-mães nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD" é uma forma de indicar que a pesquisa se concentra nas experiências das mulheres que se tornaram mães, tendo como responsabilidade, simultaneamente, suas vivências envolvidas na maternidade e na academia, focando nos cursos de Pedagogia (FAED), Educação do Campo

²Aqui entendemos que maternidade é o estado de ser mãe, seja biologicamente ou por adoção, envolvendo o vínculo materno-filial. Historicamente variável, pode ser percebida atualmente como desvalorizada e valorizada simultaneamente.

³Já a maternagem é o cuidado essencial oferecido por mães e outros cuidadores a crianças, visando promover sua independência e suprir suas necessidades físicas e emocionais para um desenvolvimento saudável, essa prática estabelece um vínculo seguro com a criança, podendo ser realizada por diversos membros da família.

(FAIND) e Engenharia de Alimentos (FAEN) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A partir de uma abordagem etnográfica e interseccional, pretende-se compreender e interpretar as experiências femininas no contexto universitário. Como ressalta Clifford Geertz, renomado antropólogo, “A etnografia é, no fundo, um empreendimento interpretativo” (Geertz, 1973, p. 4). Em outras palavras, a etnografia é uma abordagem de pesquisa que visa compreender as práticas, significados e relações sociais de um determinado grupo por meio da imersão e observação participativa em seu contexto. Isso a torna uma metodologia qualitativa que possibilita uma investigação aprofundada das experiências e perspectivas das pessoas envolvidas.

Valendo-se da abordagem etnográfica utilizada para compreender e interpretar essas experiências. Evocamos as perspectivas interseccionais que permitirão considerar os pontos de convergência e divergência que unem as trajetórias das interlocutoras. Considerando suas geografias, a partir das dimensões, de gênero, etnia-raça, condição econômica, idade, deficiência, dentre outros, em que melhor se compreendam os efeitos do colonialismo, capitalismo e heteropatriarcado, envoltos pela questão da maternidade e vida acadêmica universitária nos cursos de graduação.

As hipóteses preliminares do estudo sugerem que as estruturas patriarcais dentro e fora da faculdade têm um impacto significativo no progresso, desenvolvimento e retenção acadêmicos das acadêmicas-mães. Esta hipótese baseia-se no quadro teórico dos estudos feministas críticos pós-coloniais, que incorpora abordagens interseccionais de classe, raça, sexualidade, geração e gênero e, que indicam a necessidade urgente de discutir a maternidade como indicador de evasão universitária, o que nos permite enfatizar a importância da ação institucional neste contexto específico.

Ante a tais objetivos, foi possível lançar os seguintes questionamentos: a) Como mulheres, envolvida com as demandas da maternidade, conseguem retomar sua vida acadêmica e/ou profissional sem a existência de Políticas educacionais institucionais⁴ que atendam às suas especificidades que envolvem a maternidade? b) Uma mulher deve realmente

⁴Aqui entendemos por políticas institucionais como o próprio conceito disposto nos sugerem: diretrizes gerais que expressam parâmetros das quais as ações das instituições e de seus integrantes desenvolvem e cumprem com valores éticos. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), também se deve difundir a cultura, cooperação e justiça social de democratização e fortalecimento da sociedade para que essas políticas públicas se tornem universais. Deste modo, podemos notar que estou tentando buscar formas de articular a maternidade na universidade considerando as políticas já existentes com a experiência e as expectativas trazidas pelas interlocutoras.

parar sua vida por um período que envolve o “ser mãe”, com especial recorte com crianças de 4 meses a 12 anos? c) De que modo, o maternar de mulheres acadêmicas na UFGD, são ou não atravessadas por questões em que se cruzam com as questões econômicas, origem geográfica, étnico-racial, geracional, deficiência? Além, de todos os preconceitos e papéis de gênero⁵ impostos às mulheres-mães em sua vida pessoal e profissional.

Pensamos tais questionamentos por acreditar serem, de um lado, dimensões ontológicas que permitem analisar o modo como as estruturas patriarcais geram assimetrias ante a diversidades étnica-racial, econômica, gênero. E, de outro, dimensão política porque carrega a possibilidade de tecer diálogos institucionais que tem o objetivo de contribuir e melhorar a condição, no âmbito universitário, das acadêmicas com filhos/as de modo a permitir a continuidade com qualidade dos seus estudos. Por fim, a dimensão epistêmica que contribuirá com os estudos interseccionais feministas, na perspectiva do maternar. A partir de exercícios teóricos, analíticos e metodológicos que contribuem à compreensão sociocultural do processo da maternidade, valendo-se dos aportes etnográficos, das dinâmicas dos grupos focais, da análise documental.

Sendo assim, a dissertação divide-se da seguinte forma: trabalhamos a partir de uma perspectiva matricêntrica⁶, que parte da maternidade como o centro da vida de alguém que irá se dedicar ao cuidado exclusivo da criança, centralizando a demanda da sua vida para outra vida, podendo ou não expor suas vivências maternas dentro do âmbito acadêmico.

No Capítulo 1, intitulado “Perspectivas Iniciais das vivências maternas na universidade” abordo a introdução e a autoetnografia. Utilizando do passado e do presente, de como cheguei à decisão de pesquisar sobre a interseção entre maternidade, carreira e academia. Relatando minha transição de mulher para mãe, destacando que, apesar da maternidade, continuo sendo uma mulher, mas há uma transformação corporal, espiritual, mental e social vivenciada após a descoberta da gestação e do parto, para além da criação.

No Capítulo 2, intitulado de “Maternidade Interseccional: uma lente teórica analítica do estudo”, trabalho o quadro teórico, autoras e autores, referências dentro da interseccionalidade, do feminismo descolonial e pós-colonial, assim como da maternidade e universidade.

⁵ A categoria de análise “gênero” apareceu significativamente em meados da década de oitenta, através do texto de Joan Scott (1989).

⁶ São concepções centradas na figura materna (da mãe).

No Capítulo 3, intitulado de “Etnografia Materna: a universidade da Grande Dourados”, discuto a metodologia etnográfica, a partir de descrições densas e relatos maternos das voluntárias, configurando o espaço que a maternidade ocupa na instituição e apresento os espaços institucionais e de pesquisa, entrelaçando todas as questões levantando as bricolagens entre o patriarcado, as mulheres, a maternidade e a antropologia.

Já no Capítulo 4, intitulado de “Estamos aqui todo santo dia: dados empíricos, relatos maternos e políticas públicas”, trabalho os recortes das entrevistas, das observações feitas e levantadas durante o campo, das entrevistas, análise documental e do grupo focal. Por fim, realizo aqui uma análise densa de toda a discussão apresentada ao longo da dissertação, buscando responder às hipóteses iniciais e os questionamentos surgidos ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS INICIAIS DAS VIVÊNCIAS MATERNAS NA UNIVERSIDADE

1.1 UMA JUSTIFICATIVA PARA PESQUISAR O TRABALHO DO CUIDADO NA ACADEMIA

Acredito que neste momento da minha vida, por diversas questões, como o sentimento de pertencimento a um lugar, principalmente a um lugar de fala, começo aqui fazendo minha autodescrição. Como uma pessoa que viveu em uma cidade pequena por muito tempo, provavelmente, as minhas expectativas anteriores nunca foram o de ocupar este lugar que estou atualmente. É, por isso, que acredito que seja importante para começarmos a conversa sobre as maternidades, as mulheres e a universidade. Pelo menos é para mim.

Eu me autodeclaro como negra de pele parda, sou mulher cis, hétero, demissexual. Meus cabelos são ruivos naturais, cacheados do começo ao fim com um aspecto crespo, meus olhos são castanho-escuros, meu nariz chega a ser em um tamanho médio, com narinas grandes e boca grossa, vejo no todo um rosto grande em formato diamante. Estou um pouco acima do peso — mas *tento* não me julgar muito pelo fato de entender que meu corpo já foi uma casa, então faço o máximo para respeitar este fato e a mim mesma. Sou mãe de um menino que atualmente possui quatro anos, diagnosticado com autismo, ativista de diversos movimentos, licenciada em Pedagogia (Ensino Superior) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e empenhando-se a entender a maternidade e seus significados.

Contudo, essa dissertação não é apenas uma autoetnografia, mas sim uma experiência pessoal que se assemelha a tantas outras que passam pela situação da maternidade universitária. Atentei-me em trazer as experiências dessas mulheres com o afastamento necessário de pesquisadora, mas também com a proximidade de ativista e mãe que vivenciou violências institucionais na UFGD.

A autora Vilchis (2019) que analisa o cuidado⁷, destaca que sua falta de definição exclusiva faz com que seja desvalorizado, especialmente, por ser visto como responsabilidade da comunidade. Assim, ao se tratar de uma etnografia brasileira, pensaremos a comunidade, a partir dos marcos legais das instruções da lei, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

⁷O cuidado aqui citado e nas outras páginas é a importância do *trabalho do cuidado*, um termo da autora Vilchis, que possui a obrigação e responsabilidade exclusiva de cuidar de pessoas como crianças, idosos e pessoas com deficiência, exercendo então um trabalho não remunerado do cuidado.

e da Constituição Federal (CF). Que em seus artigos 4º e 227º, respectivamente, que estabelecem as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado em priorizar os direitos da criança e do adolescente à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer e à dignidade e protegê-los do descaso, da discriminação e da violência.

Como sabemos, por dados recentes, a maioria das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, sendo cerca de 50,8% dos domicílios (DIEESE, 2023). Contudo, o Brasil é um país patriarcal onde os maridos são considerados “os provedores do lar”, como analisado por Bernardino e Silva (2017), há uma certa sobrecarga enfrentada pelas mulheres que também têm a *obrigação* de trabalhar, fazendo com que tenham 3 turnos - doméstico⁸, maternal e profissional.

Ao trazermos essas questões, se apresenta também a desigualdade entre os sexos (masculino e feminino, homem e mulher, marido e esposa) historicamente reconhecida em sociedade. Um exemplo é a percepção cultural da escolha da maternidade e da paternidade, o que me refiro é a homens que indiretamente “abortam” suas crianças vivas ao se recusarem a criar, a educar ou ter contatos com seus filhos/as, podendo assim negar a paternidade ou simplesmente sumir.

O sistema social brasileiro, possui diversas controvérsias quando uma mulher exerce a maternagem, a exemplo temos, as mães que têm sido orientadas a amamentarem exclusivamente suas crianças até os 6 meses de vida. Contudo, sabemos que no Brasil, perante A Lei 5.452 da CLT no seu Artigo 392 temos somente 17 semanas (em torno de 4 meses — 120 dias) de licença maternidade para as trabalhadoras, uma vez que, seguem as indicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que impõem 12 semanas de licença no mínimo, enquanto em algumas universidades esta licença não é nem regulamentada e se esconde através do nome “regime de exercícios domiciliares”⁹.

Ao pensar tais questões, no contexto da Universidade Federal de Grande Dourados/UFGD, por exemplo, evidencia a falta de uma resolução específica da licença maternidade. Veja, a licença maternidade é destinada especificamente na lei n.º 6.022 do ano de 1975 tanto para o Ensino Médio, quanto para o Ensino Superior, sem uma atualização há 48 anos, diferente do Artigo 392 da CLT. Em nossa busca de análise documental, incluindo

⁸O mundo doméstico sempre foi um espaço político, a exemplo, os dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostram a disparidade absurda, desigualdade de horas trabalhadas entre homens e mulheres em casa.

⁹É um decreto-lei de n.º 1.044 de outubro de 1969.

aquelas dispostas no site da universidade e conversas com técnicas-administrativas¹⁰, ficou evidente que a instituição não dispõe de nenhuma resolução específica que regulamente sobre a licença maternidade. Ante a tal constatação, podemos afirmar que a universidade não oferece uma expansão da licença, sendo oferecido pelos cursos, departamentos e programas em torno de três meses — diferente das recomendações médicas e da lei trabalhista já expostas — já que eles se baseiam na resolução de lei que oferece regime domiciliar.

Então veja, mesmo com a lei e as especificações médicas, a definição de resolução própria e específica é algo muito importante para ser atendida as necessidades maternas, de modo que a mulher não tenha a necessidade de fazer atividades em um momento de vulnerabilidade após o parto. bell hooks (1952; 2019) nos instiga a refletir que para libertar a maternidade dos grilhões da coerção e da exploração, e construir uma parentalidade feminina como uma experiência positiva e empoderadora, se faz, necessário que ela seja compartilhada com um parceiro e assumindo a matricentralidade como alternativa ao patriarcado.

Nessa lógica de falha social, onde se baseia na produtividade do capitalismo e nos mandatos de poder patriarcal, o que não tem valor monetário acaba não tendo valor. Federici (2009) aponta que o trabalho doméstico é considerado um aspecto específico da produção capitalista, mas não é considerado adequado para a visão histórica e política, pelo menos não no contexto da classe trabalhadora industrial.

1.2 - VIVENCIANDO O (MEU) MOMENTO ETNOGRÁFICO: EXPECTATIVAS MATERNAS.

A ideia para esse subtítulo, “Vivenciando o (meu) momento etnográfico: expectativas maternas”, teve o intuito de fazer a desromantização da maternidade que a sociedade *emprega* para que mulheres sintam a necessidade de engravidar como se suas vidas não fossem nada se não o fizessem. Assim como Strathern (2014) propõe trabalho a questão reflexões para chegarmos até o estopim dessa pesquisa.

Neste capítulo apresento de modo entrelaçando a minha escrevivências (Evaristo, 2020) num profundo processo de autoetnografia¹¹, a exemplo do que fez Santos (2017) em sua pesquisa doutoral, a autoetnografia como uma metodologia empregada qualitativamente, trazendo o significado de memórias. Trata-se do movimento reflexivo acerca da minha experiência da maternidade e maternagem, nos modos de como foi sair da posição de *mulher*

¹⁰ Aqui é colocado no feminino por ser um trabalho exclusivamente com predominância de mulheres.

¹¹ O termo autoetnografia foi utilizado pela primeira vez por Hayano em 1979

para *mãe* durante a graduação. Abordando as memórias, passado e do presente, compartilhando a chegada da decisão de pesquisar sobre a intersecção entre a maternidade, carreira e academia.

Vale aqui, os ditos por Sparkes (2000) de que o termo autoetnografia é usado para identificar uma abordagem de pesquisa no qual a autora (eu) se baseia em suas próprias experiências culturais e cria escritos em forma narrativa para produzir novos conhecimentos. E é por este caminho que inicio minha dissertação especificando minhas experiências e pensamentos, mostrando o que vivi, pelo que passei e passo até hoje pela falta de empatia entre mulheres e instituições universitárias.

Através da autoetnografia na maternidade, representando um conjunto de teorias e vivências embasando a pesquisa de forma sócio-histórico-cultural, partindo dos aspectos simbólicos compartilhados e seus significados. Nesse sentido, a autoetnografia e *as escrevivências* favorecem o uso da *minha* experiência pessoal para explorar e interpretar a experiência cultural defendida por Jones, Adams & Ellis (2015).

Nesse sentido, embasarei minha pesquisa teórica que discute a transição para a maternidade e suas consequências na vida acadêmica nos estudos de Sara Ruddick¹², sobre como a maternidade em prática moral é relevante para compreendermos a transformação que ocorre nessa experiência materna (Ruddick, 1989). Atravessando uma abordagem etnográfica, buscando capturar as nuances dessa transição e compreender como mulheres-mães enfrentam esses desafios.

Utilizo o mesmo método de Shostak quando fez sua etnografia conforme a “*estrutura do sentimento*” conceituado por Williams (2013). Essa abordagem busca o conhecimento pessoal do “*o que é ser mulher*” em outras culturas para entender o significado em minha própria cultura, inclinando-se para a minha pesquisa sobre maternidade. Relatarei minhas vivências até chegar no que Strathern (2014) chama de “*o momento etnográfico*”, onde todo momento etnográfico é de conhecimento ou gira em torno de um *insight*. Busco representar a relação entre a imersão e o movimento, entre lembrar-se das condições teóricas sob as quais a pesquisa é apresentada e por que ela existe, enquanto sucumbe ao fluxo dos eventos e das ideias que surgem.

Parto das minhas observações sobre o corpo que deixei e o que adquiri antes e após parir. Como a romantização da maternidade vem sendo exposta constantemente, ao se igualar ao endeusamento do corpo feminino após nos tornarmos mães. *Vendendo a maternidade*

¹² Tradução livre.

como algo mágico e transcendente. A partir disso, observo a negação da sociedade em separar totalmente o “ser mulher” do “ser mãe”, no que é permitido e colocado como regras para que essas *mulheres* sejam apagadas socialmente e colocadas no cubículo social da maternidade, impedindo-as de que suas vivências e desejos sejam consideradas.

O exemplo para essas ocasiões, são quando as mulheres-mães saem a procura de emprego, e lhes é perguntado se são casadas e se possuem crias¹³ e com quem vão ficar enquanto elas estão exercendo o cargo. Sendo constantemente inviabilizadas e excluídas de novas ofertas ou oportunidades (promoção ou ao exercerem a função) por preconceitos sociais de que a maternidade deve ser o principal foco da vida de uma mulher com filhos/filhas.

Ninguém nos conta como a maternidade transforma a vida radicalmente, talvez eu não estivesse escrevendo esta pesquisa, se não tivesse aceitado a minha missão de criar meu filho e amadurecido durante os vinte-cinco anos de vida que tenho. Para uma compreensão melhor sobre esse pensamento, acredito que a análise de Maushart (2006) será útil quando expõe a existência da linha divisória:

A primeira é que parece haver uma grande linha divisória entre quem tem e quem não tem filhos em nossa sociedade, que se tornar mãe ou pai muda você sim, fazendo o se transformar em “uma pessoa diferente” de maneira profunda e duradoura. A segunda é que essa grande linha divisória parece ser um dos segredos mais bem guardados de nossa sociedade. Para os que não são iniciados, a realidade de ter filhos e, principalmente, a da maternidade são mantidas cuidadosamente envoltas em silêncio, desinformação e mentiras descaradas. A conspiração do silêncio é real e pode ser documentada (Maushart, 2006, p. 30)

A lenda coletiva, do silencioso pacto da maternidade elaborado pela sociedade, coloca a idealização de que há um amor instantâneo ou uma espécie de *instinto materno* único para a criação e educação das crianças (mas não todas, né?). Por este motivo, me faz pensar sobre as variáveis de opções e imposições culturais na questão materna, como a questão de adoção ser sempre considerada uma das últimas quando se trata de se ter filhos/as.

As variantes de “*decisões*” maternas possuem muitos empecilhos e faltas de diálogos entre as mulheres sobre como essa mudança impacta de diversas maneiras suas vidas cotidianas. No sentido de não ser fácil educar, criar e até mesmo respeitar outra pessoa que muitas vezes depende de você e confia cegamente em ti para guiar e ensinar sobre o mundo.

Então penso que muitas vezes a sociedade questiona as decisões que as mulheres tomam, como o fato de fazer uma cirurgia de rompimento da ligação das trompas com o útero

¹³Aqui a palavra crias é destinada a uma forma de englobar crianças dos 0 aos 6 anos, os pré-adolescentes dos 7 aos 12 anos e os adolescentes dos 13 aos 18 anos. Uma substituição também para a não repetição constante das palavras filho(s)/filha(s).

com o medo de arrependimento da mulher de não poder mais ter filhos. E quando as mulheres os têm e se arrependem de tê-los? O apontamento social para ambos os casos é absurdo e assustador com o enfoque de destruição de vidas — das mulheres, é claro. Em nenhum dos dois processos os homens são responsabilizados ou questionados, mas em ambos o corpo feminino é “controlado” tirado de um querer e colocado em uma obrigação.

Vejamos, de acordo com Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN) no Brasil, ainda em 2023, temos mais de 110 mil crianças sem a presença do registro do nome paterno, ou seja, em torno de 500 crianças nascidas por dia. Alguns até sabem da existência da criança, contudo preferem fingir que não, assim podemos dizer que homens possuem direito a serem abortivos na legalidade e legitimidade pela sociedade, certo?

Eu poderia criticar também o sistema que para se fazer o registro da criança há diversas burocracias para colocar o nome do pai, como o comparecimento de ambos (pai e mãe) que não são casados ou vivem em um regime de união estável, ao cartório após o nascimento. Caso não seja feito no momento desta forma, o registro é realizado apenas no nome da mãe e o pai poderá reconhecer ou não sua paternidade no futuro tranquilamente em cartório.

E quanto a mãe? Conforme o site *Central das Certidões*, a mãe para reconhecimento tardio da sua “paternidade” (*sério?*), ela precisará preencher um formulário e depois o “caso” será julgado e investigado pelo Ministério Público. Mas, além disso, mulheres não possuem o direito ao aborto ou serem abortivas, até mesmo são vistas como cruéis se entregam seus filhos/filhas para a doação.

Veja bem, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o Brasil registrou em torno de 75 mil casos de estupros, tendo um aumento de 2021 para 2022, onde apenas 61,4% dos registros eram de vítimas que tinham entre 0 a 13 anos e denunciaram o caso às autoridades.

Ainda que no Código Penal, em seu artigo 128, tenha legalizado o abortamento se for para salvar a vida da gestante ou em caso de estupro e com esses dados gravíssimos sobre a infância brasileira. Um caso brasileiro repercutiu pela insanidade social em que uma criança de 10 anos após ter sido estuprada pelo tio no Espírito Santo. A juíza do caso negou seu direito afirmando ser um direito do “pai” ter o filho vivo. Mesmo que isso custasse a vida da criança, que havia sido violada. Roubando-lhe a infância, essa mesma juíza, a transferiu para São Paulo, a fim de, impedir a interrupção da gravidez.

A mãe da criança recorreu e ganhou o caso para haver consentimento para o procedimento. Mas todos os hospitais da cidade e próximos se negaram a fazer o procedimento, fazendo o caso chegar como um *boom* na mídia e ela fosse transferida para Recife, a fim de, realizar o procedimento.

Não satisfeitos com toda essa loucura, houve parlamentares e evangélicos que foram acampar em frente ao hospital chorando e orando para que Deus punisse a criança por ir contra a vida de outra pessoa (esta que nem havia nascido ainda, gerada pelo sofrimento e dor, sem consentimento da vítima) a criança vítima de estupro ainda foi chamada pelos conservadores de assassina. Mas graças a tudo, a menina fez o procedimento. Cesar, Loures e Andrade (2019) discorrem sobre esta questão de maneira mais elaborada:

A partir da romantização da maternidade como realização última da mulher, a sociedade olha com estranhamento para as mulheres que não desejam ter um filho, como se abrir mão na maternidade, fosse abrir mão, também, de uma "essência feminina", tornando-se, por isso, menos mulher (Cesar, Loures e Andrade, 2019, p.71)

Historicamente, a sociedade tem usado exemplos da vida-social de famílias hegemônicas para controlar os corpos de mulheres. Quem nunca escutou as frases: *No meu tempo os casamentos duravam mais!* Ou até mesmo um: *Sua avó teve x quantidade de filhos/filhas!* A cultura Ocidental de dominação sobre o corpo feminino é algo histórico-social-econômico.

Quando Foucault (2002) conceituou o "disciplinamento do corpo", ele abordou uma dinâmica complexa que implica não apenas em submissões políticas, econômicas e sociais, mas também, como argumentado por Federici (2004), na tentativa de satisfazer os interesses do Estado e da Igreja no controle dos corpos femininos e infantis. Em sua obra "O Calibã e a Bruxa", Federici (2004) realiza uma análise profunda sobre a reprodução e as formas de produção que adquirem significados transformados durante a transição para o capitalismo no contexto do mundo ocidental. Ao destacar a emergência de examinar as estruturas sociais, com foco especial nas experiências das mulheres, na maternidade e no trabalho reprodutivo. Esta análise do controle da reprodução das mulheres, evidenciada pela instrumentalização do trabalho reprodutivo e pela perseguição das "bruxas" que desafiaram o sistema, é a contribuição da autora que nos permite observar a formação da dinâmica de poder que caracteriza o sistema capitalista-patriarcal, devido ao domínio político e cultural e às assimetrias sobre os corpos femininos.

Também na obra “O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista”, da mesma autora, já explora a interconexão entre o trabalho doméstico não remunerado, a reprodução social e o movimento feminista. Ao analisar o papel crucial do trabalho doméstico na economia global, destaca-se o histórico da predominância das mulheres nesse trabalho, muitas vezes sem compensação ou reconhecimento adequado.

O livro oferece visões valiosas para resistir à influência neoliberal na academia, fomentar relações sociais alternativas e advogar por uma política crítica do trabalho reprodutivo. Silvia Federici enfatiza que a verdadeira mudança requer uma transformação nas relações sociais, destacando a importância de desafiar a exploração dos corpos e do trabalho feminino como parte de uma transformação coletiva das relações sociais. E, nisso também se inscreve a ética do cuidado como o trabalho não pago das mulheres em toda a estrutural social.

Dê sua vez, as autoras negras como Angela Davis (1981), Audre Lorde (1984) e bell hooks (1952; 2019), nos alertam a respeito do modo como o sistema capitalista, mantém profundas conexões com outros sistemas de dominação que configuraram os marcadores sociais que se interseccionam (raça, classe e gênero), ou seja, o heteropatriarcado e o colonialismo. E, isto na sociedade moderna ocidental, quanto aliançado a outro sistema de dominação que são as religiões monoteístas, aqui me refiro as igrejas (judaico-cristãs, pentecostais e neopentecostais) produzem e reproduzem papéis para a submissão feminina com fins de controles dos seus corpos, movimentos, conhecimentos e memórias.

O que digo é: O poder coage o corpo de sujeitos vulneráveis. Assim, podemos começar a debater sobre crescer, parir e criar, as mulheres-mães que estão nascendo e buscando conhecimentos para darem um futuro melhor para suas crias.

A maternidade está entrelaçada em muitos aspectos sociais, como a questão dos papéis das mulheres na sociedade e na história, nas questões dos cuidados não remunerados de mulheres donas de casa¹⁴ e até mesmo nas questões das lutas feministas. Deste modo podemos pensar na antropologia, sendo um estudo científico que inclui aspectos culturais e sociais, que compreenderá a diversidade humana ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo, explorando tanto as semelhanças, como as diferenças entre diversas sociedades e culturas.

Em meu trabalho, baseio-me na perspectiva da antropóloga Verani (2022) e reúno essas questões para criar uma conexão entre a maternidade e a antropologia. Esta abordagem

¹⁴ Aqui estou falando sobre mulheres que são exclusivamente donas de casa, como também mulheres que trabalham fora e ainda tem a casa para cuidar.

destaca a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a maternidade, especialmente para as mulheres em diversas áreas, e particularmente no contexto das ligações maternas em atividades de campo e/ou investigação. A citação a seguir visam provocar uma reflexão mais profunda sobre o assunto:

A relação entre a maternidade e a antropologia também pode aparecer como uma forma de educar seus filhos. O estar junto nos momentos de trabalho de campo, pesquisa e o espaço da universidade como parte da educação e formação de indivíduos. (Verani, 2022, p. 99)

Deste modo, questiono: o que mães de diferentes raças-etnias e classes sociais têm em comum em uma sociedade machista e racista caracterizada por graves desigualdades sociais? E o que elas possuem de diferente na forma de maternas? Conforme com os diferentes aspectos teórico-político-ideológicos que o movimento feminista produziu, a falta de abordagem de discussões da opressão sexista e racista se tornou um problema recorrente na maternidade de mulheres com raças-etnias e renda baixa.

1.3 - ESCRIVIVÊNCIAS MATERNAS: FAMÍLIA

Perguntei-me como iria começar esta parte diversas vezes, se começo falando de mim, enquanto gestante/mãe ou se começo sobre minha linhagem. Por quais memórias devo iniciar? Ao analisar o que devo contar ou não, o que caberá como aporte para a dissertação e entendimento da minha pessoa, decidi começar pela jornada em casa, a tal da parentalidade ou familiaridade.

Meu pai é um homem negro e minha mãe uma mulher branca. Fazendo uma análise maior, até mesmo em conversas paralelas com meu avô paterno, notamos que por mais que seus filhos e filhas sejam todos/as negros/as (pretos/as retintos/as e não retintos/as, não chegam a padronização da classificação de pardos/as), todos/as se casaram com pessoas brancas. Talvez pelo fato de que a mãe deles (minha avó), fosse uma mulher branca, descendente de italianos, loira de olhos azuis ou talvez pela negação da sua própria história familiar. Tal como Merleau-Ponty (1980) prevê: [é um] fato social não mais uma lei compacta, mas um efetivo sistema de símbolos ou rede de valores simbólicos, que será implantado no indivíduo mais profundo. No entanto, as regras que limitam os indivíduos não o deprimem. Assim, Hofbauer (apud Domingues, 2002), destaca que o termo “branqueamento” possui vários significados, mas, a meu ver, o que mais se encaixa na

questão da *minha parentalidade* é a vertente sobre os negros que adotaram características da cultura branca, diminuindo sua herança africana que é nula a sua discussão.

Sobre minha casa e sobre mim, tenho que admitir fui regada por alguns privilégios: *estudei a vida inteira em escola particular*, aos quinze passei no *ETEC* (Escola Técnica Estadual), nesta época até recebia bolsa do governo de R\$ 80,00 (oitenta) reais como incentivo para estudar, *em Serviços Jurídicos*, até porque meus pais sonhavam em ter uma doutora na família, então eu deveria ser advogada. Para a tristeza deles, quis ser professora e fazer faculdade de Letras/Japonês, porém convenceram-me a fazer Pedagogia. Meus pais eram *empresários*, faziam apostilas para concursos públicos, outro sonho deles, uma das filhas ser concursada após fazer uma universidade pública, eles possuíam *carros* e *casa*, com *roupas novas e comida* na mesa.

Em contrapartida, aos *meus privilégios*, meu pai era um homem agressivo e machista. As lembranças que tenho dele são apenas aquelas em que vivia deitado em seu quarto assistindo televisão, enquanto minha mãe trabalhava igual uma (chamamos atualmente de) guerreira — o que não muda que, na verdade, ela sempre foi uma mulher sobrecarregada.

Podemos dizer que a Igreja dirige a vida social de forma rigidamente hierárquica focando na dominação dos corpos-gêneros, criando modelos sociais, históricos e econômicos que levam mulheres muitas vezes permanecerem em relacionamentos falidos ou a maternidades sobrecarregadas e solos (mesmo em casamentos). Por ambas essas questões colocadas pelas “palavras divinas”, o evangelismo da minha mãe não permitia que ela se separasse do meu pai.

Então ela apenas aguentou as agressões físicas e psicológicas em nome da “família”, fazendo com que eu deixasse de acreditar em relacionamentos e com que eu nunca quisesse me envolver com ninguém para não ter filhos/as. Ela tem três. E por muito tempo todas eram seus empecilhos, seus atrasos, suas coisas ruins, é difícil até hoje lembrar-me de uma palavra boa da minha mãe sobre mim sem que seja um: “Você é muito inteligente... igual seu pai”.

Eu nasci, depois que ela teve um aborto provocado por socos, ela também teve depressão pós-parto, nesta época ela estava sozinha em uma cidade grande, sem família para ajudá-la e o marido (meu pai) viajava muito, as vizinhas a ajudavam constantemente e também havia uma babá. Por muito tempo permaneci na casa de familiares ou vivendo com cuidadoras, até decidirem “acquietar”.

Minha irmã do meio, nasceu depois da descoberta de uma traição do *meu pai* durante a gestação. Lembro dele a culpando por estar grávida de novo. Após isso, outro aborto pelo fato de o óvulo estar em suas trompas. Minha mãe se culpou.

E então, veio a última irmã, em uma só trompa, a depressão correu-lhe as veias. Mas ela se recusava a tocar no assunto, até por que alguém veio lhe dizer sermos o “Pai, o Filho e o Espírito santo” na sua vida — e ela tinha que aguentar tudo isso, já que uma cruz pequena não atravessava grandes tempestades para ‘chegar ao reino do céu’.

Contudo, tenho uma breve lembrança que neste tempo ela queria se livrar de qualquer coisa que a envolvesse com aquele homem (meu pai). Um pouco depois, descobrimos uma irmã mais velha perdida que meu pai teve aos dezesseis anos e nem sabia a existência dela (só para ficarem um pouco surpresos: ele também não fez nem questão, mesmo após saber que ela estava viva). A maternidade foi um erro para minha mãe e a paternidade nunca foi uma questão para o meu pai. Estes fatores contribuíram para eu acreditar que de fato a maternidade sempre foi um erro forçado pelo patriarcado, minha mãe deixou isso muito evidenciado desde a sua primeira filha mulher, que ela muito tentou criar com gritos, ameaças, cintas e chinelos, entre outros métodos. Teoricamente fui criada entre babás, avós, empregadas e tias, lembro dela ficando “presente” quando fiz por volta de uns oito anos. Mas mesmo assim, já não a reconhecia mais, mas o que a cabeça de uma criança saberia reconhecer nessa fase além da alegria de ter sua mãe e pai por perto? Digo, nem cogito em dizer que sou a filha querida ou planejada, pois tenho ciência que isso nunca ocorreu e são apenas falácias da boca. Mas eles ainda gostam de gritar minhas conquistas.

Lembro que já cheguei a ser expulsa de casa aos onze anos, por dizer que chamaria o conselho tutelar para ela por me agredir (ela, chama erroneamente de educar), mas fui levada de volta para casa pelo meu pai e ainda pedi desculpas. Ela não parou, mas aprendi a não cruzar aquela linha sendo a filha mais obediente — e isso implica até hoje na necessidade de ser aceita e reconhecida. Eles sempre me elogiavam na frente dos parentes, amigos/as e colegas, porém, pelas costas eu vivia sendo cobrada para ser a melhor, para não cometer erros, para não ser eu mesma — apenas o que eles queriam.

1.4 - MEMÓRIAS A PARTIR DA VIVÊNCIA: PARENTALIDADE

A partir das minhas vivências, percebi naquela época que as crianças dão trabalho, custam a saúde física, mental e financeira; onde pais poderiam projetar suas frustrações para cometerem erros que acabam sendo levados para a vida adulta.

Por muito tempo vivi enfiada em livros, em séries, na escrita, na internet — acredito que isso auxiliou para formar o meu caráter, já que foi assim que conheci o feminismo, o racismo, o machismo, o patriarcado. Neste tempo eu só sabia o que era estudar e não ter amigos ou amigas, já que na perspectiva deles ninguém prestava ou estava à altura para ser meu amigo/minha amiga, as pessoas sempre tinham algum defeito que eles não suportavam.

Então chegou a época em que eu precisava trabalhar e ficar ainda mais em casa para ajudar — ajudar a cuidar da casa e da família, assumindo o papel masculino (de pai e homem). Assim, também começo a considerar o histórico do restante da família paterna que abandonaram seus filhos e filhas para outras irmãs/irmãos criarem, esquecendo de serem pais e mães. Enfim, crianças espúrias, vivendo no meio de adultos orgulhosos que os torturavam através da meritocracia.

Penso que muitos primos e primas que não tiveram os mesmos privilégios que tive de poder estudar, quando não entendem meu posicionamento político ou até mesmo quando falo sobre políticas públicas, feminismo, homofobia, entre outras conversas, sendo uma visão de completa loucura para eles. Até mesmo com acontecimentos históricos que não tiveram acesso durante suas estadas nas escolas.

A maternidade voltada para a minha família materna também não é uma história bonita, começa com todas as minhas tias (até mesmo minha mãe), não saberem escolher um homem conveniente ou como podemos dizer: “homens de Deus”, afastando-se pelas coisas mundanas (já que todas são evangélicas de criação e vida) por exemplo: traições, agressões físicas, patrimoniais, as bebidas alcoólicas, as múltiplas festas, entre outros.

A mais velha não teve filhos, depois a segunda teve dois, assim como a terceira. Já a quarta teve três, enquanto a última teve apenas um, todas ao contrário da mãe: que teve cinco — mas teve que criar/acolher por um tempo os netos e netas, para as mães poderem ‘viver’ ou crescer (seja moral ou financeiramente).

O entendimento e os questionamentos que eu tinha antes da maternidade eram: “Porque eu escolheria colocar uma pessoa na terra ou em vida para sofrer? Como eu poderia entender o que era maternidade se não havia ali ninguém para ensinar-me a deitar do lado apenas para ver o céu, ler um livro, fazer carinho? Por qual motivo eu desistiria de viver minha vida para cuidar de alguém? Qual o sentido de se ter uma pessoa dependendo de você para o resto da sua vida?”.

Para mim, a vida sempre foi corrida e pesada. Dinheiro era a necessidade. O dia sempre é trocado pela noite, as marcas ficaram em diversos momentos pelo meu corpo e alma.

1.5 - A MATERNIDADE: MEU FILHO

Quando meu filho decidiu habitar em meu ventre, muita coisa se passou em minha cabeça, desde desistir de mim, até o colocar para adoção. Mas, o pai convenceu-me que conseguiríamos criá-lo juntos, então acreditei. Assim já se passaram três anos desde que meu filho veio ao mundo.

Eu ainda lembro do sentimento, pois o medo de que outra criança habite meu ventre novamente é tão forte que me pergunto diversas vezes de onde vem essa sensação de letargia constante ao pensar sobre crianças: tê-los, criá-los e educá-los. Então acabo lembrando meu passado. O medo é constante.

Parafrazeando Castro (2021), mãe solo e preta, “Ser mãe é se f*der na put* que p*riu!” É agressivo pensar desta forma, mas em todo o caso a carga materna de toda a criança fica subentendido para a mulher, seja ela: a mãe, a avó, a babá, a tia e/ou a amiga — sendo chamado vulgarmente de *instituto materno feminino já enraizado*. Lembro-me de uma passagem de Bernardino e Silva (2017), quando relatam as opressivas desigualdades de gênero que vinculam os papéis das mulheres nos mundos da maternidade e do lar. Estas que, segundo as autoras, consistem ao longo do tempo e persistem na mentalidade coletiva desde a infância, limitando a liberdade e a capacidade, impedindo-as de sua emancipação.

Quando tomamos essa decisão de ir em frente para esta criança que veio sem o nosso planejamento ou vontade, dediquei-me a estudar sobre como era “ser mãe”, o que é “uma boa mãe”, como se criava “crianças” e para “educá-los” o que eu deveria fazer? Desde trocar fraldas e a forma correta de usar uma mamadeira até como desengasgar um bebê e como o cérebro de uma criança se desenvolvia.

Estudei porque nunca acreditei que “ser mãe” era/é um “dom divino” que vem do céu em uma noite de sono antes de parir e principalmente por que não queria cometer os mesmos erros que cometeram comigo.

Estudar maternidade para me tornar mãe trouxe muito espanto às pessoas com quem comentava, e tive que escutar constantemente: “Como assim estudar para ser mãe? Você criará o instinto assim que ele nascer”. “Como assim estudar? A maternidade é mágica!”, entre outras variações. Causando as suposições patriarcais da maternagem/maternidade e suas violências implicadas socialmente, como bater, colocar de castigo, entre outras atitudes vistas como certas para “educar”, fizeram com que eu estudasse mais e mais, por medo constante da repetição de um ciclo de violência infantil.

Desta forma trago a fala de Moura & Araújo (2004) sobre a naturalização de conceitos e práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos, associando sua construção social às modificações pelas quais a família tem passado e que sempre utilizaram um esboço de sistema de valores e submissão. O exemplo clássico é a reunião familiar natalina, onde mulheres ficam na cozinha, homens na televisão e as crianças correm soltas pela casa — sempre sendo cuidadas pela prima mais velha da família.

Meu corpo durante todo o período de gestação se modificou, meus órgãos foram alocados em lugares que pudessem funcionar e ainda habitar minha criança. Meu útero se expandiu. Minha pele se esticou. Emagreci dez quilos devido à depressão, mas ainda assim estudei todos os caminhos que eram benéficos para criá-lo.

Eu não reconheci meu corpo ou a mim mesma no espelho por sete meses, desde os cinco meses de gestação, quando obtive o conhecimento do meu pontinho até os três primeiros meses dele. Apesar de ter estudado avidamente para ser uma boa mãe, nos dois primeiros meses de vida do meu filho eu não conseguia acordar de madrugada para amamentá-lo. Quem o fez diversas vezes foi o pai até este corpo se acostumar com a nova rotina — atualmente, qualquer respiração errada dele já me acorda.

Modificar minha rotina e meu modo de viver para um indivíduo que ocupou meu corpo após termos atingido os afetos mútuos, é algo realmente virtuoso. Mas não posso esquecer todas as dificuldades pelas quais passei durante os primeiros meses.

Meu corpo obteve completamente o afeto e o disciplinamento de que outro corpo — que saiu de mim — precisava de uma certa atenção para sobreviver neste mundo. Precisava de auxílio para a amamentação, precisava de meus braços para apoiar sua cabeça, de minhas mãos para lavá-lo, das minhas pernas e pés para levá-lo para ver o mundo do lado de fora do pequeno quarto. Assim como minha voz para cantar para ele ou conversar com ele, estimulando-o para o futuro, ouvindo seus murmúrios e resmungos em sua forma de linguagem “bebênes”, tentando se fazer entendido e quando chorando eu entendesse a fome, o xixi, o cocô, o dengo, o sono, o que ele precisava.

Entretanto, a concepção de símbolos e significados atribuídos à maternidade é intrinsecamente uma construção social enraizada em uma determinada cultura. Nesse contexto, considero que a descrição da mecânica corporal apresentada por Federici (2004) em seu texto, abrangendo desde a circulação sanguínea até a dinâmica fonatória, dos efeitos das sensações aos movimentos conscientes e involuntários, é pertinente a este período específico do corpo. Segundo Hobbes (citado por Federici, 2004), o corpo é percebido como um

conjunto de movimentos mecânicos que demandam forças autônomas, operando sob a influência da causalidade externa, em um intrincado jogo de atração e aversão, onde tudo é regulado como em um autômato.

O papel feminino, ou o papel da fantasia materna romantizada, já definiu a mulher na esfera privada, em casa para cuidar e educar suas filhas e filhos, assim podendo elas serem bem vistas socialmente por serem bem-educadas, por suas normas fisiológicas e culturais. As questões de idealização da maternidade e do ambiente doméstico que é histórica, social e culturalmente ocidental, pontuado diversas vezes pela comunidade que nascemos como mulher.

A luta feminista da mulher-mãe ser desassociada — não completamente, mas por um tempo — e dando a elas a oportunidade de saírem de casa para trabalhar é algo feito pelo feminismo branco, uma vez que mulheres negras sempre trabalharam nas casas dessas famílias tradicionais.

A luta do feminismo negro é totalmente diferente, sobre as questões maternas e das mulheres, do feminismo branco, um exemplo claro é: enquanto um pede para que seus filhos parem de perecer na mira dos policiais, o outro está procurando e lutando pela legalidade do aborto seguro. Logicamente, que do ponto de vista materno uma não anula a outra, mas se você pensar na hierarquia racial presente no Brasil.

A todo momento meu corpo é colocado neste texto à mercê do meu filho e não de minhas necessidades, sejam elas mentais, fisiológicas, sociais, mas a ele que ainda possui 3 (três) anos, que ainda necessita de ajuda para tomar banho, dormir e conversar. Alguns dias ele se encontra bem para fazer suas atividades, mas em outros momentos ele precisa de auxílio nelas, ainda mais por ser uma criança recentemente diagnosticada com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Portanto, percebo que muitas vezes como mãe me tornei uma extensão do corpo do meu filho após seu nascimento, ao necessitar deste amparo durante seus primeiros meses de vida e até hoje precisa para continuar se desenvolvendo e vivendo socialmente. Mas é óbvio que entendo também que este fato não se estenderá pelo resto de sua vida, mas sim, apenas nos seus primeiros anos de vida, enquanto ele aprende sobre si, a sociedade e o mundo.

Ao morar com meu sogro e minha sogra, num bairro de “classe B”, durante a pandemia, muitas mulheres confundiram-me como a babá do meu filho, já que elas não ficavam com as crianças delas e sim as “contratadas”. Em tese, talvez por eu ser uma mulher negra que espelhava também a categorização das cuidadoras contratadas presentes no bairro.

Mas parece ser algo muito *estranho* para essas mulheres eu cuidar do meu próprio filho o dia inteiro, ao invés de ficar em casa na piscina ou ir ao salão de beleza, viajar para fora do Brasil ou coisas do tipo como uma vizinha já me falou. Foi espantoso saberem que eu o repreendia e o educava ao invés de dar-lhe tudo o que queria.

Foucault (2002) no fator de classificação do corpo dócil, contudo, a disciplina produzida num corpo submisso e exercitado. A disciplina aumenta o poder do corpo (na utilidade econômica) e reduz o mesmo (na política de obediência), fazendo com que observemos a realidade da maternidade como expoente do papel feminino idealizado pela sociedade, estado e pela Igreja, no escopo histórico. Assim, pondo à parte os fatores que considero importantes para o crescimento e desenvolvimento da educação e da criação da (minha) criança.

Acredito que, quando meu corpo desenvolveu completamente o afeto e o disciplinamento de que outro corpo, que saiu de mim, precisava de auxílio para a sobrevivência no mundo, eu compreendi as formas internas sobre o conceito da maternidade que muitas mulheres não enxergam. Dentro e fora da instituição familiar, como a sobrecarga materna e o trabalho não remunerado (dona-de-casa).

Foucault (2002) no fator de classificação do corpo dócil, contudo, a disciplina produzida num corpo submisso e exercitado. A disciplina aumenta o poder do corpo (na utilidade econômica) e reduz o mesmo (na política de obediência), fazendo com que observemos a realidade da maternidade como expoente do papel feminino idealizado pela sociedade, Estado e pela Igreja, no escopo histórico. Assim, pondo à parte os fatores que considero importantes para o crescimento e desenvolvimento da educação e da criação da (minha) criança.

Acredito que, quando meu corpo desenvolveu completamente o afeto e o disciplinamento de que outro corpo, que saiu de mim, precisava de auxílio para a sobrevivência no mundo, eu compreendi as formas internas sobre o conceito da maternidade que muitas mulheres não enxergam. Dentro e fora da instituição familiar, como a sobrecarga materna e o trabalho não remunerado (dona-de-casa).

1.6 - A UNIVERSIDADE E EU: UM ELO

Durante a época em que eu era estudante de graduação e gestante, eu pude sentir e perceber as micro-violências do Estado (pelas professoras(es) e pelos funcionários(as) e pelas alunas e alunos presentes que não eram mães e pais ainda. Notei que muitas mulheres-mães,

em sala de aula, eram as que mais sofriam violência pela falta de empatia da universidade para com suas maternidades. Lewis (1997) acredita que a importância do Estado não pode ser dissociada do papel do Estado para se referir ao cuidado.

Desde o momento em que me sentei no NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) da UFGD, com meu filho no carrinho de balanço enquanto estudava para escrever o artigo da bolsa do PROLICEN (Programa de Projetos de Pesquisa na Licenciatura), lembrei que voltei para a universidade, um mês após parir, já que não foi me dado o direito à “licença-maternidade”.

Na época, se eu solicitasse a licença para voltar apenas em abril eu perderia de entrar na disciplina de Trabalho de Graduação 1 (em que pelo menos 70% dela é feita a distância, sendo obrigada apenas a entrega de relatórios e participação nas orientações), e assim, também não poderia participar de Trabalho de Graduação 2 no fim do ano já que eu precisava fazer TG1 para fazer TG2. Então eu tinha duas opções: sem licença e formada no prazo, ou com licença, esperando mais um ano para fazer apenas as duas disciplinas que faltavam para concluir.

Foi, a partir daí, que pensei: Isso é uma violência para comigo que acabei de virar mãe e precisava de apoio, cuidado e atenção. EMPATIA! Já que também *quase* perdi minha bolsa durante a gestação e maternagem, na qual tive o apoio da professora e orientadora (que aceitou em realizarmos essa dissertação) auxiliando nessa questão entre minha bolsa x instituição na época em que estava grávida.

Dito isto, o presente estudo centra-se nas experiências e vivências das mulheres-mães acadêmicas estudantes, moradoras de Dourados e das cidades da região, cujos objetivos são: a) Compreender as experiências de maternidade no contexto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); b) analisar como as mulheres mães, incluindo diferentes grupos étnicos (negras, indígenas, brancas), constroem suas experiências e desenvolvimentos acadêmicos na UFGD, explorando suas dificuldades e resistências; c) compreender o papel dos pais no contexto dos estudos universitários das mães; d) verificar a existência de ações afirmativas ou políticas permanentes de educação superior destinadas às acadêmicas-mães na graduação.

Nos pontos apresentados, decidi escrever relatos de experiências sobre mães que passaram por complexidades durante suas trajetórias acadêmicas. Não se trata de ser apenas uma autoetnografia, mas sim de uma experiência pessoal que se assemelha a tantas outras que passam pela situação da maternidade universitária. Atentei-me às experiências dessas

mulheres com o afastamento necessário de pesquisadora, mas também com a proximidade de ativista e mãe que vivenciou violências institucionais na UFGD. Questiono e observo suas dificuldades enquanto mães e universitárias a partir de Tabak (2002), quando diz que a evasão de mulheres após a maternidade se tornou um problema social nas universidades.

A estrutura patriarcal presente nas universidades não contribui para a permanência e desempenho de mães universitárias com filhos/as de 4 meses a 12 anos, muitas vezes levando-as a considerar desistir da busca por um futuro melhor para si e para suas famílias, será que podemos pensar desta forma? Nesse sentido, Fraser (1997, 2008) afirma que a representação define a política quando as injustiças são tornadas públicas ao serem expostas.

Por fim, Saffioti (1978) estudou a história e as lutas das mulheres nas universidades, e suas análises contribuíram para os trabalhos de Corrêa et al. (2021). Ao centralizar a questão da maternidade, fica evidente a influência marcante dos traços que perpetuam os papéis sexuais associados à essência feminina. Esses papéis canalizam as funções reprodutivas e cuidadoras das mulheres, definindo uma trajetória única e ideal para todas as mulheres do mundo.

1.7 - VIVENCIANDO MINHA MATERNIDADE, A PESQUISA E A ESCRITA:

A escrita desta dissertação juntamente com o campo me faz questionar se atualmente, e constantemente, sou uma boa mãe. Veja bem, neste momento final da escrita cinto que não estou tendo muito tempo para meu filho. Quando não estou escrevendo a dissertação, estou ocupada com várias atividades. Como responder às terapeutas, fazer trabalho de campo, ajudar meus avós, auxiliar meu pai, estudar, levar alguém para terapias ou escola, organizar o coletivo, ir ao médico por dores nas costas ou visitar minha psicóloga devido a episódios de esquecimento.

Parece que sempre estou com minha criança, muitas vezes ele participa de algumas aulas de cursos online que faço, para fortalecer meu currículo e tentar um doutorado, mas sinto que ele só está ali, porque não estive o dia com a mãe ou não sentia que a mãe estava presente. Aos fins de semanas tento desligar meu celular e meu computador para brincar só com ele. Tem dias que consigo e tem dias que são muito difíceis para mim, pois minha cabeça só fica pensando na minha dissertação. O que devo escrever? Quem devo citar? O que devo ler? Como posso expor esse pensamento?

Antes de chegar aos dias finais da escrita, eu conseguia escrever tranquilamente durante as idas as terapeutas, mas agora quem precisa levá-lo até elas são o pai. Contudo, a

maternidade, em paralelo à dissertação, é complicada demais, é sobrecarregada, na verdade, principalmente para uma mãe de criança pequena e atípica — que apesar de ter o pai presente cumprindo seu papel, prefere constantemente estar ao redor da mãe como um orbe.

Assim, ressalto que o significado de ações afirmativas que usaremos a partir dos próximos capítulos são as de que: quaisquer programas, atividades ou medidas pública ou privada, que buscam conceder recursos ou direitos especiais a membros de grupos socialmente desfavorecidos para atingir interesses coletivos, considerando a intersecção das desigualdades de classe, sexismo e racialização dos corpos.

A questão da maternidade está cada vez mais a se expandir nas universidades e na sociedade, notamos não haver pesquisas encontradas no Mato Grosso do Sul, principalmente em Dourados, sobre maternidade. Por este motivo, e pela minha vivência na instituição, escolhemos a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Vejam, historicamente estamos muito acostumados com as perspectivas de mulheres e mães brancas, assim como o feminismo.

CAPÍTULO 2

MATERNIDADE INTERSECCIONAL: UMALENTE TEÓRICA ANALÍTICA DO ESTUDO

Segundo Bernheim e Chauí (2008), a universidade não pode ser vista como uma entidade independente da sociedade, mas sim como uma instituição social que expressa a sua estrutura e funções, e, portanto, as estratégias de negociação parecem promover a equidade também nas universidades. A partir desta abordagem ao longo do estudo farei um exercício reflexivo, ao procurar compreender três dimensões importantes envolvidos no processo da construção do maternar: a) dimensão ontológica, como o ser-mulher se constituem; b) dimensão política institucional envolvidas ou não no processo do maternar na universidade; c) e a dimensão epistêmica que é mobilizar um conjunto de saberes e conhecimentos que permite visibilizar o modo como a ciência e os espaços de circulação compreende a posição feminina ante o maternar.

Kimberlé Crenshaw (2002), professora e defensora de direitos civis, utilizou de uma abordagem teórica interseccional, ou, interseccionalidade, em meados do final da década de 80, o conceito foi utilizado após análise de uma decisão acerca de uma mulher negra que entrou na justiça por não conseguir emprego em uma fábrica. Para esta mulher era óbvio que não havia sido contratada por ser mulher e negra, porém o juiz negou dizendo que na fábrica trabalhava homens negros e mulheres. Só não contou que todas as mulheres contratadas eram brancas e trabalhavam no escritório e as pessoas negras na manutenção. Ou seja, ela havia sofrido racismo e misoginia.

Os estudos interseccionalidade(s), do ponto de vista epistêmico e político é tributário das contribuições das intelectuais e autoras negras, dentre elas: Truth (1851) Crenshaw (1989), Lorde (1983; 1984), Davis (1983; 2017), Collins e Bilge (2016) e Hooks (1984; 2015), já no Brasil temos as pesquisadoras feministas e autoras, como: Gonzales (1984;1988), Carneiro (1995;2017), Nascimento (1989), Bairros (1995), Ribeiro (2018) e Akotirene (2019).

Autoras feministas negras como bell Hooks (2019), Audre Lorde (2020) e Lélia Gonzalez (2020) afirmam a existência de uma omissão intencional do corpo da mulher negra que ocorre através das perspectivas do eurocentrismo branco ao ponto da sexualização intensa e/ou da submissão categórica. Por exemplo, Hooks (2019) ressalta a importância de desafiar a concepção da maternidade como um fator limitante na vida das mulheres, já Gonzalez (2020)

nos provoca a pensar raça e gênero sempre ao colocar em foco acerca da mãe preta e da maternidade real ou simbólica através dos valores culturais afro-brasileiros. Essas percepções sobre a maternidade e o trabalho fora de casa contrasta agudamente com as do movimento de libertação das mulheres proposta pelos feminismos de cariz norte cêntrico. Porque, apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração.

Ao examinarmos as contribuições de Collins e Sirma (2018) e Akotirene (2019) para o entendimento da interseccionalidade, torna-se evidente que a ausência de uma consciência interseccional nas abordagens feministas e antirracistas pode inadvertidamente reforçar as formas de opressão enfrentadas por mulheres-mães universitárias. Essa lacuna compromete a eficácia desses movimentos na promoção dos direitos humanos, uma vez que não consideram adequadamente as interconexões dos sistemas de poder que moldam as experiências vividas por essas mulheres.

A partir dessas intelectuais é possível afirmar que a interseccionalidade não se configura apenas na estrutura hierarquizada dos modos de opressões entrelaçadas nas dimensões de gênero, raça e etnicidade, ou classe, já que não são marcadores fixos uma vez que são sempre situados em uma dada cultura e sociedade. Como também, pode ser interpretada como uma ferramenta metodológica, teórica e de instrumento político. É política porque ao pensarmos diretrizes institucionais de ações afirmativas para mulheres, parece ser necessário reconhecer as complexidades das identidades no que diz respeito os diversos marcadores das exclusões que se interseccionam e as disparidades de poder que permeiam diferentes grupos sociais. Tal como afirma Collins:

A interseção entre identidade e experiências é reflexo dos jogos de poder que acontecem nos domínios estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais do poder, identidades que transparecem tanto nas interações sociais cotidianas como na imagem pública. (Collins, 2018, p.32)

A autora evidencia a conexão entre identidade e experiência, de tal modo, que refletem os jogos de poder que existem em diferentes esferas sociais. Nessa mesma lógica, compreendemos como as identidades são moldadas e percebidas não apenas nas interações sociais cotidianas, mas, também, na esfera pública. Isto nos leva a refletir sobre como as

estruturas de poder visíveis e invisíveis influenciam não só as interações interpessoais, mas também a construção do indivíduo e do coletivo.

Nesse sentido, as abordagens teóricas dos estudos das interseccionalidades, são um campo teórico-analítico que me permite examinar os modos como as mulheres universitárias, em especial aquelas que vivenciam as maternidades, constroem formas de enfrentamentos cotidianos dedicados na busca de melhorar suas vidas e carreiras. Assim, por meio da análise interseccional, interpretarei os modos como operam as assimetrias, as nuances, as diferenciações, similares e singularidades que marcam e demarcam as múltiplas identidades sociais. Neste caso, gênero, étnico-racial, classe, deficiência, etarismo e sexualidade — se entrelaçam, influenciam as experiências e desigualdades vivenciadas por essas mulheres.

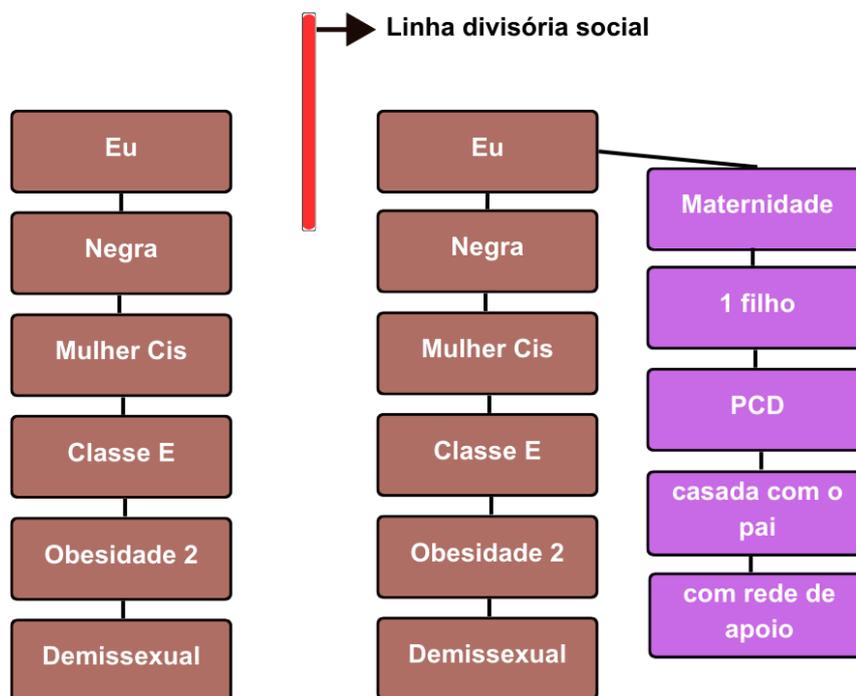
Dito isto, parece ser consensual afirmar que, as significações socioculturais construídas pela modernidade ocidental capitalista a respeito das maternidades, tem se configurado por gerar e gerir linhas de exclusões da diferença social tanto ao trabalho do cuidado quanto ao ato de materna. A exemplo, podemos constar as maternidades, como um dos marcadores de diferenciação entre o masculino e feminino. No contexto heteropatriarcal, a interconexão de diferentes linhas de opressão acentua desigualdades que se interligam e se cruzam. Estas incluem a quantidade de filhos, a presença de pessoas com deficiência, a classe social, a sexualidade, a existência ou não de uma rede de apoio, e se são mães solo, entre outras perspectivas. Essas camadas sobrepõem-se na construção do sujeito feminino, colocando-o às margens sociais, e a maternidade se entrecruza com cada nova linha de exclusão. A este respeito, Lorde nos ajuda a pensar nas teias que se entrecruzam as múltiplas camadas de dominação ao afirmar que:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. (Lorde, 2019, p. 244)

Em seus escritos, Audre Lorde se coloca como uma mulher negra e lésbica, poeta, mãe de duas crianças, filha de um casal inter-racial, feminista e socialista. No mesmo contexto, ela explica que não existe um marcador de opressão que dói mais do que o outro ou qual deles é o menos ou mais importante que o outro. Para ela não existe tal hierarquia na interseccionalidade, assim como citado acima.

Neste sentido, chamo atenção ao infográfico abaixo:

IMAGEM 1: INTERSECCIONALIDADE E MATERNIDADE



Fonte: Organizado pela própria autora (2024)

Na imagem podemos observar a maternidade como um dos marcadores de diferença, no qual também noto como uma linha divisória social estabelecida como um parâmetro de opressão em camadas, uma vez que todo um ciclo social muda após a maternidade. Sabemos que em um recorte de gênero há um privilégio masculino em detrimento ao feminino, porém se acrescentarmos a questão étnico-racial a hierarquização de privilégios sociais muda.

Além disso, pensar a maternidade em determinados grupos culturais, sociais e econômicos é refletir acerca do impactado haver um potencial de marginalização para mulheres em diferentes pontos de partida. Ao interconectar analiticamente os efeitos do sistema capitalista, heteropatriarcal, conjugado a dominação colonial, sobre as experiências do sujeito feminino implicados no processo de matinar, nos permite ampliar as reflexões sobre as políticas institucionais. As epistemologias que dão sentido a ciência moderna ocidental, ao mesmo tempo, tornam perceptível a complexidade que molda as divergências e similaridades nas questões da maternidade.

Vale destacar, que a diferenciação colonial, destrói sistemas e histórias locais que existiam. Principalmente, outras formas designação de papéis sociais atribuídos a homens e

mulheres, ao contrário, a violência foi o modo de produzir a sujeita feminina como a dimensão de um ente que só poderá ser concebida na sua condição de subalternidade. Em relação ao outro que se vê como medida de todas as coisas, no caso, a outra do outro masculino. Assim podemos dizer que a subalternização de determinados grupos de mulheres está interligada às lógicas da expansão geocolonial intrinsecamente conectadas à destruição de sistemas nas quais as maternidades nem sempre tinham o sentido e significados que foi caracterizado e construído pelo capitalismo. E da forma como podemos observar atualmente, a maternidade, foi impactada por essas dinâmicas de maneira profunda, desfavorecidas e apropriada pelas lógicas de produção capitalista como o trabalho não pago das mulheres.

Tereza Cunha (2014), professora e pesquisadora portuguesa, aborda a conexão entre a distribuição dos sistemas locais pré-coloniais e o fortalecimento da dominação patriarcal, destacando como a destruição colonial alimenta a dominação capitalista e vice-versa. Uma das estratégias desse processo é a construção de discursos que invisibilizam as mulheres na história, a autora também expõe que as teorias feministas, especialmente aquelas relacionadas à maternidade, provocam tensões e desafios, principalmente sob a ótica dos estudos pós-coloniais.

Em uma análise horizontal da questão, Cunha (2014) também insufla que quando as mulheres definem o poder e buscam recriá-lo enfrentam severas hostilidades tanto contextuais quanto estruturais, o que denominamos de colonialismo e sexismo. A autora nos provoca em relação à questão da subjetividade, experiência e inteligibilidade das mulheres das quais gira seus estudos, na qual tece através das narrativas de outras mulheres.

A procura e a construção de uma análise feminista pós-colonial tem nesta teorização um alicerce que permite tomar perceptível a profundidade com que se estabeleceu e naturalizou a invisibilidade e a irrelevância das mulheres na lógica interna dos colonialismos que degenerou na hipertrofia constante da sua vitimização após as independências políticas. (Cunha, 2014, p. 19)

As maternidades brasileiras revelam uma teia de influências históricas e estruturas de poder que moldaram as experiências maternas e a forma de maternagem ao longo do tempo. Neste sentido, a colonização “desempenhou” o papel de formação das normas culturais e sociais que circulavam, eram elaboradas de simetrias de poder desigual entre homens e mulheres, entre o espaço público e o espaço privado. Deste modo, o presente estudo, articulará três pensamentos interligados a teoria: epistemologia feminista decolonial e pós-colonial, dos conhecimentos maternos e (d)as ações afirmativas na educação do ensino superior. As autoras e pesquisadoras Oyewùmí (2021) e Dove (2015), trazem uma perspectiva

diferente do que é a maternidade na cultura africana, em seus artigos ambas fazem comparações com a cultura ocidental e o significado da mãe para a sociedade que elas estão inseridas:

A construção iorubá da maternidade era muito diferente daquela que é projetada nessas fantasias baseadas no Ocidente. Para começar, as obrigações da maternidade, como as da paternidade, eram a principal razão para um emprego remunerado para todos os adultos, e o principal incentivo para acumular era a necessidade de fornecer um dote para a própria prole. (Oyewùmí, 2021, p. 200)

Desta forma, valores coletivos, consideração para a humanidade e a natureza, estima ancestral, e amor e respeito à família constituíam a continuação do ambiente e frustravam o perigo. Todos os membros da sociedade eram esperados para manter e preservar a ordem social através da prática da maternidade ideal de Maat. (Dove, 2015, p. 10)

Evidenciamos que tanto na cultura africana, quanto a indígena, a maternidade é sempre colocada amplamente nas questões econômicas e sociais das mulheres, assim como um compromisso de valorização e continuação da sociedade. Conforme as autoras, a linguagem dos povos indígenas Guarani destaca a conexão entre os termos “água” e “mãe”, simbolizando a importância da mãe na criação e reprodução da vida social. Seguindo o entendimento das pesquisadoras podemos notar as mudanças na sociedade Guarani que destacam a transformação do papel da mulher, de promotora e mantenedora da ordem social a uma condição mais restrita e dependente dos homens.

Na cultura dos povos indígenas Guarani e Kaiowá, a mãe desempenha um papel fundamental na produção e educação dos filhos, compartilhando responsabilidades com a família extensa. Quando entram na universidade, muitas vezes são as primeiras de suas famílias, e são o orgulho para continuarem seus estudos. Apesar da saudade e dos desafios econômicos, muitas mulheres indígenas enfrentam dificuldades para permanecer na universidade devido à distância dos filhos e à necessidade de manterem-se próximas deles, rompendo com a tradição educacional indígena. Deste modo, com os relatos das pesquisadoras podemos perceber que as crianças indígenas são parte integrante do universo adulto, acompanhando as mães em suas atividades cotidianas e aprendendo através da convivência.

2.1 - REFERÊNCIAS TEÓRICAS FEMINISTAS DECOLONIAIS E PÓS-COLONIAIS

Para começarmos explicar o que é o feminismo decolonial e o feminismo pós-colonial, assim como as suas semelhanças e diferenças, primeiro precisamos entender o que é o pensamento colonial implícito em ambas as terminologias. Os séculos XV e XVI, para o

mundo ocidental, é marcado pela expansão do domínio europeu sobre o resto do mundo, se colocando como o centro do mundo “civilizado”, numa relação do “outro/a” não-europeu como o residual, o inferior, selvagem e atrasado. Nessa perspectiva, o norte global se posicionava no topo de uma hierarquia de valores, ao considerar todas as outras formas de pensamento, culturas, sentimento, existência e produção artística como inferiores. Isso resultou em uma busca constante pelo restante do mundo em se assemelhar à Europa, que já se considerava conquistadora desse status.

Decolonialidade é um termo considerado para definir o resistir e desconstruir os padrões, conceitos e perspectivas impostas aos povos subalternizados durante os anos, também sendo uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. A palavra é muito usada por intelectuais latinas-americanas(os), como crítica a um enraizamento do conhecimento eurocêntrico e a predominância da cultura ocidental. Muito usado para discussões e estudos acerca das distinções de classe, gênero e étnicos-raciais, como uma forma de negar que os pensamentos do Norte Global são universais. Nos estudos decoloniais os autores e autoras destacadas na América Latina são: Dussel (1994; 2000), Quijano (2005), Mignolo (2003;2005;2008;2010), Césaire (1950), Fanon (2008; 2010), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Narvaz & Castilho (2008), Lander (2000), Maldonado-Torres (2007), Lugones (2014; 2020), Wash (2017), Mohanty (2008) e Segato (2013).

A promoção de discussões de teor decolonial em todas as nações anteriormente colonizadas é não apenas viável, mas também crucial para dismantelar as estruturas de poder colonial que persistem na sociedade ocidental. Aníbal Quijano (2005), ao analisar o "colonialismo do poder", ressalta como as sociedades ocidentais exercem formas de dominação sobre o Sul global, incluindo questões de gênero e raça.

Walter D. Mignolo (2003) enfatiza a importância de situar o conhecimento em seus contextos históricos e geográficos específicos, uma vez que os saberes subalternos e os pensamentos limiares emergem das margens do colonialismo e da modernidade, para desafiar as narrativas dominantes e oferecer perspectivas alternativas. Ao aplicarmos essas ideias ao debate sobre maternidade, gênero e colonialismo, reconhecemos que as políticas e sensibilidades relacionadas são moldadas pelos lugares geo-históricos e pelas hierarquias coloniais. Os saberes subalternos das mulheres, especialmente aquelas das nações anteriormente colonizadas, oferecem uma visão crítica das estruturas de poder e das práticas de cuidado que frequentemente são ignoradas ou marginalizadas pelas correntes dominantes de pensamento. Assim, Maria Lugones (2014), em sua obra rumo a um feminismo

descolonial, destaca a construção da subjetividade do outro sob o colonialismo, onde hierarquias raciais e dualismos são cruciais para manter o poder.

A expropriação de corpos, saberes e da natureza alimenta a acumulação primitiva do capital, marginalizando ontologicamente os sujeitos subalternizados, especialmente as mulheres, cujas experiências de maternidade e cuidado são afetadas por essas dinâmicas. As políticas públicas e instituições muitas vezes perpetuam invisibilidades e negações de histórias e memórias de grupos marginalizados, como as mulheres-mães da UFGD.

Neste sentido, parecer ser certo afirmar que, a negação da interseccionalidade entre raça, classe, sexualidade e gênero na definição de políticas institucionais, implica na manutenção de numa visão homogeneizada que não reconhece as múltiplas experiências de maternidade e cuidado vivenciadas por diferentes grupos. É preciso repensar as políticas educacionais e sociais para abranger essas diversidades, reconhecendo e valorizando as lutas das pessoas invisibilizadas em busca de reconhecimento e justiça em suas trajetórias, rompendo com os paradigmas colonialistas que desmerecem corpos e negam a plenitude de suas identidades e experiências.

Rita Segato (2013), ao discutir a articulação entre patriarcado e colonialismo, reforça em seus ensaios que no período pré-colonial muitas culturas e sociedades não possuíam ao menos a construção dos papéis de homem e mulher como são conhecidos atualmente por nós. Veja bem, ela nos alerta sobre a questão da maternidade e a cultura da “segunda mãe” (babás) e como é presente no Brasil, também comentando um pouco sobre a invisibilidade do trabalho do cuidado que é emprego aqui e como se tornou algo sociocultural:

De fato, embora o censo brasileiro do ano 2000 revela uma crescente presença de mulheres na população economicamente ativa (PEA), essa presença concentra-se nas atividades domésticas. O encarecimento progressivo do trabalho doméstico leva à expressiva substituição de mulheres por meninas como forma de manter a sub-remuneração desse tipo de emprego, o que indicaria que prevalecem as “continuidades históricas” do trabalho dessa natureza: a evasão do investimento no setor social, graças à continuidade do “trabalho invisível e barato das mulheres”. (Segato, 2013, p. 243-244)

O papel do cuidado nunca sai da questão dos papéis de gênero imposto pelo eurocentrismo e isso faz com que até mesmo crianças tenham que fazer trabalho doméstico para continuar sendo um emprego subalternizado e colonial. Mesmo que seja a mãe ou a “segunda mãe” presente na vida e cotidiano das crianças, há muito o que se discutir para que primeiro deixe de ser um “trabalho invisível e barato”.

Já o pensamento pós-colonial, questiona as narrativas coloniais dominantes e exporá as injustiças e impactos excludentes e dominantes produzidos pelo colonialismo, sendo o objetivo principal encontrar uma terceira via para esses países, uma alternativa às estruturas impostas pelos colonizadores, especialmente em um contexto de Guerra Fria. Assim, o pensamento pós-colonial se caracterizou por um conjunto de teorias e estudos que analisam os efeitos políticos, econômicos, filosóficos, artísticos, literários e sociais deixados pelo colonialismo, para conceber alternativas para que esses países não seguissem o mesmo caminho de seus colonizadores.

Alguns dos principais autores do pensamento pós-coloniais são: Césaire (1950), Nkrumah (1970), Bhabha (1991, 2007), Fanon (1952), Mbembe (2000), Spivak (2010), Said (2007), Curiel (2007), Santos & Menezes (2010), Cunha (2014) e Hall (2016).

A princípio usaremos a obra de Spivak (2010) que destaca em seu trabalho sobre o feminismo contemporâneo, a construção do pós-colonialismo e as teorias multiculturalistas e globais. A autora também destaca que a expressão do subalterno e do colonizado está sempre mediada pela voz de outra pessoa, que se posiciona para reivindicar algo em nome desse outro.

Tanto nos estudos decoloniais como nos estudos pós-coloniais podemos observar um grande estudo de mulheres acerca e junto ao feminismo¹⁵, como o caso de Spivak (2010), Cunha (2014), Lugones (2014; 2020), Mohanty (2008), Segato (2013) e Curiel (2007). Porém, ainda há uma grande onda de pesquisadoras acerca do feminismo e as vertentes dentro e fora do Brasil.

Por esta perspectiva, quando Curiel (2020) explica como decolonialidade e feminismo andam juntos, podemos entender que a colonialidade ainda resiste na forma do colonialismo interno interligado ao patriarcado, reconfigurando as maternidades envolvidas em teias complexas de dominação. Em que se observa as inter-relações e entrelaçamentos entre classe, raça-etnia, sexo, sexualidade e uma geopolítica centrada no cuidado como trabalho não pago das mulheres em suas diferentes geografias, principalmente quando observados a partir dos fatores socio-econômicos-culturais que afetam a essas mulheres.

Ao pensar o feminismo e as maternidades nas perspectivas decoloniais e pós-coloniais, tal como apresentado no trabalho de Oyewùmí (2020), ao tratar, das categorias e

¹⁵ No território brasileiro temos várias correntes de estudos feministas, contudo as principais correntes são: O feminismo marxista, o feminismo negro, o feminismo interseccional (exemplos: indígena feminismo, feminismo lésbico e o trans feminismo) e o feminismo afro-latino-americano.

características dos papéis de gênero na sociedade Yorubá, a autora evidencia a maternidade passa pela perspectiva de uma construção sociocultural. Ou seja, a existência da natureza dos papéis de homens e mulheres só se tornam um *fato natural* de acordo à cultura em que estão inseridos. Acredito que Nascimento (2019), poderá explicar melhor sobre o que a autora colocou como fato natural:

Este determinismo estaria presente na teorização feminista apesar da vontade de suas autoras em dissociar o natural/biológico do cultural, em função das categorias estarem atreladas ao modo ocidental de imaginar o corpo como unidade constitutiva do mundo social. Mesmo a afirmação feminista de que a biologia é um constructo social não libera a consideração do gênero em uma determinada vinculação com o corpo (Oyewùmí, 1997 *apud* Nascimento, 2019, p. 8-9.).

O fato de a autora trazer a questão do biológico é devido à cultura estar muito ligada a essa construção social do gênero e corpo na perspectiva eurocêntrica. Um bom exemplo é quando na gestação já é revelado o sexo da criança e os pais logo decoram seu quarto, guarda-roupa, educação, brincadeiras e brinquedos a partir desta descoberta.

A autora então define o conceito de mulher espiral que reflete a centralidade da mulher na esfera doméstica que acolhe o seu lar. O que é uma perspectiva diferente da mãe na cultura Yorubá, pela perspectiva norte-cêntrica podemos observar que a maternidade é muitas vezes limitada e unicamente associada às mulheres, assim, o papel da mãe vai além da criação dos filhos/as e inclui a sua relação com o homem. Nesta dinâmica, o pai é muitas vezes tutelado pela mulher, enquanto a sociedade machista a classifica como esposa ou mãe, negando assim a sua contribuição para a família nuclear patriarcal ocidental.

A autora brasileira Scavone (2001) evidenciou na crítica feminista sobre a maternidade e a experiência social feminina, ao denunciar o domínio de um sexo sobre outro na própria cultura. A socióloga discorre sobre o lugar da mulher na *reprodução biológica* (gravidez, parto, amamentação e cuidados constantes com os/as filhos/as) e o que determina a ausência da mulher no espaço público e a confinar no espaço privado sob a dominação masculina. Contudo, sem negar o fator bio culturais implicados nos processos reprodutivos femininos, é certo, que tais fatores ao serem ressignificados no domínio de uma sociedade heteropatriarcal, tal como bell hooks (1952; 2019) nos instiga a pensar acerca da educação masculina que contribuiu historicamente para sobrecarregar as responsabilidades de cuidar das suas próprias crias nos ombros das mulheres e, isso fica mais agravado como se trata de mulheres negras. E essa mentalidade é endossada por mulheres que acreditam que a maternidade representa uma esfera de poder que desapareceria se os homens também estivessem envolvidos.

Bairros (2020) afirma que nos pensamentos dos estudos feministas, a maternidade se posiciona como uma experiência central da identidade feminina, associado ao ato da maternidade valores como o carinho e o cuidado. Se por um lado, o conceito de mãe é definido nessas categorias de afetos, de outro, não podemos dizer o mesmo sobre o conceito de pai. Imposição de valores eurocêntricos que na modernidade ocidental são aliançadas ao sistema capitalista, que tem contribuído para a construção de um paradigma materno que permeia os marcadores sociais da diferença subalterna do feminino ante a ideia de superioridade do masculino. Bairros (2020), nos alerta ainda, que na perspectiva feminista (branca e do norte global) há apenas duas formas de descrever as mulheres: no lado maternal de ser e na forma sexualizada de ser, como se ela não pudesse ser as duas ao mesmo tempo, ou nenhuma delas.

Ouso dizer que a maternidade e maternagem foram uma forma de resistência contra a imperatividade do colonialismo que silenciou narrativas, vozes e marginalizou as mulheres (principalmente negras e indígenas) e até mesmo comunidades tradicionais inteiras. O fato de mulheres poder gerar novas vidas e assim continuar o legado de suas ancestrais apesar de todo o sofrimento enfrentado, é algo que só seria permitido através da maternagem.

Sabemos que as diversas culturas e sociedades possuem seus conhecimentos apagados ou invisibilizados durante séculos devido à colonização realizada em detrimento a descobertas de novas terras, contudo apenas realizaram um sufocamento de conhecimentos e histórias populacionais. Ao menos foi o que aconteceu no Brasil com os povos originários (indígenas) e as comunidades africanas que foram forçadas a virem para cá a fim de sofrerem, por este motivo é importante entender a romantização da maternidade na sociedade atual.

Essa romantização sobre o corpo feminino fica cada vez mais evidente que é uma construção social que acaba por trazer a culpabilização em foco para a vida das mulheres, dentro e fora de suas casas. Uma vez que as estruturas da sociedade patriarcal influenciada e espelhada pela dinâmica cultural norte-cêntrica estabelece e as pressionam, sejam elas inférteis, mães, adotantes ou não-mães.

A interconexão entre as abordagens dos estudos feministas decoloniais e pós-coloniais em relação à maternidade destaca-se como uma análise crítica das estruturas de poder que, se não forem desafiadas, podem continuar a perpetuar a opressão, particularmente para as mulheres na esfera acadêmica. Desmantelar essas estruturas é crucial para estabelecer um ambiente que reconheça o papel da maternidade, fomentando não apenas a igualdade de

gênero, mas também uma compreensão mais profunda e respeitosa de todos os aspectos associados à maternidade.

Díaz-Benítez (2020) trabalha em seu texto o movimento feminista interseccional, mas também na perspectiva decolonial, questionar o elitismo e visar a solidariedade entre as mulheres. A autora mesmo alega que diante desses dois fatores (interseccionalidade e decolonialidade) a maternidade se tornou um campo de discussão e estudo para se buscar, explorar e desafiar as narrativas dominantes e estruturais que a moldaram, alegando que “as feministas negras propuseram uma abordagem interseccional para debater as questões como o legado da escravidão, acesso ao trabalho, maternidade e família.” Todas as evidências apresentadas dizem que as mulheres frequentemente enfrentam desafios únicos, desde os salários desiguais até a saúde precarizada e a preservação de tradições culturais que as pertencem ou não, de papéis já pré-estabelecidos nas perspectivas pós-coloniais e decoloniais.

2.2 - REFERÊNCIAS TEÓRICAS ENTRE MATERNIDADE E UNIVERSIDADE

Aqui neste subtópico, quero trabalhar as vertentes das teorias feministas para explicar as ligações entre feminismo e maternidade, por vezes, acentuando em outros níveis de desigualdades, quando centrado na manutenção dos privilégios da “branquitude¹⁶” (BENTO, 2022). Dimensões, por vezes, esvaziadas quando se observa a estreita relação de articulação da relação étnico-racial entre mulheres brancas e não brancas. Especialmente dada a história e as estruturas sociais do Brasil desde a sua colonização europeia, cujas lógicas se mantêm atualizadas. Discussões que estão presentes no feminismo negro e no feminismo afro-latino-americano, tal como nos chamou atenção Lélia Gonzalez:

A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. (Gonzalez, 2020, p. 78)

Mas, como já dissemos no início, as africanas eram muito valorizadas, e ainda são, enquanto mães. Por isso não é de estranhar que, no Brasil, as escravas tenham lutado por manter a dignidade da função materna, até mesmo quando a exerciam com crianças brancas. Com sua força moral, tudo fizeram para sustentar seus companheiros e tratar da sobrevivência dos filhos, educando-os nas mais precárias condições de existência. (Gonzalez, 2020, p.185)

A autora e pesquisadora nos lembra a história das pessoas negras e suas lutas, assim como o lugar em elas se encontram — muitas vezes nas periferias (da história oficial as

¹⁶ Bento, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

idades pós-abolicionistas) e é com isso seus corpos, seus trabalhos situados na periferia ou como ela chama atenção, transformada na “a lata de lixo da sociedade brasileira”. A maternidade tem sido coisas diferentes para mulheres diferentes, dado os processos coloniais, a construção da função materna para as mulheres negras tem sido conduzida pela negação de direitos, a construção da sua própria parentela. Porque sobre ele recai a ética expropriação de cuidar dos seus, para cuidar das crianças/filhos/as das mulheres brancas. Os estudos das africanidades ao tecer a crítica aos efeitos dos processos colonial, tende a contribuir para desvelar como mães negras foram violentadas e a luta das escravas para manter a dignidade e cuidar da sobrevivência de suas famílias. Mesmo diante das adversidades impostas pelo sistema escravocrata e colonial daquela época. As funções maternas naquela época eram de responsabilidade das mulheres negras durante a escravidão e durante o sufrágio feminista branco.

Neste sentido, é perceptível que os feminismos de cariz nortecêntrico, ao tratar das maternidades, tem excluído dos debates das desigualdades de gênero os modos como a discriminação étnico-racial, o sexismo e o preconceito, para não falar do racismo, vividos pelas mulheres. Como também as questões religiosas e políticas em jogo na discussão que desencadeia uma série de outros desenvolvimentos, como a legalização do aborto, o investimento na saúde pública, os métodos contraceptivos e novas formas de tecnologia reprodutiva.

Assim, ao analisar as mudanças sociais e o modo como impactam a família percebemos diversas perspectivas e divergentes que tentam explicar e normalizar as mudanças para implicar os papéis de gênero na esfera pública e privada. Do ponto de Moura & Araújo (2004) que discutem essa construção cultural-social voltada para família e maternidade, as autoras afirmam:

Na verdade, diversas revisões históricas acerca da instituição familiar (Ariés, 1981, Badinter, 1985, Chodorow, 1990, Donzelot, 1986) sugerem que a exaltação ao amor materno é fato relativamente recente dentro da história da civilização ocidental, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII (Moura & Araújo, 2004, p. 45).

A construção desses papéis, assim como a romantização da maternidade, com o tal “amor materno” ou o “instinto materno”, é algo totalmente construído durante séculos para atribuir uma subalternização dessas mulheres diante dos homens (patriarcado). Reafirmamos que o termo “maternar” não se destaca apenas pelo ato biológico de ser mãe, mas também

pelas dimensões sociais, emocionais, culturais, políticas e econômicas envolvidas no cuidado e na criação das crianças.

Como as autoras Menezes, Pimentel e Lins (2022) expõe, a maternidade é um ato de cuidar que pode ser desenvolvido de diversas formas e por personagens igualmente diferentes, refletindo a variedade e multiplicidade das relações familiares. A maternidade é um termo multifacetado que abrange tanto o estado e as qualidades de ser mãe como o vínculo emocional entre mãe e filho. A maternidade é um tema que se desdobra em uma intrincada rede de relações, a abranger elementos de gênero, símbolos e representações na sociedade contemporânea. É crucial considerar a diversidade das experiências vividas pelas mulheres ao abordar este tema. Focar no papel das mulheres nesta dinâmica, também é importante, principalmente para distinguir entre a função biológica da maternidade e o que é comumente referido como cuidado materno. As culturas das diferentes sociedades estabelecem rotinas associadas a essas práticas, sendo influenciadas pela produção de conhecimento em diferentes áreas.

As maternidades foram sendo definidas, assim como normatizada, em estruturas coloniais que impuseram ideias específicas sobre o que é ser uma “boa mãe” e quais práticas são consideradas aceitáveis e ignoram a diversidade de experiências maternas que muitas vezes foram marginalizadas, como, por exemplo, a maternidade africana e a indígena. A antropóloga Nivia Maria Trindade dos Santos (2018) destaca acerca desta questão em sua dissertação:

Esta concepção da mulher ligada à natureza e à ideia de geração de vida, como afirma Sánchez (1999) pressupõe muitas vezes a negação do corpo das mulheres como ser pensante, associando-o apenas à sexualidade e à maternidade. Neste sentido, a desvalorização do corpo das mulheres indígenas resulta por vezes no maltrato doméstico e na violência sexual, situação que se complica ainda mais nas comunidades pela proliferação do alcoolismo, convertendo-se em um verdadeiro problema para as mulheres. (Santos, 2018, p. 72)

Esta citação destaca que as noções tradicionais de feminilidade relacionadas com a fertilidade e a natureza muitas vezes levam à subvalorização e à negação da autonomia dos corpos das mulheres, principalmente das mulheres indígenas. Para a indígena Karipuna e pesquisadora Soares¹⁷ (2021), nos faz entender que nas relações indígenas, as mulheres são corpos-territórios, ou seja, comparadas a árvores, profundamente enraizadas em sua

¹⁷Ela traz em sua pesquisa as relações indígenas sobre mulheres, corpos-territórios e o feminismo. Contando um pouco sobre a questão da família e da subvalorização dentro dos campos das indígenas mulheres (ela trabalha esse termo dentro do seu artigo), ao trazer ela gostaria de ressaltar sua perspectiva da ancestralidade e da família centrada nas mulheres e corpos da sua aldeia.

ancestralidade, comunidade e perseverança das tradições, porém essa violência de gênero são heranças do colonialismo e não um traço da cultura.

De acordo com Mohanty (2008) a maternidade em si não é tão importante quanto o valor que a sociedade lhe atribui, e a distinção entre a maternidade e seu status relativo é importante para compreender como surgem as desigualdades e como os direitos são negados. Hooks (2022) nos lembra que todas as questões maternas apresentadas não era uma categorização das mulheres negras, muito menos do feminismo negro, uma vez que já era parte corriqueira de suas vidas como mães, trabalhadoras e esposas/donas de casas. Isso me faz lembrar de uma passagem da autora em seu livro “*E eu não sou uma mulher?*”, quando indaga:

É significativo que na nossa sociedade foram dadas bolsas às mulheres brancas para realizarem pesquisas sobre mulheres negras, mas não consigo encontrar nenhuma instância onde as mulheres negras receberam fundos para pesquisarem sobre a história das mulheres brancas (hooks, 1981, p.31)

Essa provocação sobre a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as questões das mulheres brancas, principalmente acerca da “maternidade” e do “ser mãe”, nos lembra que toda essa promoção foi gerada em torno de uma única identidade de mulher. Embora a maternidade seja uma experiência enriquecedora, ela também pode apresentar desafios consideráveis, especialmente ao tentar conciliar os estudos acadêmicos com as responsabilidades maternas. Mães que decidem ingressar ou permanecer na universidade podem enfrentar diversas dificuldades que impactam sua jornada acadêmica, compreender essas dificuldades é crucial para promover a inclusão e a equidade de gênero no ambiente universitário.

É por este motivo a importância da abordagem decolonial para ampliar a compreensão, enquanto a perspectiva histórica ressalta sobre a importância das mães na sociedade. Se pararmos para observar há muitas semelhanças, não só para o lado materno (com mães), como com babás, professoras, parentes mulheres (irmãs, avós, cunhadas e tias), vizinhas, enfermeiras, entre outras que fazem algum trabalho relacionado ao cuidado de pessoas ou em linhas de cursos considerados “femininos”, o que acabam receber pouco ou quase nada para cuidar.

Apesar de o papel da mulher e dos cuidados maternais, vinculados ao processo de reprodução, serem cruciais para a continuidade de qualquer sociedade, em sociedades patriarcais isso não é valorizado da mesma forma que em uma sociedade de cultura matriarcal. O cuidado, de acordo com Vilchis (2019), por falta de definição exclusiva do

termo, faz com que diversos trabalhos ligados a ele sejam desvalorizados, especialmente, por serem visto como responsabilidade da comunidade, ou apenas feminino. Já que possui a obrigação e responsabilidade exclusiva de cuidar de pessoas como crianças, idosos e pessoas com deficiência, exercendo sempre um trabalho não remunerado.

Segundo Souza e Ratts (2006), as mulheres continuam a se engajar em cursos que reforçam tais representações culturais tradicionais, especialmente em carreiras docentes, devido à associação estreita das mulheres exclusiva ao cuidado. Quase sempre carregados de estereótipos sexistas com a ideia de que são mais competentes para exercerem profissões associadas às masculinidades. Isso ocorre devido à percepção equivocada da “consciência da maternidade feminina”, que atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pela maternidade.

O cuidado materno nos leva a refletir sobre as mulheres que desempenham múltiplos papéis: como mães, estudantes e cuidadoras da e na família, essa combinação de responsabilidades afeta diretamente suas rotinas diárias. Portanto, ao abordar a vida das mães universitárias, penso em analisar as suas redes de apoio também como forma de permanência para ocuparem suas cadeiras em sala de aula. E ao falar em redes de apoio, parece ser preciso considerar questões acerca do planejamento familiar e da família.

Para Pitanguy (2019), existe uma estreita relação entre a sujeição legal da mulher na família e a violência doméstica, fatores que contribuíram para que, dentre as muitas lutas dos movimentos feministas, fossem apontadas a importância na/da reforma das leis que regem a família. A evolução da constituição de família no sistema de parentesco, tratar de uma discussão que abrange todos os aspectos da reprodução do trabalho: a família; a parentalidade; o trabalho feminino; as identidades masculinas e femininas; e as relações entre homens e mulheres. Enquanto isso Duarte (2019), pontua que o planejamento familiar e o controle da natalidade devem ser considerados parte das políticas públicas, enquanto a tecnologia contraceptiva torna-se a melhor amiga do feminismo, permitir que as mulheres a separação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. Saalfeld (2019) argumenta que por trás da complexidade da maternidade existe uma rede de relações que abrange, entre outras coisas, relações de gênero, processos simbólicos e representações que refletem as diferentes formas de exercício da maternidade na sociedade contemporânea. Portanto, ao examinarmos a maternidade, é essencial considerar e discutir todas as experiências que ela traz para a vida da mulher.

Favret-Saada (2005) ao trabalhar com os afetos e as experiências, decide trazer a questão da construção estrutural cultural e o modo como ela pode mudar a perspectiva do pesquisador(a) e seus entendimentos. E, ao nosso entendimento, é correto afirmar que essa forma de pensar também pertence à maternidade, pois só a compreendemos, ou sabemos sobre, quando decidimos nos tornar mães e atravessar a linha social-familiar¹⁸. A psicóloga Vasconcelos (2013) conta um pouco sobre a construção da família no ocidente:

Muitos historiadores afirmam que no início da humanidade não existiam normas disciplinadoras, os grupos humanos eram nômades, dependiam da força física e a sexualidade era indiscriminada e promíscua. Mais tarde estes grupos teriam estabelecido moradia, desenvolvido a agricultura e iniciado uma divisão do trabalho. Pode-se pensar que nestas primeiras coletividades que garantiam a sobrevivência por meio da proteção e da produção de alimentos estariam as origens da família. Nesta perspectiva, a família teria surgido da matrimonialização e da patrimonialização da conjunção sexual. (Vasconcelos, 2013, p.30)

Historicamente, a coletividade contribui para a sobrevivência da sociedade e das dinâmicas familiares, uma vez que as estruturas organizacionais eram distintas das encontradas depois na era moderna. A família ou comunidade que deveria auxiliar nos cuidados das crianças não o fazem devido à perspectiva patriarcal norte-ocidental, já que consideravam que a mulher nascia com o “dom” para ser mãe e esse cuidado deveria ser feito única e exclusivamente pela mãe. Assim também podemos trazer os pensamentos da pesquisadora e jornalista Flávia Biroli (2018) que traz uma crítica acerca dessa privatização do cuidado e da vida familiar, além da desvalorização do trabalho doméstico e a posição hierárquica da dona de casa. A autora percebe que nas camadas mais pobres, a permanência das mulheres nessa posição resulta das convenções de gênero e desemprego, pode não ser uma escolha pessoal.

Para concluir este tópico, devemos pensar acerca das mães universitárias e seus enfrentamentos de uma série de desafios diários, incluindo a sobrecarga de tarefas, o estigma, a discriminação e a conciliação entre maternidade e carreira acadêmica. Seguimos para discutir a metodologia, a descrição e os procedimentos de campo.

¹⁸[1] Quando trago a linha social-familiar, estou dizendo sobre o modo como mulheres são tratadas antes e após engravidarem, retomando o conceito já empregado e trazido da Maushart (2006);

CAPÍTULO 3

ETNOGRAFIA MATERNA: A UNIVERSIDADE DA GRANDE DOURADOS

Nossa abordagem metodológica, baseia-se na triangulação de uma pesquisa etnográfica interseccional com foco na maternidade. Para compreender e analisar as inter-relações entre diversas dimensões de identidade, tais como gênero, raça, classe social e outros marcadores sociais. Essa metodologia é viabilizada pelo ambiente das Instituições de Ensino Superior, que proporcionam um contexto rico para tal análise.

Utilizando de Geertz (1997) no qual trabalha com a “descrição densa”, o autor entende que o labor dos antropólogos e antropólogas por e com uma sensibilidade extraordinária de uma habilidade quase sobrenatural de pensar, sentir e perceber o mundo como “os nativos” (estritamente falando). Segundo o autor, “Praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (Geertz, 2008, p. 4). Assim, ao trabalharmos a etnografia empregada por Geertz (1997), a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença de Collins e Bilge (2021), também utilizaremos de grupos focais de pesquisas sociais de Gatti (2005).

Ao buscarmos nossas interlocutoras de pesquisa no tema, também pensamos nas questões das maternidades acadêmicas das mulheres negras e indígenas, em uma perspectiva interseccional das interconexões e sobreposições entre as diferentes formas de opressão que estas mulheres enfrentam no ambiente universitário.

As maternidades são um enfrentamento de ciclos de violências constantes, já que é um aporte de questão de valores socioculturais, por este motivo afirmo que ser mãe no Brasil é um ato político. Por ciclos de violências quero referir aos inúmeros abusos que as mulheres enfrentam durante seu período materno. Algumas delas são, violência obstétrica, palpites na criação, a invalidação dos cuidados prestados à casa durante o puerpério, o abandono parental, a falta de rede de apoio, a solidão social, o desemprego na volta da licença maternidade, as falas indesejadas de quem a cerca, a dificuldade de permanecer e progredir na universidade. Entre outros diversos relatos violentos e abusivos que podemos citar no âmbito sociocultural materno.

Assim, quando pesquisamos artigos, dissertações ou teses, sobre etnografias na maternidade, encontramos apenas uma pesquisa com o título *Tornando-se Mães e Antropólogas: Uma Etnografia sobre experiências que desafiam ideias de Maternidade e Ciência*, publicado em 2022 no Estado de Santa Catarina da Universidade Federal de Santa Catarina. E ao pesquisarmos Maternidade e/ou Mães Acadêmicas na Plataforma Sucupira e na Capes, entre os anos de 2018 e 2022, ao todo deram dezesseis dissertações com o foco da nossa etnografia, onde apresento na tabela abaixo:

TABELA 1 – ESTADO DA ARTE

Título	Autoras
MATERNIDADE E ACADEMIA: políticas de inclusão de gênero na academia.	ALMEIDA, Camila I.
AS MULHERES E A QUÁDRUPLO JORNADA: vivências concomitantes entre trabalho, estudo, lar e maternidade.	COLARES, Alana R. A.
MÃES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: uma abordagem interseccional	SILVA, Juliana M. S.
O IMPACTO DA MATERNIDADE NA ACADEMIA: Uma análise multidisciplinar nos campos do Direito e das Políticas Públicas sobre as mães em universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro	MULLER, Monica S. A.
MATERNIDADE E CARREIRA: teste do modelo social cognitivo para autogerenciamento.	SALVADOR, Ana P.
MATERNIDADE TEM COR? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe	BAIA, Luara P. V.
A (IM)POSSIBILIDADE DE SER MUITAS: (Re) existências de mulheres universitárias mães em narrativas.	VAZ, Ana E. C.
MÃES E CIENTISTAS: um estudo na Universidade Federal do Pampa	WALCZAK, Aline T.
TORNANDO-SE MÃES E ANTROPÓLOGAS: Uma etnografia sobre experiências que desafiam ideais de maternidade e ciência	VERANI, Alana P. dos R.
A MATERNIDADE NA CASA DE ESTUDANTES DA UFSM: desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras da CEU.	PLETISKAITZ, Katiucia
INTERAÇÃO FAMÍLIA-TRABALHO: um estudo sobre maternidade na pós-graduação	RODRIGUES, Jaqueline S.
MÃES-PROFESSORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE TRÊS LAGOAS, MS: (Re) existências em meios acadêmicos preponderantemente masculinos.	VICENTE, Joselia Ap. P.
CIÊNCIA E MATERNIDADE: Desafios e Perspectivas para a Permanência de Mulheres-mães no Ensino Público Superior	ALVES, Isabela B.

TRABALHO DOCENTE EM HOME OFFICE E MATERNIDADE: A experiência das mães docentes da UERN no ensino remoto emergencial em decorrência da pandemia do novo coronavírus.	OLIVEIRA, Thaynara D. de.
MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.	ANDRADE, Thais S.
MÃES UNIVERSITÁRIAS: percepções acerca do aproveitamento do regime de exercícios domiciliares em uma Universidade comunitária do sul do Brasil.	SOSIN, Querla.

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados coletados nas plataformas Sucupira e Capes (2022).

Como podemos notar, nos anos citados houve poucas pesquisas referente ao assunto “Mães Universitárias”, mas todas as autoras desses trabalhos acadêmicos têm algo a dizer sobre o assunto materno presente. Dentro desse contexto, surge uma inquietação fundamental: quando indagamos sobre a presença das mães, seus cursos e sua participação na universidade, percebemos, assim como em outras instituições e na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a ausência de dados específicos. Essa lacuna na coleta de informações sugere uma invisibilidade, como se a presença e as necessidades das mães não fossem devidamente reconhecidas.

Ao se depararem com a falta de dados sobre as mães universitárias, evidencia-se a importância de uma análise crítica sobre como a maternidade é considerada ou negligenciada nos espaços acadêmicos. A ausência de informações específicas reflete não apenas uma falta de reconhecimento, mas também destaca a necessidade urgente de abordar e incluir as experiências maternas nos registros e na visão institucional. Essa reflexão aponta para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e atenta às demandas específicas das mães estudantes na universidade, promovendo uma participação mais significativa e equitativa.

3.1 – LÓCUS DE PESQUISA: A CIDADE DE DOURADOS NO MATO GROSSO DO SUL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Surgindo a indagação sobre se esse cenário está relacionado à natureza predominantemente agropecuária da região em comparação com outras áreas do país. Um exemplo ilustrativo da cidade, caracterizada pela multiculturalidade devido à presença de comunidades quilombolas, indígenas, japonesas e pela proximidade com o Paraguai.

A cidade, sendo necessário salientar o percurso sócio-histórico da região de Dourados, é caracterizado por um “encontro colonial” do fim do século XIX. A história de Dourados

produtividade agropecuária e agroindustrial, impulsionada por sua infraestrutura e localização estratégica. A presença significativa da população indígena Guarani Kaiowá/Ñandeva na região é histórica e desempenha um papel importante na identidade socioeconômica e cultural local. A história indígena no Mato Grosso do Sul foi marcada por interações com missionários, bandeirantes e sertanistas, resultando em relações multifacetadas, embates e contradições.

A cidade de Dourados abriga uma das maiores concentrações indígenas do Brasil, destacando-se pela presença multiétnica dos povos Guarani, Kaiowá e Terena. Segundo Levi Marques Pereira (2007), a criação das reservas indígenas no sul do Mato Grosso do Sul visou estabelecer áreas delimitadas para os indígenas, muitas vezes deslocando-os de seus territórios tradicionais para regiões menos férteis, um processo que intensificou o confinamento territorial e a perda de acesso a terras ancestrais. Esta política de acomodação, como Pereira descreve, não apenas restringiu o espaço físico dos indígenas, mas também gerou conflitos ao forçar diferentes grupos familiares a coabitar áreas limitadas, o que acabou impactando a coesão social e territorial dos povos indígenas na região de Dourados.

Atualmente, os Guarani-Kaiowá estão distribuídos em mais de 70 terras indígenas, a maioria delas sem processo de identificação, em meio a conflitos de terras - as retomadas - dispersando as famílias em comunidades espalhadas. Reflete nas complexidades históricas e contemporâneas, evidenciando a necessidade de abordagens que considerem tanto as dinâmicas econômicas quanto às dimensões culturais e sociais da região.

Além disso, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) está situada em um território que possui forte presença indígena, um aspecto que influencia a dinâmica institucional. A UFGD, conforme aponta Levi Marques Pereira (2007), atua dentro de uma complexa relação com as comunidades indígenas locais, que compartilham com a universidade o espaço e, em certa medida, os desafios de acessibilidade e inclusão educacional. Essa territorialidade indígena dentro e ao redor da UFGD sublinha o papel da universidade não apenas como polo acadêmico, mas também como um lugar de resistência e afirmação cultural para as comunidades Guarani e Kaiowá, que lutam para preservar seus conhecimentos e tradições mesmo diante de pressões sociais e econômicas.

Além disso, a cidade abriga diversas instituições universitárias que exercem influência sobre a localidade, embora as duas principais universidades (UEMS e UFGD) estejam situadas a 14 km do centro. Importante ressaltar que essa distância é medida do centro da cidade, não considerando a periferia ou áreas mais distantes, onde a acessibilidade ao ensino

superior ou avanço na carreira é dificultada para aqueles que dependem de transporte coletivo, como vans ou ônibus.

No entorno da UFGD, situada no Mato Grosso do Sul, a presença indígena é marcante, com a universidade localizada em um território indígena. Essa realidade traz um cenário peculiar para dentro da UFGD, onde a vida encontrada pelas comunidades indígenas era predominantemente rural, centrada na pecuária, agricultura e na produção de erva-mate. Apesar de ser uma instituição com apenas 18 anos de fundação, a UFGD possui uma história significativa, originada como uma extensão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande.

Por fim, as políticas de criação de reservas e o desenvolvimento urbano em Dourados exacerbaram os desafios enfrentados pelos indígenas na luta por seus direitos. A reserva indígena de Dourados, por exemplo, é constantemente impactada pela expansão da cidade, como descrito por Pereira (2007), que evidencia como a aproximação dos bairros e condomínios agrava a segregação social e limita o espaço para práticas culturais e modos de vida tradicionais. Esse cenário ressalta a necessidade de políticas que considerem as especificidades e o direito à territorialidade dos povos indígenas, especialmente em áreas de forte presença institucional como a UFGD, onde as demandas indígenas têm um papel crucial no processo de desenvolvimento acadêmico e social.

Assim, é uma universidade situada na fronteira brasileira, no arco Brasil/Paraguai e, conforme o site oficial da universidade, a “Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasceu do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados — CPD começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Na década de 1970, a CPD expandiu o campus de Dourados, que passou a abrigar os cursos de História, Letras, Agronomia e Pedagogia. Em 1980, foram implantados os cursos de Geografia, Ciências Contábeis e Matemática. Em 1991, o Centro abrigava o curso de Ciências Biológicas e nessa década começa a funcionar também o curso de Análise de Sistemas e os primeiros cursos de pós-graduação, o Mestrado em Agronomia e em História. Já em 2000, foram implantados os cursos de Medicina, Direito, Administração, os mestrados em Entomologia e Conservação da Biodiversidade e em Geografia e o primeiro doutorado da região, em Agronomia.

Para atender aos anseios da sociedade regional visando ao desenvolvimento sustentável e, aproveitando o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal, em 2005 - sob tutoria da Universidade Federal de Goiás – UFG, com investimentos públicos em infraestrutura física e de pessoal e na criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, com pretensões de incorporação do Hospital Universitário à Universidade Federal da Grande Dourados a UFGD foi criada, pela Lei Nº 11.153, de 29 de Julho de 2005, apresentando vocações como responsabilidade cidadã e social; estudos de preservação dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico da região; e desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria.

A comprovação da Universidade Federal da Grande Dourados – Projeto de Criação e Implantação - se afirmou no próprio fluxo de acadêmicos que convergiam para o campus de Dourados e que extrapola a "região da Grande Dourados", abrangendo outras regiões denominadas Sul-Fronteira e Leste, deste modo que ela abrange outras cidades próximas, além de estar localizada em uma cidade multicultural. Contudo, a universidade fica a exatos 14 quilômetros do centro da cidade, que é sua base. Com isso precisamos estar atento às suas dinâmicas sociais para a permanência e progressão acadêmica.

Com uma política de educação inclusiva, a UFGD começa a ofertar vagas também para ensinos diferenciados, como para comunidades indígenas e de assentamentos rurais, e para município polo da região através da Educação a Distância. No ano de 2012, quando a UFGD conjuntamente com o Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá, conquista a instalação da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, com a publicação da Portaria n.º 435 de 21 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 29/05/2012. A primeira ação foi a primeira turma do Curso Normal ao Nível Médio "Formação de Professores Guarani e Kaiowá – Área Verá" (espaço/tempo iluminado), realizado em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, e das comunidades indígenas dessas etnias.

Por ser um polo universitário, o objetivo é fortalecer o movimento rural no Mato Grosso do Sul e proporcionar conhecimentos e melhorias de qualidade de vida. O curso ocorre em alternância entre o Tempo Universidade, onde as atividades são realizadas nas dependências da UFGD, e o Tempo Comunidade, com aulas ministradas nos polos localizados em assentamentos nos municípios de Itaquirai, Ponta Porã, Nioaque, Sidrolândia, Corumbá, Itaporã e Nova Alvorada do Sul. Diante desse cenário, é crucial considerar os desafios enfrentados pelas mães ao se deslocarem até esses espaços.

Na esfera específica da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), já houve registros de outras batalhas em prol da maternidade. Por estes motivos a metodologia se gerou no formato de cunho etnográfico a partir de uma descrição densa dos sentidos e significados que tem a maternidade na cultural institucional da UFGD com especial olhar as experiências de mulheres-acadêmicas de três faculdades, a saber: FAED, FAEN E FAIND, nos respectivos cursos de Pedagogia, Engenharia de Alimentos e Educação do Campo. Sendo uma pesquisa quantitativa-qualitativa e sistemática, triangulando os vários procedimentos de compreensão e interpretação do fenômeno estudado, com entrevistas e dinâmicas de grupos focais, buscando compreender a permanência de mães no ensino superior - sendo elas gravidam ou mães com filhos/as de quatro meses a doze anos.

Durante as visitas na universidade conversei em um grupo focal com três mães de cada uma das três faculdades supracitadas, compreendendo 9 participantes. As interlocutoras dessa dissertação solicitaram a não identificação e preferiram não obter um nome fictício, contudo isso não afetará nossos dados ou a forma de relatos apresentada no trabalho. Também partimos das entrevistas semiestruturadas para as dinâmicas de grupos focais, para que possamos observar melhor como é construído o cotidiano das mulheres. Assim, dos trinta e cinco formulários entregues, apenas obtive retorno de vinte e seis mães interessadas na participação desta dissertação, sendo elas de diversas idades, raça-etnia, quantidade de criança/adolescente e classe social.

Para isso, o principal recorte da pesquisa são mães de crianças entre 4 meses a 12 anos, dentro dos períodos do 5º ao 9º semestre dos cursos de Pedagogia/FAED, Educação do Campo/FAIND e Engenharia de Alimentos/FAEN, sendo todas essas faculdades localizadas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

3.2 – DIÁRIO DE CAMPO: AS MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

A observação participante da pesquisa, começaram em julho de 2023. Considerando o calendário de aulas da FAIND, as entrevistas com as mães da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) do curso de Educação do Campo, começaram no começo de agosto quando estavam fazendo sua etapa de alternância. Já as mães da Faculdade de Engenharia (FAEN) do curso de Engenharia de Alimentos no final de agosto. Considerei as vivências das interlocutoras como mães-acadêmicas, tentando trazer formas de deixá-las confortáveis para falarem e relatarem suas necessidades, pensamentos e vivências.

No dia 15 (quinze) de fevereiro de 2023 foi enviado para as Coordenadorias dos cursos de Engenharia de Alimentos, Educação do Campo e Pedagogia um e-mail solicitando minha presença e permanência, nas referidas faculdades, para conversar com as alunas mães. Expliquei que aplicaria um questionário de seleção para a pesquisa, onde haveria um corte focal permanente de mães nos cursos supracitados, as quais precisam estar matriculadas nos períodos que compreendem do 5º ao 9º semestre e com crianças de 4 meses a 12 anos²¹. Dentro da mesma semana houve resposta afirmativa apenas de dois cursos: Educação do Campo e Pedagogia.

No dia 27 (vinte e sete) de fevereiro compareci nos blocos a fim de uma conversa com as coordenadoras e/ou coordenadores de cada curso, e também de suas respectivas secretarias/secretários. Contudo, novamente consegui apenas uma conversa com o secretário da FAIND e as secretárias da FAED. O secretário da FAEN não estava presente no dia, assim como as Coordenadoras e os Coordenadores das Faculdades citadas anteriormente. Foi um diálogo rápido para saber a grade horária das estudantes, se havia dados sobre quantidade de mães no semestre citado, se eles conheciam essas mães ou sabiam de sua existência.

No dia 2 (dois) de março consegui conversar com o coordenador da Pedagogia (FAED), ele relatou haver, no curso todo, cerca de 200 alunas, mas que por ano ele recebia em média 10 solicitações de licença maternidade, como coordenador ele admitiu que não tinha muito contato com as alunas. Palavras dele:

A gente sabe que em comparação aos outros cursos temos muito mais mulheres, obviamente, mas a gente tem um perfil de alunas mais velhas, em comparação a outros cursos que tem pessoas muito mais jovens, certo? Então, pessoas mais novas, não tem esse pensamento de fazer pedagogia, preferem outros cursos mais comuns, né? Então, já se formou, está trabalhando, pessoas que já tem filhos, já que não tem mais idade reprodutiva. (Entrevista de Campo, Coordenador do Curso de Pedagogia, 2023)

Será que no curso de pedagogia realmente há muitas mulheres que não tem mais idade reprodutiva para ter crianças? Um artigo publicado no site da FIOCRUZ em 2022, comparou dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre os anos de 2000 e 2020, chegando à conclusão de que a maternidade tem crescido entre mulheres mais velhas no Brasil. Isto é, a maternidade está se tornando mais tardia apesar dos riscos que podem oferecer. É correto entender que o curso de pedagogia tem muitas mulheres mais velhas, após considerar que só puderam voltar aos estudos após reduzir a carga do trabalho,

²¹ A seleção da idade de 4 meses a 12 anos se dá devido à questão da licença-maternidade juntamente com a idade mínima para um bebê entrar no CEI (Centro de Educação Infantil) e de 12 anos, sendo a idade permitida pelo ECA para a adolescente estar sozinha em casa.

do cuidado dos filhos/as, realizar trabalhos domésticos e trabalhar fora de casa. Mesmo assim, ao buscar uma educação superior, elas continuam procurando profissões ligadas ao cuidado e à educação infantil.

Dentre das mulheres entrevistadas, 12 delas pertenciam entre o 2º ao 8º semestre do curso de Pedagogia, com idades entre 24 a 48 anos e todas possuem ao menos uma criança menor de 11 anos completos; se eu tivesse que fornecer um aprofundamento maior acerca dessas 12 mães, ao todo 9 delas possuem ao menos uma criança com idade igual ou menor que 6 anos. Então como o coordenador (naquela época) pode ter tanta certeza que seu público de graduação não está mais em idade reprodutiva, ao mesmo tempo que não existem dados sobre suas gestantes ou até mesmo sobre as mães presentes nas salas de aula?

No dia 10 (dez) de abril, com a chegada das alunas no curso de Educação do Campo (FAIND) — curso intercultural que opera na Pedagogia da Alternância²² —, consegui conversar rapidamente com o Coordenador do curso que me acompanhou durante as apresentações que fiz em sala de aula, para conhecer as estudantes e entregar o questionário. Neste dia foi quando entendi que talvez não conseguiria trabalhar com mães universitárias no escopo do semestre programado, uma vez que as etapas difeririam de semestres e fui informada de que o calendário da universidade estava uma bagunça devido à Pandemia do COVID-19.

Anterior a minha chegada na FAIND, tentei novamente conversar com alguém do curso de Engenharia de Alimentos (FAEN), fosse o secretário ou a coordenadora, contudo a coordenadora do curso não se encontrava e o secretário estava ocupado para fornecer detalhes e informações extras. Desse modo, apenas ofereceu a grade de horários do curso. Foi bastante complicado estar dentro da FAEN no quesito “parceria” com a coordenação para eu obter informações mais específicas, uma vez que tive que procurar por elas de sala em sala, de boca em boca, por mensagens.

Durante o período que passei na FAEN encontrei apenas uma sala no bloco indicado por ele, e pela grade fornecida onde estava tendo aula com uma professora do 2º (segundo) semestre, pedi licença e perguntei se poderia questionar as quatro alunas presentes. A professora consentiu, então me apresentei e expliquei sobre meu projeto, entretanto, nenhuma das alunas presentes era mãe. Quando estava a me retirar da sala, pude escutar a professora

²² A Pedagogia da Alternância é um método de ensino que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano no curso de Educação do Campo da UFGD. Ele ocorre a cada 15 dias corridos na instituição integralmente (de segunda a sábado, de manhã e tarde) e os outros 15 dias é feito remotamente, onde as professoras e professores se deslocam até as alunas e alunos;

dizendo: “*Graças a Deus não temos nenhuma mãe presente nessa sala, arranjam crianças para após se formarem.*”

Sabemos haver uma certa dificuldade em permanência de mães na Universidade, então, por que uma professora diria isso para suas alunas? A ausência da permanência materna na academia é uma questão fortíssima para as mulheres, pois como a fala da professora sugere fica a entender que elas não podem ocupar estes lugares e que não são bem-vindas.

No pátio do bloco da FAEN havia diversos grupinhos de alunas e alunos, passei por cada um questionando se pertenciam ao curso de Engenharia de Alimentos e se sim, se conheciam alguma acadêmica-mãe presente no curso. Uma universitária respondeu:

Olha, minha turma é de 2020, estou no sexto/sétimo semestre do curso. Durante a pandemia muitas saíram após engravidarem e/ou casarem. Então não há nenhuma gestante dentro do meu semestre, às três que tinham saíram. Acredito que em nenhum semestre você vai encontrar, pois todas que engravidam no nosso curso saem (Entrevista de Campo, Aluna 1, 2023).

Outro estudante complementou:

É verdade, nosso curso é desconhecido, há poucos homens, mas as mulheres que entram quando engravidam saem. Estou no quarto semestre. Você provavelmente vai encontrar mães entre as formandas do ano passado (Entrevista de Campo, Aluna 2, 2023).

A evasão de mulheres gestantes foi exposta, mas quem teria esses dados para comprovar? Quais seriam as problemáticas/dificuldades para que mulheres que engravidam, ou casam, desistam de seus cursos bem próximo ao final, será que apenas a pandemia foi/é a culpada? Toda mãe conhece outra mãe na universidade, mas há uma linha (in)visível e divisória (Maushart, 2006; Santos *apud* Meneses, 2015), entre elas e os demais estudantes.

Agradei e me encaminhei para o curso de Educação do Campo. Ao entrar já pude ver crianças correndo pelo bloco, brincando sozinhas e/ou com cuidadoras/es livremente. Observei as pinturas presentes na universidade que retratam muitas vezes as questões maternas indígenas.

Durante os períodos de fevereiro a maio do ano de 2023 fiquei presente na Universidade para observação de campo, em alguns dias eu frequentava o Centro de Convivência, nos outros o Restaurante Universitário, fazia observação das mulheres que transitavam pelos blocos: FAED, FAEN E FAIND. Vez ou outra podia ver mães nesses espaços com suas crianças, algumas que eu já conhecia e outras que eu perguntava se eram

mães ou não. A minha permanência nos blocos era no hall de entrada, onde as acadêmicas e acadêmicos se reuniam para conversar, comer e/ou descansar.

3.3 DESCRIÇÃO DOS LÓCUS DE PESQUISA

A pesquisa tem como orientação teórico-metodológico as abordagens qualitativa e quantitativa, com compreensão interpretativa das entrevistas feitas e os relatos das diversas mães presentes na faculdade, assim como um levantamento bibliográfico para embasamento.

Sendo assim, temos:

a) Entrevistas semiestruturadas: As perguntas foram elaboradas para as universitárias presentes nas faculdades de educação, engenharia e intercultural indígena; assim como para os representantes institucionais;

b) Relatos participativos: escuta e transcrição dos relatos de experiências informados pelas mulheres-mães na universidade;

c) Quando penso nas palavras “mães universitárias” ou “mães acadêmicas” e retomo minhas páginas de anotações no meu caderno de campo que faço desde a minha gestação dentro da UFGD vem alguns principais eventos, como:

a) Uma mãe com um carrinho de bebê pela universidade na parte da noite, tendo que forrar a pia, quebrada e encharcada, quatro vezes para poder trocar seu filho, pois não havia trocador no banheiro feminino da FAED;

b) Uma amiga que precisou entregar atestados médicos e depois ir de carro para a universidade por começar a ter risco em sua gestação por andar de ônibus;

c) A dificuldade em sentar nas cadeiras de plástico;

d) Eu levando meu filho, desde bebê, a universidade para ficar comigo por não ter com quem o deixar.

e) As mães da FAIND que constantemente levam suas crianças com elas para as etapas de estudos e ficam com elas na universidade (nas salas de aula);

f) Uma mãe que precisou de ajuda para segurar seu bebê enquanto se preparava para dar banho nele na pia no Centro de Convivência, enquanto outras 10 estudantes apenas a observavam fazer este malabarismo;

g) O Centro de Educação Infantil que não acolhe as mães corretamente, como foi relatado por uma amiga que conseguiu deixar a filha pela primeira vez lá;

h) As crianças que ficam pelos corredores da universidade;

- i) As que acompanham as mães na sala de aula por não poderem estar dentro da Brinquedoteca por terem menos de 4 anos;
- j) A mãe que passou recentemente na faculdade e seu filho precisou ser internado, contudo, ela não recebeu empatia dos professores perdendo as disciplinas;
- k) A doutoranda que engravidou e precisou escutar falas desmotivacionais da sua orientadora;
- l) A dificuldade de uma mãe recentemente-viúva que precisa se organizar para trazer seus três filhos consigo por não ter rede de apoio, sendo que duas das crianças não puderam frequentar a brinquedoteca durante as etapas em que ela fica na universidade por serem menores de 4 anos;

Ao explorar essas nuances, reconhecemos a relevância de compreender como cada curso impacta as experiências das mulheres, considerando o tempo e o espaço da universidade. Essa análise é importante porque as condições singulares de cada curso podem afetar de diferentes maneiras a permanência e as dificuldades enfrentadas pelas mães estudantes. Existem intersecções de questões comuns, mas também devem ser tidas em conta diferentes para desenvolver estratégias eficazes para apoiar e promover a retenção das mães neste ambiente acadêmico diversificado.

Os três cursos foram escolhidos para podermos observar como a subjetividade e a experiência dessas mulheres se interligam com a sua inteligibilidade. Sendo, dois cursos integrais (manhã e tarde) — FAEN e FAIND, um deles no formato de Pedagogia da Alternância (15 dias dentro da UFGD e 15 dias na comunidade) e um no formato noturno (FAED). E também dois de licenciatura (FAIND e FAED) e um de bacharelado (FAEN). Com o intuito de proporcionar uma compreensão mais ampla sobre as nuances da subjetividade, das experiências individuais e das diversas formas de maternidade, decidi apresentar antecipadamente as interlocutoras selecionadas, acompanhadas de uma descrição detalhada dos cursos:

3.4 – FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAED) - PEDAGOGIA

FOTO 1 – FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFGD



Fonte: feita pela autora (2023)

O curso noturno e presencial de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFJD) desempenha um papel fundamental na formação de profissionais dedicados à educação. O curso destaca-se pela sua abordagem voltada para a licenciatura e pela carga horária robusta de 3.918 horas. Sua história começou em 1979, quando foi fundado como parte do antigo Centro Pedagógico de Dourados (CPD), e desde então tem como principal objetivo preparar indivíduos para atuar nos campos do ensino, liderança e gestão escolar. A evolução do curso ao longo dos anos se reflete em sua linha do tempo. Inicialmente oferecendo habilitações em Administração Escolar e Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, em 1983 expandiu-se para incluir habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Supervisão Escolar, seguidas pela habilitação em Orientação Educacional em 1986 e Magistério para o Pré-escolar e Séries Iniciais do 1º Grau em 1991.

Hoje, o curso de Pedagogia da FAED-UFJD continua a evoluir para se adaptar às demandas do cenário educacional. Além das disciplinas teóricas e práticas, valoriza a pesquisa e a extensão, com diversos grupos de estudo e pesquisa explorando temas como política e avaliação da educação superior, processos civilizadores e educativos, educação matemática, tecnologias da informação e comunicação na educação, educação especial e pedagogias inclusivas, entre outros.

Localizado na primeira fila do Bloco Universitário, o espaço físico do curso se estende até o Bloco B, que abriga a Brinquedoteca, demonstrando um compromisso prático com ambientes educacionais adequados e inovadores. Esta abordagem física e organizacional sublinha o compromisso da FAED em proporcionar uma educação abrangente e de alta qualidade aos futuros professores. Em suma, o curso por meio de uma abordagem interdisciplinar e prática, para transformar positivamente as instituições educacionais e a sociedade na totalidade.

Como o foco eram estudantes do 5º ao 9º semestre, foram distribuídos na Pedagogia 12 questionários. Todos devolvidos, foram escolhidas 4 interlocutoras desta faculdade para esta dissertação, contudo, uma das mulheres selecionadas não conseguiu participar, por razões de não ver necessidade e ficar uma questão nivelada com as outras faculdades, não convidei outra para a participação. Deste modo, as interlocutoras selecionadas no curso noturno da Pedagogia foram:

— Interlocutora 1, ela é branca, possui 25 anos e é bissexual, está em união estável e tem um filho de 3 anos;

— Interlocutora 2 é Indígena-kaiowá, tem 26 anos, é hétero, casada, mãe de um menino de 1 ano e 6 meses e uma menina de 4 anos;

— Interlocutora 3, é negra, possui 35 anos, hétero, casada e com 3 crias — uma filha de 16 anos e uma de 11 anos, tendo um menino de 2 anos e 8 meses.

3.5 – FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA (FAIND) - EDUCAÇÃO DO CAMPO

FOTO 2: FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA – UFGD



Fonte: retirada pela autora (2023)

Em 2012, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá alcançaram um marco significativo com a instalação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), por meio da Portaria n.º 435 de 21 de maio de 2012. A iniciativa iniciou em 2002 com a criação de um curso específico para professores Guarani e Kaiowá, resultante do esforço conjunto do Movimento de Professores e diversas instituições educacionais. A FAIND não apenas abriga a Licenciatura Teko Arandu, desenvolvida em parceria com organizações e instituições educacionais, mas também o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A Educação do Campo, entendida como a educação formal destinada à população rural, é um fenômeno multifacetado, por aspectos culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, a Educação do Campo emerge da necessidade dos sujeitos e dos movimentos sociais de promover processos educacionais alinhados com os modos de vida das comunidades rurais. Essa modalidade garantirá o direito dos camponeses a um sistema educacional adaptado à sua diversidade sociocultural, reconhecendo a importância de métodos e currículos que atendam às demandas e interesses específicos dos cidadãos que vivem no campo.

No contexto do Mato Grosso do Sul, as Diretrizes Operacionais do ensino fundamental e médio para escolas do campo, regulamentadas pela Resolução/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011; delineiam um modelo educacional que privilegia a diversidade e a contextualização, reconhecendo a importância de tempos e espaços pedagógicos específicos para as comunidades rurais. Para a UFGD, a implementação dessas diretrizes representa uma

demanda clara de formação de docentes especializados, com implicações significativas para o desenvolvimento regional.

Iniciado em 2008, com o Curso de “Licenciatura em Ciências Sociais”, o programa expandiu-se para abranger licenciaturas em Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Possui 60 vagas anuais e uma carga horária mínima de 4.104 horas-aula, o curso adota a modalidade de alternância entre Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, fortalecendo os vínculos entre teoria e prática e valorizando o conhecimento local.

A proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFGD visa formar educadores capazes de compreender e atuar de forma crítica e reflexiva na realidade multifacetada da sociedade brasileira e do campo sul-mato-grossense. Além de preparar os alunos para a docência interdisciplinar, a gestão de processos educativos escolares e a atuação pedagógica nas comunidades rurais, o programa também fortalecerá a educação e a ação qualificada no campo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Localizado no último bloco da universidade, intitulado FAIND, atrás do Centro de Educação Infantil, ao lado do Laboratório de Educação Física e próximo à Fazenda Experimental do Curso de Ciências Agrárias.

Assim, nesta faculdade foram entregues 18 questionários, apenas onze foram devolvidos. As interlocutoras são três mulheres indígenas da etnia Guarani, neste curso integral de Educação do Campo temos:

- Interlocutora 4 de 31 anos, solteira, no qual possui um filho de 11 anos e uma filha de 2 anos e 5 meses, criando também um sobrinho de 13 anos adotado;
- Interlocutora 5 tem 25 anos, está em uma união estável e possui um filho de 2 anos;
- Interlocutora 6 tem 27 anos, também em união estável e com duas filhas, uma de 7 anos e a outra de 1 ano e 8 meses.

3.6 – FACULDADE DE ENGENHARIA (FAEN) - ENGENHARIA DE ALIMENTOS

FOTO 3: FACULDADE DE ENGENHARIA - UFGD



Fonte: retirada pela autora (2023)

O Curso de Engenharia de Alimentos da UFGD, implantado em 2006, surge como resposta à crescente demanda por profissionais qualificados na área de processamento de alimentos na Região Centro-Oeste do Brasil. Tendo em vista que a produção agrícola de alimentos é um dos pilares da economia brasileira, especialmente da Região Centro-Oeste, que se destaca como a maior produtora de grãos e carne do país, a Engenharia de Alimentos desempenha um papel fundamental na industrialização, conservação e comercialização desses produtos.

Com uma carga horária de 3.910 horas/aula, o curso adota uma abordagem multidisciplinar, integrando conhecimentos das áreas de ciências básicas, tecnológicas, saúde e humanas. Essa abordagem reflete a complexidade da engenharia de alimentos, que requer uma compreensão ampla e profunda dos processos envolvidos na produção, conservação e distribuição de alimentos. Vale destacar que se trata de um curso de período integral.

Os laboratórios da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias (FACET) oferecem aos estudantes do curso uma infraestrutura completa para o desenvolvimento de atividades práticas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Laboratórios como o de Preparo de Amostras, Bioprocessos, Análise Sensorial, Análise Química dos Alimentos e Tecnologia de Alimentos proporcionam aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos em situações práticas, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho.

Além de dominar os conteúdos científicos e tecnológicos da área, o curso visa formar profissionais engajados com questões ambientais e socioeconômicas, capazes de propor soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios enfrentados pela indústria de alimentos. Com uma abordagem ética e socialmente responsável, os futuros engenheiros de alimentos estarão aptos a analisar, avaliar, projetar, otimizar e gerenciar recursos nas empresas do setor alimentício, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Localizado no bloco D se encontram as salas de aula da FAEN divididos em 5 faculdades de Engenharias: Mecânica, Alimentos, Civil, Energia e Produção, sendo todos bacharelados. A Faculdade de Engenharia de Alimentos, um curso integral, no site podemos encontrar que o graduado pela UFGD em Engenharia de Alimentos terá habilidades criativas e críticas para desenvolver tecnologias, elaborar estudos relacionados à industrialização de matérias-primas alimentícias; e contribuir para a criação de tecnologias sustentáveis de aproveitamento de resíduos, incluindo o desenvolvimento e teste de formulações alimentares.

Na Engenharia de Alimentos, apesar da Coordenadora fornecer 5 nomes, apenas houve o interesse inicial de duas delas. Contudo, entreguei 5 formulários, dois para as voluntárias e outros 3 para as mães que encontrei durante as passagens em sala de aula no bloco do curso, sendo devolvidos apenas 3 questionários dos 5 que distribuí. Assim, teremos:

— Interlocutora 7, é Indígena Kaiowá, tem 24 anos, solteira e possui um filho de 3 anos;

— Interlocutora 8 também é Indígena Kaiowá, possui 30 anos, está em união estável, tendo uma filha de 9 anos, um menino de 4 anos e outra menina de 1 ano;

— Interlocutora 9 é negra, tendo 32 anos, casada e com um filho de 3 anos.

3.7 – OUTROS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Assim, na imagem a seguir, vemos o mapa da Unidade 2 da UFGD que pode ser localizado no google. Nele, chamo a atenção para a distância entre os pontos marcados em verde para a designação das demandas de vivências maternas.

10 anos. O CEI possui uma quantidade limitada de vagas e nem todas as estudantes mães são contempladas, o auxílio é apenas para mães consideradas perfil a partir do socioeconômico, e em detrimento às outras bolsas as mães nunca estão como preferência para o seu recebimento. As calçadas para utilização de carrinhos de bebês estão desniveladas e para finalizar, a distância de quatorze quilômetros entre o campus e o centro da cidade, levando estudantes que moram nas periferias da cidade a pegarem no mínimo 2 ônibus. Além de que, os espaços descritos não são adequados à presença de estudantes com crianças.

Masoras, por que estou citando estes espaços? Para assim, podermos analisar as vivências de mães, que estão localizadas na FAEN e FAIND, que ficam longe do Bloco B, onde se localiza a brinquedoteca que é destinada a crianças de 4 a 10 anos. Localizada em um único bloco para toda a universidade, apresentando limitações quanto à faixa etária atendida e exigindo que os responsáveis providenciem “alimentos” para a permanência das crianças no local.

Conforme o site da Universidade, o Programa de Assistência Estudantil Brinquedoteca — Mitã Rory, oferece um espaço de convivência e atividades lúdicas para crianças de 4 a 10 anos, prioritariamente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica cadastrados na PROAE/UFGD. O objetivo principal é promover igualdade de condições para acesso, permanência e diplomação dos estudantes, buscando reduzir taxas de retenção e evasão na universidade e garantir igualdade de oportunidades.

A brinquedoteca, coordenada pela PROAE, funciona nos três turnos na Cidade Universitária, oferecendo recreação e lazer para as crianças enquanto seus pais frequentam a universidade. Atualmente, o espaço tem capacidade para acolher 14 crianças por período, sendo necessário agendamento prévio. Além das atividades na brinquedoteca, as crianças também são convidadas a utilizar outros espaços da UFGD, como quadras e bibliotecas.

No ano de 2023, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) firmaram um acordo para destinar recursos de acordos penais à instituição de ensino. O convênio visa à compra de equipamentos recreativos para o Centro de Convivência da UFGD, como mesas de sinuca e tênis de mesa, além da expansão da Brinquedoteca UFGD — Mitã Rory, buscando fortalecer os laços entre as instituições e proporcionar um ambiente acolhedor tanto para estudantes quanto para crianças.

Contudo, nos anos de 2018 e 2019, havia um projeto de extensão intitulado “Construção da Ciranda Infantil na Educação do Campo no Estado do Mato Grosso do Sul” dentro da

FAIND que visava atender às necessidades identificadas pelos estudantes durante seu tempo na universidade. Diante da realidade em que muitos pais e mães estudantes, especialmente das comunidades rurais, enfrentam dificuldades para deixar suas crianças em casa e frequentar as aulas, surgiu a demanda por um projeto de extensão que acolhesse as crianças camponesas e indígenas na educação infantil.

A experiência de organizar a ciranda infantil durante o período universitário forneceu subsídios práticos e teóricos para os participantes poderem replicar essas práticas em suas próprias comunidades e escolas rurais. O projeto foi realizado como atividade extracurricular, contando com a colaboração de uma equipe de voluntários e bolsistas.

No site da universidade encontramos poucas informações, também busquei por artigos e notícias para além do que estava no site oficial, contudo não achei mais informações já fornecidas anteriormente. Devido a isso, não se tem como afirmar ou entender como o projeto ciranda funcionava e qual a idade que atendia, considerando que não foram encontrados nos registros oficiais da universidade registro do como a atividade foi realizada, configurando o lugar de invisibilidade que o materno ocupa na universidade.

Devido a isso pesquisei por alguns artigos para entender melhor o conceito e a dinâmica proposta no projeto de extensão que não possui nenhuma palavra, e achei interessante trazer a passagem do artigo “Diálogos para o fortalecimento da Educação do Campo no Centro-Oeste” do ano de 2022, no qual foi realizado uma Ciranda Infantil durante um evento regional, no relato as autoras dizem:

Foi possível ainda organizar a Ciranda Infantil, um espaço lúdico, educativo e pedagógico de acolhimento de crianças na faixa etária de 2 a 6 anos que acompanharam as mães durante o evento, possibilitando a inclusão e participação das famílias. Os saberes e fazeres da Educação do Campo, sua concepção pedagógica-política e cultural que tanto mobiliza salas de aulas nas Universidades, escolas do campo e movimentos sociais e sindicais...” (Medeiros, *et al*, 2022, p. 188).

Entendemos que enquanto projeto Ciranda o espaço lúdico conseguia e podia atender as mães dentro da FAIND, uma vez que, podia se alocar crianças de 2 anos até 6 anos na possibilidade de existência deste regimento. De acordo com relatos podemos confirmar que para as mulheres indígenas e do campo, era muito melhor o projeto ciranda.

Contudo, com o acordo entre a universidade e o ministério público, o projeto de ampliação da brinquedoteca para a Faculdade Intercultural Indígena, prejudicou um pouco as demandas maternas dessas mulheres. O que foi pensado que seria uma parceria de aquisição de materiais e previsão de atendimento a mais crianças no futuro. Visando atender às famílias

dos estudantes indígenas da UFGD adequadamente às suas especificidades, na verdade, se tornou algo que prejudica elas, no qual falarei mais nos meus dados empíricos.

O Programa Brinquedoteca essas mulheres devem ter crianças nos seguintes critérios: (I) ter entre 4 e 10 anos; (II) ter alcançado o estágio de desfralde; e (III) possuir habilidades de comunicação clara, permitindo a expressão de suas necessidades fisiológicas e afetivas vinculativamente. É importante destacar que a Brinquedoteca UFGD — Mitã Rory não é um estabelecimento escolar ou centro de educação infantil, mas sim um espaço dedicado a contribuir de maneira lúdica e recreativa para o desenvolvimento humano e cidadão das crianças, promovendo valores de respeito à diversidade e pluralidade.

Outra luta materna que ocorreu na instituição foi para a criação do Centro de Educação Infantil (CEI) na universidade, um direito assegurado, mas cuja gestão é atribuída à prefeitura local, não atendendo completamente as mães que frequentam graduações e pós-graduações, especialmente aquelas que passam o dia inteiro na instituição. Enquanto as meninas da FAEN possuem algumas mães que podem não ter sido contempladas com vaga no CEI, as mães da FAIND não têm a chance de vagas por serem de um curso de alternância.

A criação de creches universitárias, por exemplo, representa uma iniciativa crucial para permitir que mães estudantes harmonizem suas responsabilidades parentais com os compromissos acadêmicos (Bitencourt, 2013). Além disso, estratégias como a flexibilização de horários e a disponibilidade de apoio psicossocial contribuem significativamente para a permanência e o sucesso acadêmico das mães na universidade.

A UFGD oferece alguns recursos financeiros, como um auxílio à educação infantil, condicionado ao perfil de estudante de baixa renda, sendo esse auxílio limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais) e a disponibilidade de vagas é restrita.

Também é perceptível a ausência de trocadores nos banheiros, salas de amamentação e cadeiras de alimentação no restaurante universitário são lacunas que afetam diretamente a experiência das mães estudantes na UFGD. No Restaurante Universitário quando questionada sobre a alimentação das crianças, a resposta remeteu à necessidade de verificar o contrato entre a universidade e a empresa responsável pelos serviços alimentares, demonstrando uma falta de atenção às necessidades específicas das mães e crianças no ambiente universitário.

Essas lacunas evidenciam a necessidade urgente de revisão e aprimoramento das políticas e infraestruturas relacionadas à maternidade na UFGD, garantindo uma participação mais inclusiva e equitativa das mães nas atividades acadêmicas.

3.8 – TRAJETÓRIAS QUE CRUZAM MINHA DISSERTAÇÃO

Durante a escrita houve muitos movimentos para contribuir com o fortalecimento dessa dissertação e auxiliar na construção dela. O primeiro foi a criação do Coletivo de Mães na Universidade (CoMaeU) da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Ser convidada para compor a comissão da criação e atualização da licença maternidade na graduação e pós-graduação. E através do Coletivo Nacional de Mães na Universidade, onde se criou o Grupo de Trabalho de Políticas de Permanência Materna, para participar com o Ministério da Educação e elaborar uma política pública materna para mães da graduação como uma das representantes do Centro-Oeste.

Assim, primeiro precisamos trazer a perspectiva da região Centro-Oeste, observa-se a existência de apenas quatro coletivos maternos, localizados em Brasília, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Enquanto conversava com outras mães na UFGD, surgiu o movimento para a criação do *Coletivo de Mães na Universidade (CoMaeU)*.

O Coletivo de Mães na Universidade de Dourados — Mato Grosso do Sul (CoMaeU) é um grupo fundamental para promover a inclusão e apoiar mães estudantes na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e outras instituições de ensino da região. Fundado em abril de 2023, se tornou o primeiro Coletivo Materno do Mato Grosso do Sul e o quarto no Centro-Oeste.

O Coletivo está ganhando força e movimentação conforme as mães dialogam sobre as necessidades de sua permanência, e progressão, neste espaço público de direito que se diz aberto para todos e todas. A luta é tão necessária que se popularizou para as mães que estão na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), as quais se juntaram ao Coletivo para fortalecer a luta.

Articular com mães que conhecia, para entender onde as mães se encontravam. Quais graduações deveria escolher para afunilar as questões maternas, quais os períodos, aulas e quantas em média possuíam dentro dessas faculdades, foi assim que entendi que uma mulher sempre conhecia uma mãe dentro daquele campo etnográfico que tornei a universidade.

Apesar de ser um coletivo relativamente recente, conduzem reuniões com agendas estruturadas, abordam pautas específicas e encaminham demandas, a fim de estabelecer uma articulação efetiva com a universidade.

O trabalho da Comissão de Licença Maternidade/Paternidade da UFGD, baseado na Instrução de Serviço n.º 93 de 25/08/2023, apresenta um conjunto de atividades e resultados

voltados para a extensão do prazo de licenças maternidade, adotante e paternidade nos cursos de graduação e pós-graduação da universidade.

Após diversas reuniões e estudos, a comissão propôs e obteve aprovação para a extensão da licença maternidade ou adotante para seis meses e da licença paternidade para 20 dias. Nos cursos de pós-graduação, com sugestões de implementação de políticas, além de recomendações para garantir a continuidade dos benefícios durante o período de licença. Também foram sugeridas iniciativas para levantamento de demandas e acompanhamento da efetividade dessas políticas.

Ressalto a importância da discussão sobre licença maternidade e paternidade como uma questão fundamental de equidade de gênero na universidade. Reconhecendo as diversas complexidades envolvidas, como a pluralidade de experiências maternas, e destaca a necessidade de políticas institucionais que promovam a inclusão e permanência das mulheres mães e adotantes no ambiente acadêmico, principalmente para as mães da Graduação. Além disso, são propostas medidas específicas para garantir flexibilidade e suporte aos estudantes e pesquisadores que passam por esses períodos de licença, incluindo a prorrogação de bolsas e a adaptação curricular.

Foi solicitado por meio de sugestões um levantamento de informações e acompanhamento dessas políticas, evidenciando o compromisso da comissão com a promoção da igualdade de oportunidades na UFGD.

Por questões de respeito as minhas outras companheiras de pesquisa e dentro do grupo de trabalho (GT), uma vez que, foram elaborados alguns trabalhos, para apresentação no IV Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência do Parent In Science e no evento Fazendo Gênero 13 — Seminário Internacional de Santa Catarina, irei apenas resumir um pouco acerca do GT e sua iniciação.

Assim, estabelecido pela Portaria MEC n. 2.005 de novembro de 2023, disposto por 180 dias à elaboração de estudos técnicos sobre a Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Originado de articulações entre diversos coletivos brasileiros, incluindo o Coletivo Nacional das Mães na Universidade.

No final de 2022, surgiu o GT Permanência, formado por mulheres de diferentes regiões do país para desenvolver uma Política Nacional para a Permanência Materna no Ensino Superior. Em março de 2023, o grupo teve uma reunião virtual com representantes do Ministério da Educação (MEC), iniciada por uma participante que enviou um ofício

solicitando a discussão sobre a permanência e progressão das mães estudantes no Ensino Superior, buscando apoio do Estado para essa iniciativa.

Esse GT com o MEC continua em andamento e está atualmente separado em grupos de Fórum, Questionário e Dados, que pode ser acompanhado sua atualização e movimentação por artigos no futuro.

A última movimentação que percebi recentemente acerca da universidade, políticas públicas e maternidade no Mato Grosso do Sul, é a proposta de Projeto de Lei 102/2024 da Deputada estadual Gleice Jane (PT). O projeto visa garantir o atendimento educacional diferenciado a mães, gestantes, lactantes e adotantes no período inicial da adoção. A justificativa é inspirada em iniciativas anteriores, o projeto assegurará condições mínimas de acesso aos serviços educacionais, incluindo a possibilidade de exercícios domiciliares por, no mínimo, 180 dias, e a continuidade do recebimento de bolsas durante o período de suspensão do cronograma acadêmico. A proposta aborda a complexidade das questões sociais, institucionais e familiares relacionadas à gravidez em idade escolar e no ensino superior, destacando as disparidades de gênero, étnico-raciais e socioeconômicas que afetam a educação das jovens brasileiras.

Assim percebo o quanto é fundamental a discussão materna para políticas educacionais direcionadas às Instituições de Ensino Superior, considerando as diversas realidades socioculturais presentes nos municípios e distritos onde vivem as estudantes mães da UFGD.

CAPÍTULO 4

“ESTAMOS AQUI TODO SANTO DIA”: DADOS EMPÍRICOS, RELATOS MATERNOS E POLÍTICAS PÚBLICAS.

4.1 – O LUGAR DAS MÃES-ACADÊMICAS NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mães na universidade é a sobrecarga de tarefas e a falta de tempo. Segundo Balestrin (2013), “mulheres com filhos têm mais dificuldades para permanecer na universidade devido às múltiplas tarefas e demandas de cuidado que recaem sobre elas”. Essa sobrecarga pode gerar estresse, exaustão física e emocional, dificultando a dedicação aos estudos. Lugones (2020) destaca que “a inclusão das mulheres na educação superior requer políticas de ação afirmativa que promovam a igualdade de oportunidades”. Diante das dificuldades mencionadas anteriormente, é crucial que as instituições de ensino superior implementem políticas e programas que apoiem mães universitárias. A maternidade é um tema que se desdobra em uma intrincada rede de relações, abrangendo elementos de gênero, símbolos e representações na sociedade contemporânea, sendo crucial considerar a diversidade das experiências vividas pelas mulheres ao abordar este tema.

O cuidado materno nos leva a refletir sobre as mulheres que desempenham múltiplos papéis: como mães, estudantes e cuidadoras de idosos, de pessoas doentes ou com deficiência na família. Essa combinação de responsabilidades afeta diretamente suas rotinas diárias. Portanto, ao abordar a vida das mães universitárias, pensamos em analisar as suas redes de apoio. Isso resulta na estagnação educacional e profissional das mães estudantes, que frequentemente não têm acesso a políticas específicas de inclusão, permanência e avanço nas instituições universitárias. A desistência das mulheres das universidades está intrinsecamente ligada às responsabilidades do trabalho doméstico e de reprodução não remunerada e invisível (Federici, 1975), bem como aos compromissos do casamento, gravidezes não planejadas durante os estudos universitários e à entrada na universidade já como mães (Tabak, 2002). A falta de suporte institucional adequado é outra dificuldade enfrentada por essas mulheres-mães universitárias. Nascimento (2021) coloca a importância de se ter “políticas de inclusão que considerem as especificidades das mães e promovam a equidade de gênero na academia”.

Muitas instituições de ensino ainda não oferecem políticas e serviços que atendam às necessidades específicas das acadêmicas. Por exemplo, a ausência de creches no campus, salas de amamentação adequadas, banheiros família e políticas de flexibilização de horários dificultam a participação plena das mães na vida acadêmica.

Por estes motivos o nosso principal recorte eram mães de crianças entre 4 meses a 12 anos, nos períodos do 5º ao 9º semestre dos cursos de Pedagogia/FAED, Educação do Campo/FAIND e Engenharia de Alimentos/FAEN. Sendo todas localizadas e entrevistadas na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a interseccionalidade como uma forma de trazer maternidades e diversidades entre as mulheres universitárias, deste modo selecionei: 4 mães da Pedagogia; 4 mães da Educação do Campo e; 3 mães da Engenharia de Alimentos.

Assim, com 11 mães que se encaixavam neste perfil e possuíam respostas interessantes nos questionários de seleção, alguns perfis e outras não, umas com conhecimento sobre os auxílios “maternos” e outras sem nenhum. A seleção foi variável para que fizéssemos as conversas e realizar as entrevistas para que elas pudessem demonstrar suas dificuldades ou não de permanência na universidade.

Por isso, é essencial que nos empenhamos diariamente e enfrentemos os desafios de frente. A maternidade, muitas vezes, é vista negativamente nas instituições acadêmicas, ao deslocar o foco da produtividade capitalista para as relações de cuidado, que demandam um tempo diferente e uma atenção específica.

Diante dessa realidade, mulheres que são mães começaram a criar não apenas redes de apoio, mas também espaços de reflexão política sobre o papel social da maternidade e a importância do trabalho de cuidado. Essas questões são fundamentais para repensar os ambientes universitários, acadêmicos e sociais, que reproduzem muitas vezes formas de opressão.

Entendemos que a maternidade e o trabalho acadêmico são muitas vezes negligenciados pelas mulheres que os vivenciam. As estudantes universitárias trabalham enquanto frequentam a faculdade, embora possam se dedicar a outras atividades. Esta dualidade realça a complexidade das experiências das mulheres, nas quais o cuidado familiar e o estudo são necessários e valorizados, embora nem sempre considerados um trabalho legítimo.

A questão da permanência na universidade é, na realidade, uma responsabilidade do Estado, que deveria promover e garantir a permanência de mães estudantes, em vez de

deixá-las sobrecarregadas em busca de soluções. Muitas vezes sem apoio institucional adequado, exceto por serviços como a brinquedoteca, Centro de Educação Infantil (CEI) e Restaurante Universitário (RU) — que não são obrigatórios de se ter em todas as Instituições de Ensino Superior.

Por essas questões apresentadas, nossas conversas se desdobraram em três áreas temáticas distintas, nas quais visei compreender suas perspectivas sobre maternidade, vida acadêmica e suas experiências pessoais.

Embora algumas tenham compartilhado mais detalhes do que outras, todas destacaram a sobrecarga materna e o sentimento de falta de reconhecimento. Cada uma delas apresentou sugestões práticas e realizáveis para melhorar ou facilitar suas vidas no ambiente acadêmico, visando tornar sua permanência nesse espaço mais satisfatória.

Assim, começou a elaborar os dados empíricos, entrelaçando-os com as políticas públicas e possíveis considerações finais acerca do tema exposto dentro da UFGD que tanto foi traçado e construído com essas mulheres mães. Por isso, começo com o levantamento de dados acerca da maternidade dentro do campo universitário.

4.2 – LEVANTAMENTO DE DADOS

Foi necessário fazer o contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (COIN) e Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos (CAAC), por se tratar de instância universitária que trata fundamentalmente, dos assuntos acadêmicos nas instituições. O primeiro contato se deu pessoalmente seguido de envio por e-mail de um pequeno questionário para cada um dos/as pessoas, em seus respectivos setores.

No caso da PROAE, o meu primeiro contato foi presencial e indaguei se o setor dispunha de algum dado referente ao total de mulheres-mães acadêmicas oriundas dos cursos da graduação (licenciaturas e bacharelado), com filhos/as entre a idade de 4 meses e 12 anos, no âmbito da UFGD. Na ocasião, me pediram para enviar as questões por e-mail. A partir das respostas dos questionários — (período de 2022), obtive a seguinte resposta:

O Sistema de Gerenciamento de Programas de Assistência Estudantil (SIGEPAE), sistema de cadastro para acesso aos programas de assistência estudantil da PROAE, no momento, não tem um filtro que permite o acesso a tal dado. No momento não temos como mensurar a demanda, considerando que seria necessário olhar cada questionário de avaliação socioeconômica e, considerando o baixo número de servidores lotados no setor, e que sua prioridade é o trabalho para a concessão das

bolsas e dos auxílios para garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos estudantes. (PROAE, 2022, s.p.)

Tal resposta, faz perceber uma clara ideia essencial, no que diz respeito aos critérios de distribuição de bolsas e auxílios estudantis, uma falsa universalidade no acesso, em que o universal tem sido um mecanismo que em grande medida exclui as mães-acadêmicas nesse processo. A falta de dados é uma forma de produzir ausências em termos de políticas institucionais que considere a vulnerabilidade socioeconômica pelo viés da precarização econômica, mas, também, da feminilização da pobreza.

As respostas, obtidas sobre o percentual total da universidade, quantas mulheres-mães pertencentes aos cursos de Pedagogia/FAED; Educação do Campo/FAIND e do curso de Engenharia de Alimentos/FAEN, a resposta veio de novo negativamente:

O Sistema de Gerenciamento de Programas de Assistência Estudantil (SIGEPAE), sistema de cadastro para acesso aos programas de assistência estudantil da PROAE, não faz um filtro que permite o acesso a tal dado. Como se trata de um “percentual total”, sugiro a possibilidade de verificar tal pedido na PROGRAD. (PROAE, 2022, s.p.)

Novamente, a ausência de recortes que consideram o fator gênero internacionalizado pela maternidade, em cursos que tem uma dinâmica curricular distintos, considerando que a Pedagogia é ensino noturno, majoritariamente constituído por mulheres em sua maioria com filhos, sendo as disciplinas do curso semestrais. O Curso de Educação do Campo, de sua vez, é em regime de alternância, agrega um percentual significativo de mulheres, especialmente, trabalhadoras rurais e indígenas, em sua maioria com filhos. Dê sua vez, o curso de Engenharia de Alimentos é um curso de período integral, com um quadro de acadêmicas relativamente jovens (18 a 26 de idade), sendo que aquelas que engravidaram durante o curso, acabam por abandonar a faculdade.

Também, ao perguntar ao dirigente da PROAE, se existiam formulários institucionais da UFGD destinados ao mapeamento/e/ou cadastramento destinados às mães-acadêmicas, obtive a mesma resposta negativa. Ao invés disso, propôs que tal informação deveria ser feita pelas unidades acadêmicas sobre sua condição de gestante/maternidade/maternagem. Ainda, quando questionado se haveria alguma política de auxílio para essas mulheres, de forma específica, como bolsas estudantis, vagas para o CEIM, apoio psicológico, licença maternidade e outros. A resposta foi:

Na PROAE não dispomos de tais formulários. No processo de avaliação socioeconômica a/o estudante assinalar sua condição de maternar e paternar no questionário socioeconômico. Os programas de assistência estudantil e de apoio psicológico não fazem distinção para especificidade de estudantes com filhos,

embora isto seja levado em consideração para a avaliação socioeconômica. Na PROAE temos programas/estruturas voltadas à assistência estudantil de mães e pais estudantes: Programa Auxílio Educação Infantil (antigo auxílio creche), a divulgação do programa está nos materiais de informação da Pró-reitoria e especificamente no site. (PROAE, 2022, s.p.)

Essa ausência de apoio psicológico e emocional no acolhimento de mães acadêmicas, é algo que contribui diretamente para a evasão, uma vez que, o desgaste psicológico materno e somado a outros fatores interseccionais leva a sobrecarga de acúmulo de função no mundo feminino.

O Centro de Educação Infantil CEI Maria Alice Silvestre é resultado de um acordo de Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Prefeitura Municipal de Dourados para atender crianças entre 04 meses e 05 anos e 11 meses de idade. Nesse Acordo de Cooperação Técnica é de responsabilidade da UFGD: ceder o espaço físico, equipamentos e mobiliários; realizar manutenções na estrutura física do prédio; pagar as despesas de água, luz, telefone local, internet e segurança; acompanhar a gestão do CEI-UFGD realizada pela Prefeitura Municipal de Dourados; entre outros. Embora existam destinação de vagas a estudantes, a responsabilidade da matrícula é da Prefeitura Municipal de Dourados. As informações sobre licença maternidade estão relacionadas às atividades de ensino e não fazem parte da PROAE. A Pró-reitoria é responsável também pela Brinquedoteca UFGD – Mitã Rory, um espaço em que as/os estudantes mães/pais podem deixar seus filhos (4 a 10 anos) no período em que estudam (PROAE, 2022, s.p.).

Apesar do processo socioeconômico não possuir a finalidade de darem a oportunidade de preferência para os auxílios ou as políticas acadêmicas já existentes. Também podemos notar o apagamento histórico de informações de lutas estudantis, como o surgimento do CEI dentro da UFGD que foi uma luta de mulheres, estudantes e professoras que teve como consequência a criação do espaço.

Isto é, um espaço frágil que constantemente é ameaçado de fechar suas ofertas tanto pela prefeitura, quanto pela própria universidade, sempre a partir um pretexto diferente todos os anos para o espaço desaparecer.

Com a disponibilidade dos editais anteriores e atuais no site da universidade, perguntei o motivo do auxílio-creche ser cortado no período de recesso acadêmico e por que um valor tão baixo de apenas R\$ 200,00, (duzentos reais) sendo respondida com:

Conforme o Art. 24 do Regulamento do programa Auxílio Creche aprovado pelo Conselho Universitário da UFGD a suspensão do benefício ocorre quando o/a estudante “VII - não estiver em regime de aulas presenciais, sendo retomada o pagamento do auxílio-creche somente no retorno das aulas presenciais do universitário”, nesse sentido, entende-se que o objetivo do programa é subsidiar parcialmente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de aulas presenciais, que tenham a guarda/tutela ou sejam responsáveis legais de menor. Todas as bolsas de assistência estudantil da PROAE dependem de dotação orçamentária do Governo Federal e observam os recursos orçamentários do PNAES contemplados no orçamento da UFGD pela Lei Orçamentária Anual (LOA)

que é aprovado pelos órgãos superiores da instituição. Para o próximo edital o valor será reajustado para R\$300,00 (PROAE, 2022, s.p)

E será que a vulnerabilidade social dessas estudantes desaparece apenas quando estão em regime presencial ou na universidade? Podemos notar que o impacto da disponibilidade orçamentária pela vulnerabilidade está muito interconectado com as dimensões de gênero, classe e grupos étnico-raciais. Principalmente ao analisamos vários fatores, como o período de férias da universidade, que essas mesmas mulheres precisam continuar os seus trabalhos, estágios e suas funções externas aos estudos.

A última pergunta que fiz, foi também uma provocação de como a PROAE/UFGD percebia as políticas institucionais de permanência estudantil para acadêmicas com filho/a(s) entre 4 meses a 12 anos, quais eram os desafios, os avanços e as perspectivas futuras que eles possuíam:

A PROAE/UFGD, após o período de intervenção da Universidade por 3 anos, tem avançado nas políticas institucionais de permanência estudantil para acadêmicas com filho/a(s) entre 4 meses a 12 anos. Em fevereiro de 2023 aprovamos as novas Políticas de Assistência Estudantil da Graduação e da Pós-Graduação em que a UFGD e a Pró-reitoria afirmam seu compromisso político com essa demanda das/os estudantes da Instituição. Há desafios enormes pela frente, sobretudo, na expansão e fortalecimento do Centro de Educação Infantil da UFGD e da Brinquedoteca UFGD – Mitã Rory. Também, estamos expandindo o Auxílio Educação Infantil no ano de 2023, com novas vagas e aumento do valor do benefício. Sugerimos a leitura das novas Políticas de Assistência Estudantil da UFGD, a serem publicadas no Boletim de Serviços da UFGD em breve. (PROAE, 2022, s.p.)

Como guiada pela própria PROAE, tentei um contato com a PROGRAD, com um questionário parecido, mas a única resposta que obtive foi: “Ao ler as questões levantadas por sua pesquisa entendemos que a Pró-Reitoria que possui maior competência para respondê-la é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis”. (PROGRAE, 2022, s.p.)

Respondi que a PROAE não possuía esses dados e o próximo e-mail veio com: “Vou verificar com nosso setor que detém os dados acadêmicos e te dou retorno” (PROAE, 2022, s.p.). E desde a conclusão do presente trabalho, não obtive respostas complementares. Respostas que demonstram a dificuldade institucional em pensar as questões ligadas ao materno feminino como uma política de ações afirmativas intersetorial e interseccional, a falta de comunicação entre os setores, a ausência de dados oficiais dificulta ainda mais a permanência das mulheres-mães nos cursos.

Com uma pequena busca no site da UFGD encontrei o órgão COIN e CAAC, também mandei um e-mail solicitando os dados que achava que seriam possíveis terem dentro desses órgãos. A COIN respondeu:

Considerando o assunto de avaliação socioeconômica e concessão de bolsas, solicito que a demanda seja enviada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis-PROAE/UFGD que realiza este tipo de análise. Com relação a questão de desafio, avanços e perspectivas, não realizamos este tipo de análise por não termos contato com o público alvo e suas concessões, desta forma não temos como opinar. (COIN, 2022, s.p.)

Por fim veio a CAAC que respondeu:

Fiz uma análise no seu questionário e suas indagações são pertinentes a assuntos da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) que nos lêem em cópia. Em nossa Coordenadoria não temos os dados qualificados que você solicita. Não registramos as informações de quais acadêmicas são mães ou pais no caso. O que teremos por curso é o perfil de Cor/Raça, PCD e sexo por curso. Sobre a avaliação socioeconômica, fazemos apenas no ingresso a avaliação socioeconômica baseado na portaria normativa nº 18/2012 que regulamenta a Lei 12711 para alunos cotistas que optaram pelo ingresso na renda menor que 1,5 salários-mínimos, mas não temos registros sobre os outros candidatos que possam ter o perfil social. Esse recorte nós temos condições de oferecer para sua pesquisa (candidatos de cursos "x" no período "y" que ingressaram por renda menor que 1,5 salários-mínimos). Por fim, sugiro que entre em contato com a Proae para alinhar sua pesquisa e ver a possibilidade de levantamento de dados necessários ao seu estudo. (CAAC, 2022, s.p.)

Vejam, “não temos dados!” E por que não há dados? Qual a dificuldade de haver um filtro sobre e/ou para as mães? Será que somente mães “perfil” com menos de 1,5 salário-mínimo e/ou em vulnerabilidade passam dificuldades para permanecer e terminar as suas faculdades? Quantas eram negras, brancas, indígenas, quilombolas, amarelas? “Não há dados!” Quantas finalizam os cursos? “Não fazemos ideia!” Quando entram na universidade? Como entram? Por quais políticas de ações afirmativas se relacionam? “Também não fazemos ideia”!

Ante a tais respostas e constatações, ainda durante o processo de investigação, comecei a articular com mães que conhecia para entender onde as mães se encontravam, quais graduações deveria escolher para afunilar as questões maternas, quais os períodos, aulas e quantas em média possuíam dentro dessas faculdades. Foi assim que entendi que uma mulher sempre conhecia uma mãe dentro daquele campo etnográfico que tornei a universidade. Contudo, a universidade não sabia de suas existências, nem em quais faculdades se encontravam? Quantas mulheres mães entraram naquele ano na universidade? Quantas responderam o socioeconômico? Quais cursos mais frequentavam? Por quais motivos escolhiam aqueles cursos? Trabalhavam ou precisavam com urgência de bolsas? Contudo, não posso apenas culpar a universidade pelas abordagens de invisibilizar a nossa existência quando nem mesmo o MEC (Ministério de Educação) e a ANDIFES²⁴ os possuem também.

²⁴ Os dados que a ANDIFES possui são subestimados, sendo a última coleta de 2018, com margem percentual de faixa etária das crianças de 0 a 5 anos. Neste ano a UFGD é citada 8 vezes na pesquisa.

Por fim, é possível afirmar a presente invisibilidade das mulheres como sujeitas de direitos na universidade e, isso piora quando são mulheres com crias. Podemos verificar um sexismo estrutural, considerando que nos setores entrevistados, os pró-reitores, chefias, coordenadorias (à exceção da pró-reitora de ensino, à época ser uma mulher), todos esses cargos são ocupados majoritariamente por homens brancos. Um sexismo estrutural, misógino e racista, míope a urgência de implantação e fortalecimento de políticas afirmativas interseccionais ajustadas às especificidades geracionais, de gênero, classe e raça e etnicidade.

4.3 - ANÁLISE GERAL DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção, começo por esclarecer sobre a escolha das faculdades envolvidas na pesquisa. A escolha da Pedagogia (FAED)²⁵ se deu por ser um curso noturno e ter em sua maioria acadêmicas do gênero feminino, incluindo mulheres com filhos/as. Dê sua vez, a Engenharia de Alimentos²⁶ (FAEN) se deu por, categoricamente, ser um curso que acreditava também ter um número significativo de mulheres e, em contrapartida, ser um curso integral. Por fim, a escolha do curso de Educação do Campo²⁷ (FAIND), se deu pela percepção empírica da presença das mulheres indígenas, que no período das aulas, sempre traziam suas crianças para a universidade. Além disso, por serem acadêmicas do curso de Educação do Campo, cuja estrutura tem uma configuração de tempo e espaço curricular de Pedagogia de Alternância, características que despertaram nosso interesse no contexto das políticas interseccionais.

Ao estudarmos essas características sob a lente interseccional acaba facilitando identificar como esses diferentes aspectos de identidade e circunstâncias de vida se sobrepõem. Como a decisão da escolha do curso durante o momento de vida, ao qual essas mulheres estão vivenciando, nos permite criar um panorama de análise acerca da exclusão ou privilégio que possuem. Adicionando isso a formulação de políticas mais inclusivas e equitativas que considerem as múltiplas dimensões das mulheres acadêmicas, já que percebemos ser algo que carece de entendimento da instituição de ensino.

²⁵ Surgiu em 1939, historicamente a Educação era majoritariamente masculino, mas com o passar dos anos com o cuidado designado a mulheres, atualmente os cursos dessas áreas se tornaram predominantemente femininos.

²⁶ Em 1967, foi criado como um curso tecnológico, voltado para a Exatas. De acordo com Moraes (2016), era um curso também masculino que foi inserindo mulheres conforme o tempo.

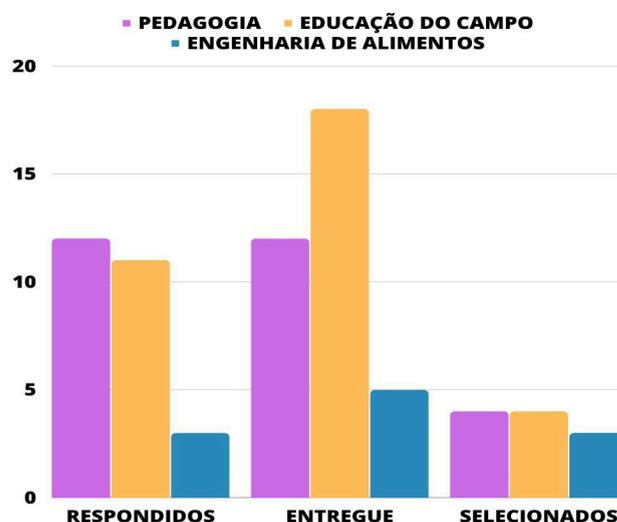
²⁷ A Educação do Campo chegou às universidades em 1990 e de acordo com Medeiros e Aguiar (2015), é formada pelos sujeitos que vivem do campo, tanto os professores, estudantes, gestores, como a comunidade em geral do coletivo camponês.

Assim, considerando os cursos selecionados para a pesquisa, apliquei o questionário de seleção/participação para o grupo focal da roda de conversa, onde foram escolhidas de 9 (nove) a 15 (quinze) participantes-voluntárias. No qual nosso objetivo eram mães de crianças com idade entre 4 (quatro) meses a 12 (doze) anos, dos cursos supracitados presentes do 5º ao 9º semestre. Contudo, devido à Pandemia do Covid-19, o calendário acadêmico da Instituição Grande Dourados estava a época desregulado, então acabei por ter que abandonar o (re)corte por semestre;

Dos 35 formulários entregues, apenas obtive retorno de interesse voluntário de 26 mães, de diversas idades, raça-etnia, quantidade de criança/adolescente e classe. Para a seleção inicial, analisemos alguns apontamentos presentes de forma geral para podermos fazer uma discussão sobre a permanência dessas mulheres na universidade, principalmente por estarmos trabalhando com a interseccionalidade Collins (2021), Sirma (2021).

Mediante a quantidade de formulários entregue para as participantes: os questionários respondidos e a quantidade de participantes selecionadas, elaborei um gráfico para nos lembrar exatamente a quantidade entregue, devolvido e selecionadas:

IMAGEM 2: GRÁFICO GERAL - QUESTIONÁRIOS



Fonte: organizado pela autora (2024).

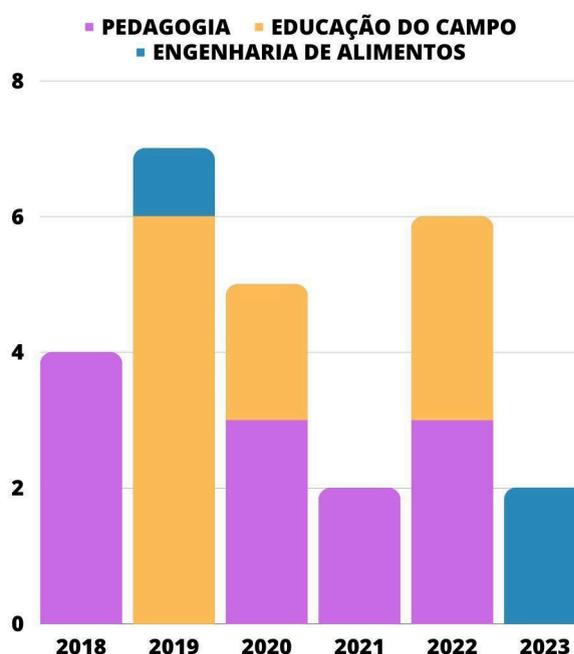
Apesar da alta entrega nas universidades como FAED e FAIND — acima de 10 questionários entregues, na FAEN tivemos poucas entregas pelo fato dessas mulheres estarem invisibilizadas, sendo constantemente negadas como existentes dentro de sua faculdade por parte da coordenação e direção do curso, quanto pelos seus colegas masculinos/homens. Por

isso, encontramos alunas de diversas idades, semestres, renda, quantidade e idade da(s) cria(s), etnia-raça, estado civil, gênero e maternidades.

A primeira coisa que observei para a seleção foi a entrada no curso, uma vez que estávamos à procura de mães do 5º ao 9º semestre, ou seja, mulheres que ingressaram entre os anos de 2018, 2019 e 2020. Contudo, dentro desses cursos também havia mães com os anos de ingresso em 2021, 2022 e 2023 que queriam participar da pesquisa e, eram cursistas de disciplinas em algumas das turmas dos semestres citados.

Tal como mostro no gráfico abaixo:

IMAGEM 3: GRÁFICO GERAL - ANO DE ENTRADA



Fonte: organizado pela própria autora (2024)

Deste modo, dos 26 questionários devolvidos entre os cursos acima citados, em 2018 na Pedagogia tivemos 4 questionários respondidos onde elas se encontravam no 8º semestre, enquanto em 2019 não houve devoluções das mães. Houve 6 questionários respondidos pelas mães da Educação do Campo variando entre o 6º semestre e o 7º semestre e no mesmo ano de ingresso encontramos uma mãe da Engenharia de Alimentos que já se encontrava no 9º semestre.

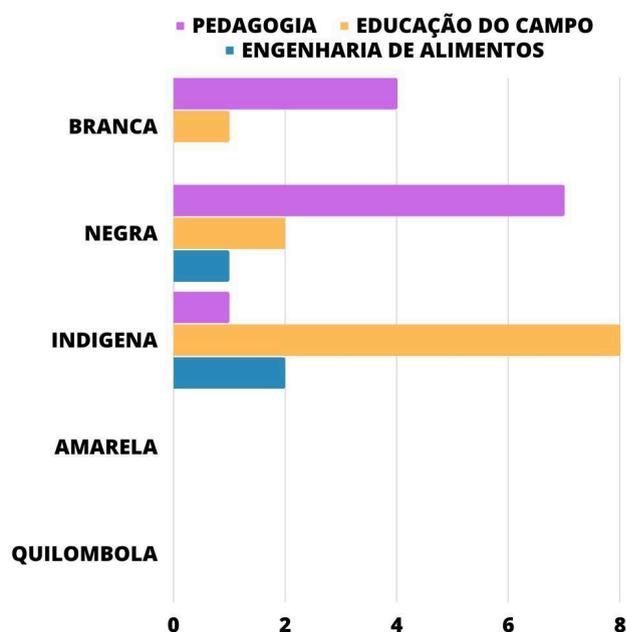
No ano de 2020, na Pedagogia tivemos apenas três devoluções, enquanto na Educação do Campo apenas duas, essas 5 mulheres encontravam-se entre o 4º e 5º semestre. Novamente, tivemos resposta na Pedagogia no ano de 2021, sendo outras 2 mães que também

transitavam entre o 4º e 5º semestre. No ano de 2022, tivemos respostas de 3 mães da Educação do Campo que estavam no 2º semestre, assim como as outras 3 mães da Pedagogia. Por fim, no ano de 2023 tivemos 2 mães que se voluntariaram a responder e devolver o questionário.

Vemos que os anos que mais tiveram respostas foram de 2019, 2020 e 2022, sendo assim dos semestres: 7º e 6º, 5º e 4º e 2º. Ao estarmos trabalhando interseccionalmente, analisamos a raça-etnia das participantes também e nas devolutivas não obtivemos dados de mães que se autodeclararam amarelas ou quilombolas.

Ao analisarmos os 26 questionários, observamos uma diversidade étnica significativa: apenas 5 mulheres se autodeclararam brancas, enquanto 10 se identificaram como negras (pardas ou pretas) e 11 como indígenas. No contexto das mulheres indígenas, é essencial mencionar brevemente quem são esses grupos étnicos, suas respectivas etnias e os territórios que ocupam no Mato Grosso do Sul, evitando uma abordagem essencialista. Assim, dentro desta configuração, encontramos representantes de quatro grupos étnicos indígenas distintos na região próxima à fronteira na cidade de Dourados, sendo: Guarani, Kaiowá, Terena e Nhandeva, todas estudantes dos cursos mencionados.

IMAGEM 4: GRÁFICO GERAL - ÉTNICO-RACIAL



Fonte: organizado pela própria autora (2024)

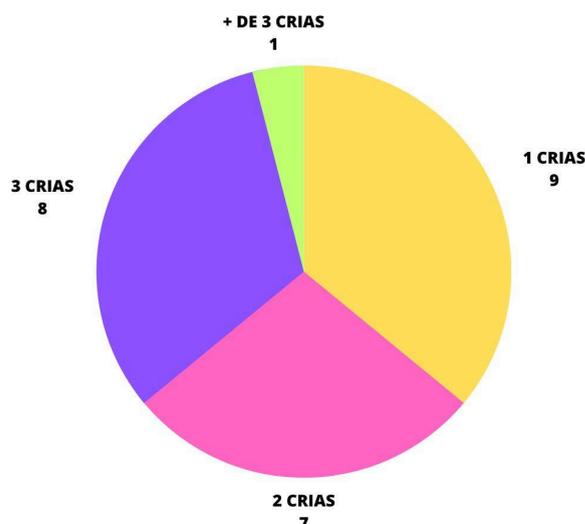
O retorno das respostas do questionário revelou uma baixa participação de mulheres brancas, levando-me a perceber que os cursos de Pedagogia e Educação do Campo são compostos majoritariamente por mulheres negras (pretas e pardas) e indígenas. Em contrapartida, no curso de Engenharia de Alimentos, não houve respostas de mulheres brancas. Ainda não sei se a ausência de respostas por parte das acadêmicas brancas foi intencional ou se outros fatores contribuíram para a desinteresse em responder ao questionário.

Assim, também fiz uma progressão de análise se elas carregavam uma vida conjugal ou não. Pudemos observar que 12 eram casadas, 7 se encontravam solteiras e 7 em união estável, essa análise foi importante para sabermos se conseguimos ter mais de uma perspectiva de maternidade, como a maternidade solo.

A questão geracional ou de idade das participantes também foi considerada, tanto pelo modo de vivenciar a maternidade, como pelo fato de que essas mulheres podem ter iniciado seus cursos *tardamente* — como implica a sociedade quando não iniciamos a universidade após o fim do ensino médio. Podemos observar haverem 6 mães entre as idades de 18 a 25 anos, enquanto mães entre os 26 a 35 anos somavam treze. Tivemos também 4 que se encontravam entre os 36 anos e os 45 anos e apenas 1 delas que estava acima dos 46 anos.

Como dito anteriormente, a partir de análise interseccional pela linha divisória materna, também fiz um recorte de diagnóstico pela quantidade de crianças que as acadêmicas possuem para evidenciar melhor suas vivências maternas.

IMAGEM 5: GRÁFICO GERAL - QUANTIDADE DE CRIAS



Fonte: organizado pela autora (2024)

A quantidade de filhos/as não era um critério de seleção, contudo, utilizei como uma questão interseccional. Considerando que a quantidade de crias que possuem, influência no recorte de renda e também na maneira com que lidavam com suas vivências de sobrevivência e garantia ou não da qualidade de vida das crianças e delas mesmas; para critério de seleção utilizei a idade das crias na faixa etária de 4 meses a 12 anos.

Assim, 9 dessas mulheres tinham apenas uma criança, enquanto 7 delas já possuíam 2 crias, 8 possuíam 3 filhas/os e apenas 1 delas tinha mais de 3 filhos/filhas. Notei que isso daria uma questão de análise por Ano de Entrada X Idade da mulher X Quantidade de filha/o(s), por exemplo: 2019 X 25 anos X 1 criança, apesar de ser um dado do IBGE em parceria com o SIS (Síntese de Indicadores Sociais) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2010, se aplica a nossa análise no momento:

A escolaridade é um dos condicionantes do comportamento da fecundidade feminina. Para o país como um todo, as mulheres com até 7 anos de estudo tinham, em média, 3,19 filhos, enquanto o número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo era 1,68. Entre as mulheres com menor grau de instrução o padrão de fecundidade tende a ser mais jovem. Como resultado, a idade média com que as mulheres têm filhos também se diferenciava pela instrução: entre aquelas com menos de 7 anos de estudo, a média era de 25,2 anos. Entre as que tinham 8 anos ou mais de escolaridade, a idade média era 27,8, uma diferença de 2,6 anos. (IBGE, 2010, s.p)

Ou seja, dentre as minhas voluntárias que responderam o questionário, ao fazermos uma análise mais profunda com os dados: mulheres que não iniciaram o Ensino Superior logo

após a conclusão do Ensino Médio, possuem uma taxa de 2 a 3 crias, como demonstro no quadro abaixo:

FIGURA 3: TABELA COMPARATIVA

	Idade	Ingresso	Quantidade de cria
Interlocutora 1	25 anos	2021	1 filho
Interlocutora 2	26 anos	2022	2 crianças
Interlocutora 3	35 anos	2022	3 crias
Interlocutora 4	31 anos	2019	3 crias
Interlocutora 5	25 anos	2019	1 filha
Interlocutora 6	27 anos	2019	2 crianças
Interlocutora 7	24 anos	2023	1 filho
Interlocutora 8	30 anos	2023	3 crias
Interlocutora 9	32 anos	2019	1 filho

Fonte: organizado pela autora (2024)

Durante a discussão com elas pude notar que aquelas que possuíam uma entrada considerada tardia, com quase 30 anos ou acima dos 30, possuíam de 2 a 3 crias. Mas também podemos notar que não é uma regra, por exemplo: a interlocutora 9 entrou na universidade um pouco antes da pandemia e a trancou devido a isso, porém foi durante este período no qual engravidou. As interlocutoras 3, 4, 6, 7 e 8 precisaram *casar*²⁸ cedo e sair de casa para auxiliar²⁹ nas despesas da casa onde viviam.

Em nossas conversas, quando perguntei acerca da escolaridade de seus pais e mães, pude notar que a maioria delas eram as primeiras de suas famílias a entrarem em uma universidade e estavam dispostas a concluí-las. Das 9 participantes, apenas 1 pai havia anos iniciais completo (Ensino Fundamental) que era da interlocutora 5. Quanto as mães, apenas a da interlocutora 3 possuía o Ensino Fundamental completo. A interlocutora 6 respondeu que “não sabia” nem a do pai e nem a da mãe, enquanto as outras apenas classificaram como “Ensino Fundamental Incompleto” ou “analfabeto/a” tanto para mãe, quanto para o pai.

²⁸ Não houve necessariamente um casamento, a maioria delas se encontram em união estável.

²⁹ Aqui também pode ser lido como “diminuir as despesas da casa onde viviam”, como muitas delas colocam.

No questionário de análise, foi perguntado sobre a identificação sexual e de gênero das participantes: 15 delas responderam apenas a palavra “feminino(a)”, sendo destas 6 indígenas, 3 brancas e 6 negras. Enquanto 4 responderam: “Mulher, feminino”; “Hétero”; “Índigena” e “Mãe, mulher”, as três primeiras são indígenas e a última negra. Houve 2 que deixaram sem resposta alguma. Por fim, 5 mulheres que responderam: “mulher, hétero”; “mulher/hétero”; “Bissexual, mulher cis”; “Heterossexual, cisgênero”; “Hétero/feminino”. Assim, apesar de considerarmos gênero e identificação sexual, nos atentamos a não excluir as formas como elas se colocam em identificação, uma vez que entendemos que essas questões são trabalhadas de formas diversas pelas culturas.

Contudo, quando observo essa questão de gênero e identificação sexual, um pouco para além do que já foi comentado, também me pego pensando a quem interessa especificamente? Já que sempre foi uma questão de análise, gênero e raça-etnia para tencionar o mundo acadêmico, mas para mim, quando pego pelo escopo das epistemologias do sul-sul global, penso que estou falando de mulheres para mulheres. Enlaçando suas raças-etnias e entendo suas vivências, pois o nosso principal escopo é a maternidade.

Indo um pouco além nessa questão, também podemos observar que nenhuma delas se identifica como mulher trans ou não binária nos cursos selecionados. Onde e em quais cursos podem estar essas pessoas e quantas delas são mães? Quando digo que estou falando *de mulheres e para mulheres*, também estou incluindo-as, assim como as mães adotantes, as madrastas e as pessoas que cuidam cotidianamente.

Na questão da renda foi difícil de analisar, uma vez que não há como identificar se são somados aos maridos delas, se são individuais ou se já estão separados por renda per capita por moradores da casa, contudo conforme as respostas variam entre R\$ 600,00 a R\$ 8000,00 reais.

Porém, apesar da fragilidade dessa questão, que ficou exposta para mim, as escolhi de acordo com suas descrições nas respostas sobre “sou dona-de-casa” ou “trabalho fora”, para auxiliar na questão de pluralidade materna. Mulheres enfrentam dilemas ao equilibrar carreira e maternidade, seja optando por trabalhar fora ou ficar em casa, suas escolhas carregam responsabilidades. Cada caminho é valioso e pessoal.

Embora o conhecimento prévio das voluntárias sobre a universidade não fosse necessário para as entrevistadas, realizei cinco perguntas para entender o que elas conheciam e utilizavam dentro dela. Perguntei sobre o funcionamento e uso do CEI-UFGD, da brinquedoteca, da licença-maternidade, do acolhimento psicológico no Hospital Universitário,

e sobre o principal meio de transporte que utilizam para chegar à universidade. As respostas serão apresentadas no próximo subtópico.

4.4 RELATOS ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS INTERLOCUTORAS

Para além dos blocos dos cursos, também foi visitado o Centro de Educação Infantil e Brinquedoteca, assim como foram revisados os editais de Auxílio-Educação Infantil e a *Licença Maternidade* (que na graduação é regime domiciliar). O motivo para esses lugares serem e estarem na pesquisa, além da obviedade de serem utilizados para permanência dessas mulheres na universidade, também foram espaços aos quais tive contato durante minha graduação. Por exemplo, o CEI, foi um local onde trabalhei nos primeiros 2 anos da minha licenciatura no curso de **Pedagogia**. Além disso, meu filho teve o direito de ser matriculado nela durante a pandemia, mas, quanto sua participação na brinquedoteca, considerando sua idade, ainda não tivemos acesso, ele tem apenas 3 anos e, para acessar o espaço, é preciso que a criança tenha no mínimo 4 anos. Quanto ao auxílio não foi possível, por eu não ser considerada vulnerável no socioeconômico e meu filho estar matriculado no CEI; e a licença-maternidade (regime domiciliar) não pude ter acesso como dito no primeiro capítulo e sub-tópicos, devido a querer formar-me no tempo regular da graduação.

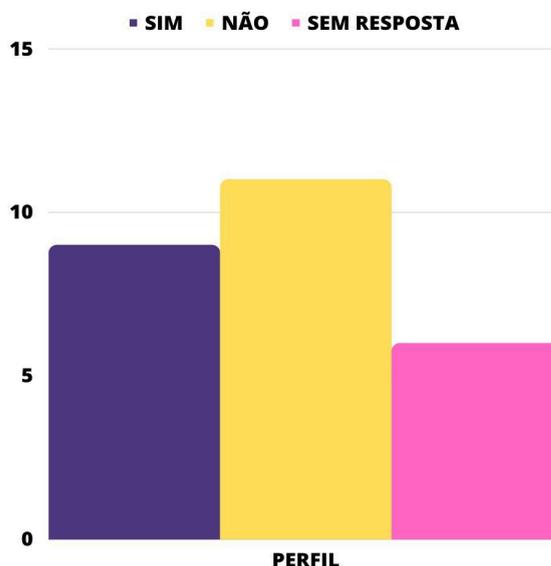
Dito isso, nas questões postas as interlocutoras da pesquisa, a primeira pergunta se referia ao socioeconômico e a *ser perfil*³⁰ para que pudesse se inscrever em bolsas de estudos. A segunda questão tratou sobre o acesso dos/as filhos/as era sobre vagas no CEI-UFGD. A terceira pergunta referia-se a brinquedoteca. A quarta questão era acerca da licença-maternidade e, por fim, uma questão sobre o acolhimento psicológico.

Perguntei: “Você respondeu o questionário socioeconômico da UFGD? Se sim, foi considerada estudante Perfil?” Sinceramente, eu não esperava que houvesse tantas mães consideradas *não perfil*. Das 26 mulheres, 5 responderam que não fizeram o socioeconômico, mas 2 que deixaram a questão em branco. Deste modo, temos 19 mães que responderam, ao contabilizar as mães que não obtiveram respostas do departamento de análise, sendo 6, com as mães que não foram consideradas perfil, temos 11 mães-universitárias sem uma bolsa ou

³⁰Na UFGD, é quando a acadêmica responde o questionário socioeconômico apresentando dificuldades financeiras, provando vulnerabilidade para sua estadia na cidade/universidade, possuindo renda de até 1 salário-mínimo e meio por cabeça na família.

auxílio governamental. E das 8 mães consideradas perfil na PROAE que possuem bolsa, seis são indígenas³¹.

IMAGEM 6: GRÁFICO GERAL - PERFIL



Fonte: organizado pela autora (2024)

Para a classificação de perfil, principalmente para as mulheres não indígenas, elas colocam a dificuldade de se inscrever nesses programas, uma vez que como a interlocutora 9 disse: “São muitos papéis quando se mora com seu cônjuge e filho”. Então acaba se tornando algo cansativo para elas. Mulheres indígenas e quilombolas acessam bolsas mais facilmente devido a políticas específicas da resolução do COUNI que consideraram o recorte para **essas** etnias e raças.

Na segunda questão tentei saber quais delas sabiam como funcionava o CEI-UFGD e as vagas, além de querer saber quais delas utilizavam o serviço. Obtive as seguintes respostas: Apenas 18 das mães que se voluntariaram a esta pesquisa, não possuem conhecimento e/ou não utilizam CEI-UFGD. Uma deixou novamente sem resposta, enquanto 7 mães responderam saberem como funcionava, contudo, apenas 1 delas utilizava o Centro de Educação Infantil.

³¹Há um auxílio específico para pessoas indígenas na UFGD, onde pessoas indígenas e quilombolas precisam apenas encaminhar uma declaração de sua comunidade informando que o aluno/ a aluna é quilombola ou indígena pertencente a sua comunidade e assinada por 3 (três) lideranças da comunidade ligadas a associação da comunidade.

Inserirei alguns relatos, das minhas interlocutoras que conheciam sobre o assunto, para pensarmos:

(interlocutora 7): Sei, estou na fila de espera do CEI-UFGD. (Entrevista de campo, 2023)

(interlocutora 5): Não, porque nunca fomos informadas desse assunto. (Entrevista de Campo, 2023)

(interlocutora 9): Sim, sei como funciona. Ano passado consegui vaga, porém devido ao trabalho acabei não conseguindo o matricular, pela distância também. (Entrevista de campo, 2023)

(interlocutora 1): Conheço, é pela inscrição online no site da REME, não consegui vaga nele, mas acredito que seja por estudar a noite. (Entrevista de campo, 2023)

(interlocutora 4): Sim, eu consegui vaga porque tenho uma amiga que estuda na FAIND também, então ela traz a minha filha nas etapas dela. (Entrevista de campo, 2023)

Acredito ser interessante pensar sobre a questão das meninas da FAIND, uma vez que uma das entrevistadas voluntárias do questionário colocou: “Sei, sim, para o nosso curso da FAIND não é disponibilizado, não nos permitem por ser de alternância, então não podemos utilizar” (Entrevista de Campo, 2023).

Vale ainda, destacar que no caso das mães-indígenas, o CEIM que é perto da faculdade não pode ser utilizado por elas, pois seu curso é um currículo de alternância realizado em etapas e as inscrições são feitas através da prefeitura somente para cursos “normal”. Não sendo adotado nenhuma política de cuidado das crianças indígena considerando a etnicidade, tão pouco o arranjo curricular dos cursos da FAIND. Ressalvo o fato que para essas mulheres outras parentes vêm para cuidar de suas crianças, de modo que elas ficam no espaço das salas de aulas.

O Bloco B, onde está localizada a brinquedoteca,³² é extremamente longe do bloco da FAIND³³. A rede de apoio de parentes e vizinhos tem que ser “paga”, isso é se elas conseguem bolsa-auxílio acadêmica.

Assim, quando perguntei sobre a brinquedoteca e se utilizavam ou não, das 26 mulheres-mães universitárias, dezesseis delas responderam não conhecer a brinquedoteca e

³² Faço aqui um adendo que a brinquedoteca foi inserida no bloco da FAIND na segunda metade de 2023, contudo a idade é entre os 4 anos aos 10 anos, totalmente desconsiderando que a grande maioria tem crianças abaixo desta faixa-etária; E como minha pesquisa iniciou em abril e nenhuma das minhas interlocutoras utilizam a brinquedoteca devido à idade de suas crianças, assim prefiro não colocar este fator como palco.

³³ Está brinquedoteca está destinada apenas as mães da FAIND, já que conforme as mães da FAEN não houve divulgação para que elas pudessem utilizá-la (uma vez que os blocos são próximos); E quando fui visitar, o local estava fechado com um cartaz que dizia que só funcionaria durante as etapas das mulheres da FAIND;

não utilizar o espaço. Uma deixou o questionamento em branco, enquanto 9 mães sabiam como funciona e/ou utilizam-na. Contudo, quero chamar a atenção para alguns comentários:

(Interlocutora 3): Sim, já ouvi falar, mas por não ter condições de trazê-lo não uso essa possibilidade. Sou de outra cidade. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 7): Conheço, mas não utilizo, falaram que só pegam criança a partir de 4 anos. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 9): Não, não utilizo e não sabia que a instituição possuía. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 1) Sei como funciona, não utilizo, pois meu filho não tem idade mínima suficiente. (Entrevista de campo, 2023)

E claro, temos os relatos de duas mães que comprovam o que relatei mais acima, ambas da FAIND:

(Interlocutora 5): Sim, já utilizei, porém, para crianças menores de quatro anos só com acompanhante, então fica difícil, sem falar que é longe da FAIND e não é ofertado merenda. (Entrevista de campo, 2023)

(interlocutora 6): Conheço, mas não utilizo, fica longe e é inviável para estar levando e buscando a criança. (Entrevista de campo, 2023)

Vejam bem, a brinquedoteca da UFGD só atende crianças dos 4 aos 10 anos. Nos questionários das 26 mães voluntárias, uma não quis dizer a idade da sua criança, enquanto 14 delas possuem ao menos uma criança com idade inferior aos 4 anos. Apenas uma possui uma criança de 4 anos. Enquanto as outras onze mães possuem filhos e filhas com idade superior aos 5 anos.

Ao questionar sobre a licença maternidade, a primeira resposta que vi salta na minha cabeça para começar a me questionar se realmente existe uma falha na comunicação entre universidade e universitárias. Chamo atenção ao depoimento: “(Interlocutora 1): Sei um pouco, quando engravidei fazia um curso na FCH e tranquei assim que descobri a gestação por não conhecer meus direitos”. (Entrevista de campo, 2023)

Veja, a licença-maternidade que, teoricamente, é um direito no Brasil desde 1973 para mulheres que trabalham, é garantido na nossa Constituição Federal desde 1988. Mas esta mãe não conhecia esse direito básico na universidade e precisou desistir/trancar a universidade no momento em que descobriu a sua gestação. Será que hoje ela estaria formada e exercendo sua profissão ou ainda estaria na universidade como agora que teve que trocar o curso integral por um noturno?

Outro modo de observar essa falha é quando pegamos o escopo de que apenas 9 mães conheciam sobre a licença maternidade, e conseguiram. Porém, quando analisamos mais ainda as respostas, o número cai drasticamente. Destas nove mães, três usaram a licença no trabalho ou no ensino médio e duas não conseguiram utilizar a licença. Então temos apenas 4 mães que sabiam como solicitar a licença na universidade e o fizeram. Ainda sobre a licença, duas mães não responderam sobre e as demais responderam não saber sobre ou que não precisavam da licença.

Quando questionadas sobre o acolhimento psicológico no Hospital Universitário, apenas 2 das 26 voluntárias responderam conhecerem. Enquanto outras 2 deixaram a questão sem resposta e as 22 restantes disseram: “*não conhecer, não saber e não utilizar.*”

Deste modo termino este subtópico perguntando: por qual olhar nós mães somos vistas? Onde estamos? Quais espaços ocupamos e permanecemos? Quando poderemos pensar na nossa progressão de carreira imparcialmente a dos outros estudantes presentes na Universidade? Para quem de fato esses espaços acadêmicos são criados?

Ora, enquanto alguns perdem tempo nas mesas de sinuca e pebolim³⁴ no CC, estamos com a cabeça a mil questionando se nossos filhos e/ou filhas estão bem em casa. Isso é uma fala presente em todas as interlocutoras. Aqui destaco a fala da interlocutora 4, que precisa passar 15 dias corridos longe de casa, no curso de Educação do Campo:

(Interlocutora 4): A minha (maior) dificuldade (na universidade) é quando eu venho para cá, por que eu penso na minha filha, como ela está na minha casa, se comeu ou se dormiu, por que ela é pequena, né? Eu tenho três filhos. O primeiro filho, tem onze anos; já o segundo é dois anos maior (mais velho), ele tem 13 anos, porque ele é meu adotivo, era da minha irmã que morreu e ele acabou ficando comigo, a terceira é minha filha de dois anos e meio. Meu sobrinho me chama de mãe, não me chama de tia por que eu cuidei dele. Minha vida mudou porque a minha filha, eu nunca a trouxe pra cá. Deixo-a na minha casa. Eu fico preocupada, principalmente quando ela tinha 1 ano e 4 meses, eu a deixava em casa e daí eu não consigo estudar. Eu fico preocupada com meus filhos e minha filha. (Entrevista de campo, 2023)

Veja, a gente tenta. Tentamos estar presente em cada âmbito de nossa vida, seja ela universitária, social, familiar e/ou materna, mas quando isso será o suficiente? Quando deixaremos de ficar preocupadas ou nos sentiremos culpadas? Até quando teremos que viver socialmente como se não tivéssemos crias ou desistir de viver socialmente por elas?

³⁴Durante a inauguração da área de lazer no Centro de Convivência da Unidade 2 da UFGD, financiada por recursos de acordos penais, foram instaladas mesas de sinuca entre outros equipamentos. Contudo, é importante destacar que estudantes mães precisaram se organizar para adquirir um trocador de fraldas no banheiro do mesmo espaço.

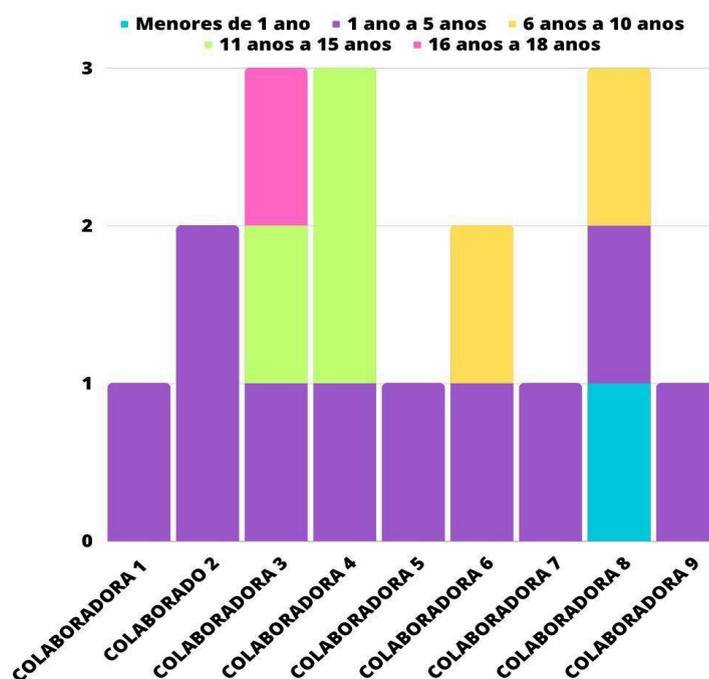
Teoricamente a universidade não pode se distanciar da sociedade pelos interesses, a maternidade também não pode ser dissociada das pessoas que exercem essa função do cuidado tão corriqueira e cotidianamente, como elas nos mostram.

4.5 – LAÇOS MATERNOS

Durante o período de contato para a primeira roda, todas haviam confirmado presença, porém uma mulher do curso de Pedagogia e duas do curso de Educação do Campo não compareceram ao local em que havíamos concordado estar para a roda de conversa. Por sorte, havia uma voluntária interessada em participar da pesquisa, ela era da Educação do Campo, não havia sido selecionada, mas que compareceu como companhia para sua amiga. Assim ficamos com 3 mães na Pedagogia, 3 mães da Educação do Campo e 3 mães da Engenharia de Alimentos, totalizando 9 mães-interlocutoras para a pesquisa e rodas de conversas. O método de recolhimento de relatos foi o grupo focal devido a sua grande relevância para evidenciar as ideias, compreender o cotidiano e as percepções de vivências, assim como explica Gatti (2005).

Assim ficamos com o gráfico:

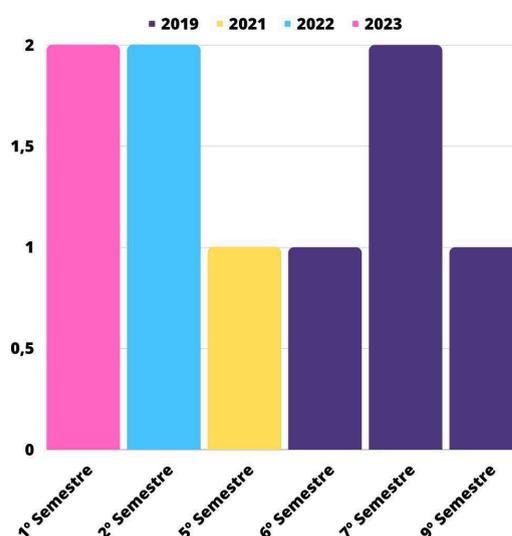
IMAGEM 7: GRÁFICO DAS SELECIONADAS - IDADE E QUANTIDADE DAS CRIAS



Fonte organizado pela autora (2024)

Das interlocutoras voluntárias, 4 possuem apenas uma criança entre a idade de 1 ano a 5 anos. Duas delas possuem duas crias, a interlocutora 2 possui duas crianças de 1 ano a 5 anos, enquanto a interlocutora 6 possui uma criança da mesma idade e a outra entre os 6 aos 10 anos. As outras mães possuem três crias cada, a interlocutora 3 possui um na idade das restantes, um na idade dos 11 anos aos 15 anos e uma entre 16 anos aos 18 anos; já a interlocutora 4 possui uma criança menor de 6 anos e dois adolescentes entre os 11 anos aos 15 anos; E a interlocutora 8 possui um neném menor de 1 ano, uma criança até os 5 anos e uma entre os 6 anos aos 10 anos.

IMAGEM 8: GRÁFICO DAS SELECIONADAS - SEMESTRE DOS CURSOS



Fonte: organizado pela autora (2024)

Este gráfico semestral para mim está muito interligado com a questão de raça-etnia, pois durante as análises por semestre que devido à pandemia de COVID-19, as aulas foram suspensas e, posteriormente, realizadas remotamente durante esse período. Com o retorno às aulas presenciais, foi necessário elaborar um calendário acadêmico que permitisse a realização de três semestres em um ano, até que o cronograma semestral voltasse ao normal.

Eu também tive que pensar nas outras intersecções, por isso decidi ignorar as questões semestrais. Assim, quatro dessas mulheres selecionadas estão no 1º e 2º semestres, sendo duas delas da Engenharia de Alimentos e duas da Pedagogia. No 5º, 6º e 9º semestre escolhi apenas 1 mãe e do 7º semestre 2 mães.

Na nossa seleção utilizei a autodeclaração dessas mulheres como uma decisão quase que final para as escolhas de suas participações. No trabalho temos 2 mulheres negras, 1

branca e 6 indígenas (sendo 3 da etnia Guarani e 3 da etnia Kaiowá), também destaco a questão geracional, por isso a variação de idade entre 20 e 40 anos, sendo assim, seis delas têm entre 20 a 30 anos e três possuem entre 31 a 40 anos.

Para a situação civil, temos 3 mães solo, 4 mães casadas e 2 em união estável. E na perspectiva de gênero e sexualidade: todas se consideram mulher cisgênero ou feminino, como muitas colocam em seus relatórios e apenas uma delas preencheu ser bissexual, outras 3 colocaram ser heterossexual e as outras deixaram sem resposta. Entre essas mulheres houveram 4 (quatro) relatos de abortos espontâneos em distintos períodos de suas vidas, sendo uma até mesmo no começo da graduação.

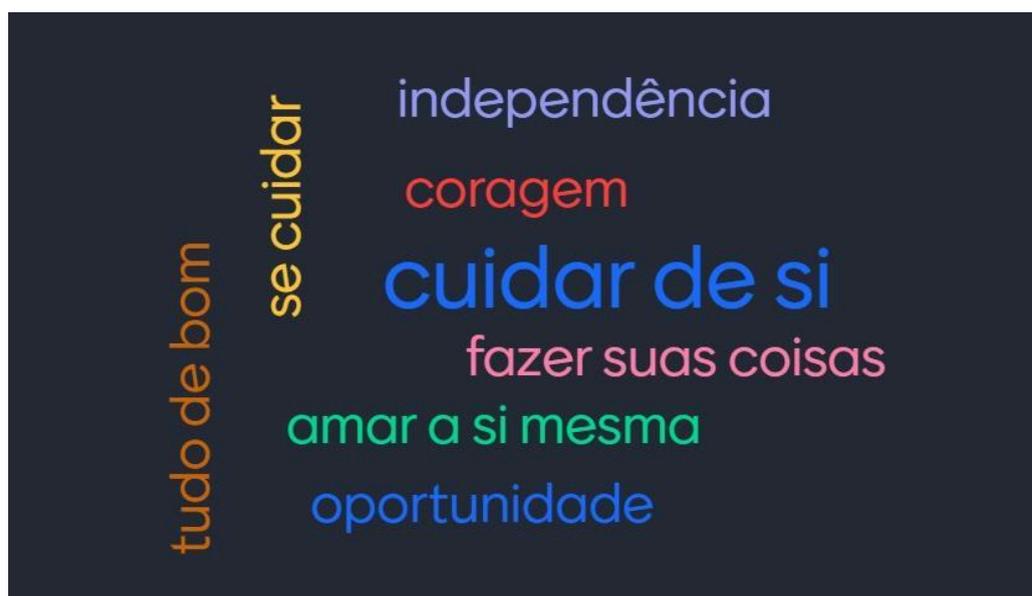
Eu tinha um jeito de começar e um jeito de terminar as conversas, a primeira pergunta sempre era: “Para você ser mãe é...” e finalizava perguntando: “Seus filhos/filhas são...?”, no qual suas respostas seguem no próximo subtópico, em nenhum momento tive uma resposta diferente do que TUDO, óbvio que havia aquelas que se sentiam livres para problematizar as questões maternas e aquelas que só elogiavam suas crias, mas sempre que era solicitado para definirem em uma palavra, essa era a única que elas encontraram para definir melhor.

Perseverança, força de vontade, respeito e importância foram algumas das respostas que obtive quando perguntei sobre a permanência de mães na Universidade. Senti como se elas estivessem dando um conselho para as próximas mães que lessem essa dissertação, ou então, um simples sussurro de desejo para as que entrarem nesse espaço acadêmico

4.6 – ENSAIO COM AS MÃES DA UFGD

Dentre as questões para as interlocutoras, *ser mulher é...* Por esta questão apresento uma nuvem de palavras da pergunta feita *que para elas ser mulher é:*

FIGURA 4: NUVEM DE PALAVRAS - SER MULHER É...



Fonte: organizado pela autora (2024)

Como podemos ver, as variações da palavra cuidar e de mim/você (como de si, se, a si, suas) aparecem com frequência para a definição de mulher presente nas falas, assim como oportunidade, independência, coragem e tudo de bom. O motivo desta pergunta surgiu durante o trabalho foi para percebermos a construção de gênero Oyewùmí (2004, apud Lopes), que essas mulheres traziam consigo, uma vez que entendemos como a autora africana, expõe: “Gênero é socialmente construído, a categoria social “mulher” não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade” (Oyewùmí (2004, apud Lopes)

Por estes motivos, quando as participantes colocam suas idealizações sobre a maternidade antes da sua existência, penso em trazer o relato da interlocutora 2 que colocou como imaginava a maternidade antes de ser mãe:

(Interlocutora 2): Mal sabia nós inocentes, tadinhas. Sabe de nada inocente, tipo aquela frase, né? Não porque eles romantizam muito, gente, sinceramente. Como pode? Eles romantizam demais algo que não é nada bonitinho. Tem um fato assim, minha mãe fica muito brava quando eu falo isso. Ela diz: Você não pode falar isso. Ela às vezes fica brava comigo por que eu digo: Mãe, eu não gosto de ser mãe, mas longe de mim, eu amo meus filhos, eles me ensinaram a ser forte. Correr atrás do que eu quero. Tornaram-me a mulher que eu sou hoje. Mas eu falo para minha mãe: Se eu pudesse voltar atrás, não teria eles. Tadinhos gente, como a vida é difícil. Se eu tivesse noção, né? Não é por minha causa, é por causa deles! Tipo assim, eu tenho uma filha menina e eu vejo que com o tempo deixamos ela com a avó dela e aconteceu umas coisas muito desagradáveis, eu acho que não merecíamos isso sabe? Me abalou bastante. Ela sofreu assédio com dois anos. E foi muito pesado, sabe? E foi horrível. A gente coloca filho no mundo e não sabe o que vai acontecer com eles. Mas a gente faz dar certo, entendeu? Eu falo pra minha mãe e ela fala: Para de ficar reclamando. Eu falo: Eu não reclamo mãe, eu só não gosto de ser mãe; dessa responsabilidade toda, é muito pesada. (Entrevista de campo, 2023)

A romantização constante da maternidade é para além de algo cultural, mas também social e histórico nos parâmetros de gênero. A interlocutora 2 nos lembra constantemente sobre o silêncio materno que atualmente está sendo quebrado quando o pensamento é sobre a maternidade e as mil maravilhas que é ser mãe que foi sendo silenciado a sobrecarga que muitas vivem por anos, até mesmo séculos.

Como Hirata (2016) explora, as relações entre razão e emoção, indivíduo e coletivo, social e moral, a fluidez das fronteiras entre afeto, amor e emoção, assim penso ser a maternidade também pela cultura. Podemos perceber que a frustração e a romantização materna é uma construção social, assim como o silenciamento para não falarem sobre o assunto — sobre o quanto é difícil ser mãe e o que enfrentamos na maternidade e maternagem.

Por exemplo, como quando a interlocutora 5 da pesquisa trouxe na questão da maternidade indígena da etnia Guarani, o parto cesariano e o primeiro sentimento que teve ao pensar que seria mãe:

(Interlocutora 5): O meu (sentimento quando descobri que iria me tornar mãe) foi um pouquinho de medo, quando eu vi, falei “*como será minha vida? como vai ser?*”. Na nossa aldeia as meninas criticam quando a gente ganha cesárea, elas falam que a gente não se esforça para ganhar normal, e tem muitas também que falam que isso não é mãe quem ganha Cesária. Eu já escutei muitas coisas, mas eu não me senti mal porque foi o doutor que falou que eu não podia ganhar normal, porque eu não devia sentir tanta dor no parto assim, só que o doutor falou “a gente vai ter que tirar porque já passou do tempo” e seria perigoso esperar tanto tempo, mas eu queria muito ter ganhado normal porque eu queria voltar a jogar (futebol) cedo. Só que na nossa cultura, quando a gente ganha cesariana a gente não pode voltar cedo a jogar bola, tem que esperar um ano. [...] Ah e eu lembrei também que você não pode tomar banho na água fria assim. Sabe que no comecinho da nossa maternidade depois que o bebê nasce, a gente toma remédio caseiro, isso é essencial para a nossa cultura. A gente toma para... não sei, só sei que é para descer todas as coisas ruins de nós, por que eu tomei bastante já que eu ganhei cesárea, minha mãe me dava bastante. (Entrevista de campo, 2023)

Podemos notar como a cultura interfere nas relações entre pessoas indígenas e não indígenas e as constituições de parto. Na questão de mães não indígenas, as cesarianas já são algo normalizado de acordo com dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e da FIOCRUZ. Segundo a pesquisa, de 2021, o Brasil é o segundo país da América Latina entre hospitais públicos e particulares que mais realiza partos cesarianos, chegando a uma média de 86%, uma taxa altíssima comparado com a recomendação da OMS que é de 10% a 15% em um país;

Quando perguntei se sofreram algum tipo de violência em suas passagens pelos hospitais, a maioria delas respondeu que não. Essa pergunta está entrelaçada ao processo gestacional que essas mulheres tiveram com suas famílias, então temos o relato da interlocutora 2 que sofreu uma violência no parto de quando teve seu primeiro filho aos 17 anos, ela é indígena da etnia Kaiowá.

(Interlocutora 2): Nossa, minha mãe. Assim, a minha mãe fez eu tomar muito remédio, um tal de casca de árvore, me deram banho e um monte de remédio. Me levaram no rio para tomar banho. Teve uma coisa que eu achei um desrespeito; Acho que devemos respeitar as pessoas, sabe? A minha mãe falou assim: “*a partir do momento que você ganhar o seu bebê, você não lava o seu cabelo*. A gente tem isso, entendeu? É os 3 dias, você não pode arrumar o cabelo. Aí eu fui no hospital e a enfermeira me fez lavar o cabelo. Eu falei: *moça, eu não posso lavar o cabelo*, porque assim e tal, eu expliquei que a minha mãe tinha falado que não podia, que eu tinha tomado banho de casca de uma árvore lá antes de ganhar meu bebe, que era para afastar coisa ruim e eu ser abençoada por Deus. E não era para lavar o cabelo porque estava sobre minha cabeça aquilo, entendeu? Eu estava toda cortada, na cadeira de roda, não conseguia tomar banho e muito fraca. Mas a enfermeira me colocou debaixo da água e meteu xampu no meu cabelo. Foi no H.U (Hospital Universitário). Foi no meu primeiro filho que isso ocorreu, enquanto que nos outros foi mais de boa, parecia que agora tem enfermeiros mais capacitados, mais carinhosos, atenciosos, sabe? Agora parece que eles respeitam mais as mães, entende? (Entrevista de campo, 2023)

Infelizmente o que aconteceu com a interlocutora 2 não é um caso isolado, mas é provido através da ignorância e do racismo étnico que mulheres indígenas possam pela falta de conhecimento da ancestralidade que ocorrem nas aldeias. O que também pode ser a desinteresse do estado de prover cursos de aperfeiçoamento e conhecimentos nos hospitais.

Durante minhas pesquisas para encontrar relações maternas em Dourados e seus espaços públicos universitários, deparei-me com um artigo intitulado “Desafios da assistência à saúde indígena sobre a ótica dos trabalhadores da maternidade do hospital universitário de Dourados–MS” de autoria da Thaynara Pereira Cabanha, do ano de 2021. Relato de um dos profissionais que ela mesma expõe:

[...]quando a gente pega pacientes indígenas né, elas falam pouco (português), e assim na higienização é bem precária, então quando você pega um parto normal, por exemplo que você vai encaminhar para um banho, elas mal entram embaixo do chuveiro e já sai, então eu por exemplo acabo dando banho, por que senão, elas não lavam o que tem que lavar” (T03)” (Cabanha, 2021, p. 22)

Isso me fez questionar na maternidade dos hospitais, a capacitação dos profissionais, que estão ligados aos âmbitos universitários e entre outras problemáticas que precisamos discutir tendo intrinsecamente as questões situadas de *cultura, sociedade e cuidados*. Muitos profissionais não entendem ou se recusam a entender a importância dos cuidados pré-parto e pós-parto que essas mulheres indígenas possuem. Outra que teve um processo gestacional

banhada em ervas, foi a interlocutora 1, que possui raízes paraguaias, ela conta que não sofreu violência ou desrespeito durante seu parto, sobre esse processo ela conta:

(Interlocutora 1): Eu tive que mudar bastante os meus hábitos. Primeiro que eu me alimentava muito porcamente. Porque eu não tinha muita grana, fazia uma refeição por dia, tinha dias que passava sem comer e eu tomava muito álcool. E cigarro, eu fumava muito antes da gestação. Então essas foram as coisas iniciais que tive que parar. (...) A gente tem assim uns rituais que fazemos dentro da minha família, tipo cantar para dormir desde que ele nasceu, a gente canta bastante e como somos religiosos, frequentamos o candomblé, daí meu filho participa, conhece os toques e as músicas, então sempre cantamos para ele dormir. Durante minha gestação teve aquela coisa para descobrir o sexo do bebe e na hora do parto teve alguns cuidados pela minha mãe e minha avó, elas prepararam... a minha família faz um álcool com ervas, minha família é toda Paraguai e são bem erveiras³⁵. Muitos remédios de ervas e daí elas preparavam um álcool com várias coisas que eu realmente não sei o que é, fica com uma cor forte. Daí eu passava na minha barriga toda, esquentava ela. Minha mãe passava, minha avó passava e eu ficava bem, não sei. Elas também passavam no seio para ajudar na amamentação, contudo eu tive muito problema na amamentação, parecia que meu peito ia cair. E aí, era isso. E tinha negócio que minha avó mandava eu passar também que era. acho que sebo de carneiro?... Nesse nível assim, eu passava na barriga, essas coisas assim. Minha família me fez ficar 10 dias sem lavar o cabelo, mas também fiquei por que estava sofrendo muito pelo parto. (...) Eu acho que foi mais uma questão cultural mesmo essa questão do pré-parto. (Entrevista de campo, 2023)

Enquanto a interlocutora 1 é branca, a interlocutora 3 é indígena e ambas tiveram processos culturais em seus pré-partos para a proteção delas e de suas crianças. Infelizmente, a interlocutora 3 sofreu um grande impacto traumático com a sua criança, primeiro porque sofreu um desrespeito após o parto e segundo pela criança ter falecido alguns meses depois do parto. Mas vejam, por que uma delas é tratada bem enquanto a outra sofre desrespeito? Se era uma questão cultural, as duas não deveriam ter passado pelo mesmo processo de respeito?

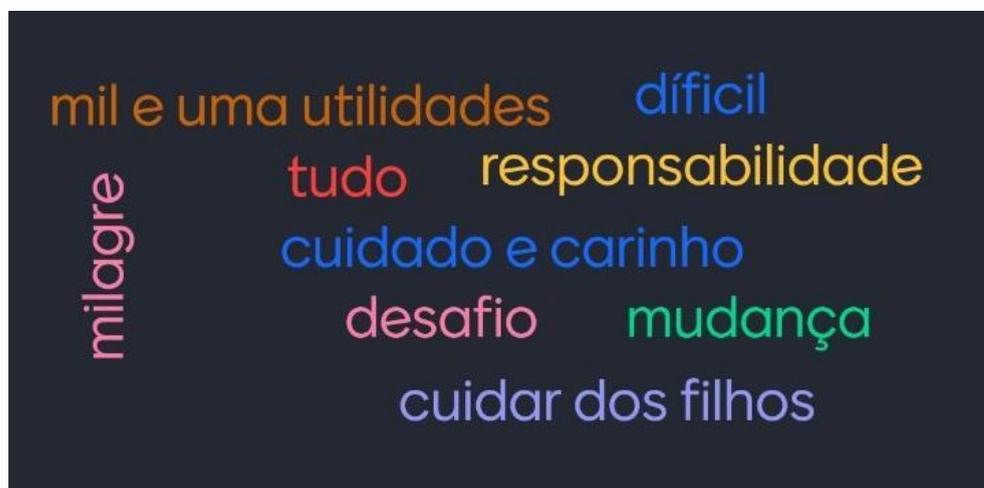
Sabemos que Dourados, Mato Grosso do Sul é uma cidade multicultural e possui diversas aldeias, paraguaios, quilombolas, nipo-brasileiros, entre outros povos, mas como uma pessoa não está minimamente capacitada para atender duas mulheres de culturas diferentes, respeitando apenas uma delas? Será que os traços étnicos-raciais são realmente maiores do que a questão de empatia para uma mulher em seu pós-parto e da sua cultura?

Como Tedla (1995) explica que, o conceito de mãe transcende as relações de gênero e de sangue. Desta forma, podemos dizer que a noção de gênero é uma construção sociocultural trabalhada historicamente para a submissão massiva do sexo feminino nas abordagens sistêmicas do capitalismo. Por este motivo, a mulher no contexto familiar foi imposição, por e de diferentes formas, em diferentes culturas e sociedades.

³⁵O termo "erveiras" se refere a pessoas, neste caso, mulheres, que têm conhecimento e prática no uso de ervas.

Dessa maneira, abrimos margem para expor a questão do que é “ser mãe” para estas mulheres que definiram, ou pelo menos tentaram definir, em uma palavra:

FIGURA 5: NUVEM DE PALAVRAS - SER MÃE É...



Fonte: organizado pela autora (2024)

Como podemos notar entre a primeira nuvem de palavras sobre ser mulher e ser mãe, para essas participantes há muitas coisas em comum e não dá para serem separadas, como, por exemplo, a palavra **cuidado** que aparece em ambos. Ser uma mulher para elas é alguém que cuida de si mesma, que possui coragem e independência. E ser mãe, apesar das mudanças e dificuldades, é você cuidar e dar carinho às suas crianças, sempre se lembrando que você tem responsabilidades.

Acredito que entre os relatos acerca do que é ser mãe a Interlocutora 1 é a que nos expressa limpamente acerca dessa divisão de água entre a maternidade e a sociedade:

(Interlocutora 1): Eu acho que a mudança, é compromisso e é um peso muito grande também, porque além da gente ser responsável pela vida de outra pessoa para além de todas as outras coisas que a gente já é responsável antes. Muda muito a forma como as pessoas nos enxergam, então acho que a mudança vai além do cotidiano. Muda a rotina de vida, muda a leitura social que as pessoas têm da gente, então, eu acho que MUDANÇA é o que mais define assim. (Entrevista de campo, 2023)

Podemos notar o quanto a linha social ao se tornar mãe é evidente. A academia também é um espaço que usa de dinâmica social a disponibilidade de horários para promover pesquisa, ensino e extensão para além do horário em sala de aula. E essa dinâmica pode, muitas vezes, impactar na rotina delas ruimmente, já que precisam se dedicar entre estudos, sociedade, casa e família.

Gonçalves e Oliveira (2018) explicam sobre a “Diversidade Cultural e relações de gênero em uma escola indígena sul-mato-grossense”, no contexto cultural, a responsabilidade de cuidar são das mulheres indígenas, enquanto a educação é feita coletivamente, contudo na cultura não indígena, para além do cuidado às mulheres, historicamente, também ensinam e educam se encarregando de todas as funções referente ao cuidado.

Elas se sentiram tão à vontade para me relatar suas histórias que se aprofundaram um pouco mais nesse assunto. A interlocutora 4 disse que na sua aldeia as meninas se casavam por volta dos 14 anos e tanto a mãe quanto a sogra pediam para que elas parassem de estudar porque agora era o momento de cuidar da casa e ter filhos. A interlocutora 8 comentou que não desistia devido a sua filha mais velha, de 9 anos, que sempre a incentivava a ir para a faculdade e que a usava de exemplo para estudar muito na escola, indo até mesmo com o dedo do pé quebrado.

Apesar das muitas dificuldades associadas ao malabarismo que é equilibrar a maternidade, vida familiar, as tarefas domésticas e os estudos, essas mulheres buscam dar conta dessas demandas que vem com a questão de ser mulher e mãe ao mesmo tempo. Quando a interlocutora 3 relata o que é pior de ser mãe, a gente começa a entender melhor as questões maternas na universidade.

(Interlocutora 3): O pior de ser mãe é a anulação própria, entendeu? Por amor e por dedicação e por necessidade, por obrigação a gente se anula, literalmente a gente não tem mais a gente. Ainda se a gente tiver ajuda pra alguma coisa de vez em quando aqui ou ali, você pode conseguir fazer uma coisa ou outra. Não ter tempo próprio para você, sabe? É por amor. Então a gente fica lá, mas a mente da gente está nas crianças; E é horrível. Isso é o ruim da maternidade, a falta de tempo próprio para você mesmo. (Entrevista de campo, 2023)

Vivenciar a maternidade na universidade é algo muito difícil e sobrecarregado e juntar todas essas questões com o fato de ser esposa e/ou dona de casa, pode ser ainda mais pesado. Por exemplo, quando pedi que elas me contassem suas rotinas, todas elas me contaram que acordam entre as 4h a 6h da manhã. Suas atividades se dividem em preparar o café-da-manhã para suas crias e as levar à escola ou para seus companheiros irem trabalhar ou até mesmo para elas saírem de casa a tempo para o trabalho.

Além disso, temos as questões dos estudos que elas se dedicam para ficar na média e “alcançar” suas colegas de sala que não possuem filho/a(s), uma vez que 5 delas possuem os companheiros como a única pessoa que divide os cuidados das crias com elas. As outras possuem sogras/os, as filhas/os, irmãs/os, cunhadas ou mães como rede *de apoio*.

Um dos pontos que elaborei para trazer e pensar com essas mulheres foi em relação ao posicionamento da Universidade em relação à permanência destas no cotidiano na instituição de Ensino Superior. Elas trouxeram algumas respostas interessantes, no qual selecionei três.

(Interlocutora 9): Seria interessante termos espaços maternos nos blocos, não precisa ser um lugar espaçoso, sei lá, a cada dois, três blocos, talvez? Por que não dá pra ficar se locomovendo daqui ao B, pra ir lá na brinquedoteca, entendeu? É muito longe. No CEIM aqui pra conseguir uma vaga, você tem que ser doadora, você tem que ser não sei o que lá, ou então entrar no ministério público. “A prioridade é os funcionários e docentes”, prioridade, pelo menos no edital tá escrito que é funcionários e docentes, depois vem discentes, só que sem discente não tem o docente, entendeu? Se não tem aluno pra quem eles vão dar aula? E hoje, cada vez tá mais raro mãe na faculdade por causa disso, por que “ah, vou deixar com quem?” por que se tivesse que nem hoje, eu não sei você, vou falar das pizzaria, dar o exemplo de pizzaria e lanche, tão colocando pula pula, tão colocando alguma coisa pra atrair esse público, por que ou a mãe tem que deixar em casa ou a criança fica ali um tédio. Então assim, tinha que ter alguma coisa, pelo menos no bloco, não sei se em cada bloco, mas pelo menos a cada dois bloco e perto, não sair daqui da FAEN para ir no B e voltar, ainda mais debaixo dessa tira de sol com a criança, até chegar lá a criança já tá morta por causa desse sol, fica molinho, criança não pode tomar sol que fica com dor de cabeça, fica pegando insolação, mas é muito longe exatamente, ó a distância, e se alguma coisa acontecer, até você ir lá, e aqui pertinho não tem, entendeu? (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 5): Não tem lugar, não tem lugar pra gente levar para amamentar, só nesse semestre que inventaram essa brinquedoteca. Eu amamentei na sala mesmo, e eu não tinha vergonha não, eu amamentava em qualquer lugar mesmo. Quando a minha filha chora a babá cuida dela dentro da sala, tipo o que aconteceu ontem porque ela bateu a mãozinha e começou a chorar. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 1): Não tem, nenhum lugar para as mães aqui. Não tem nem trocador, então não tem. Temos as bolsas, e só. Nem a moradia podemos frequentar como mães, uma vez liguei lá quando estava grávida e falaram que não aceitavam crianças. Então não tem. (Entrevista de campo, 2023)

Essas mães, por muito tempo, foram negligenciadas e não possuem informações nem ao menos sobre os programas de assistência estudantil da própria universidade. Algumas até sugeriram uma bolsa específica para as mães, uma delas explicou:

(Interlocutora 9): Eu não acredito que os programas de assistência estudantil abrangem muito as mães não, na verdade acho que dificulta muito, principalmente por que é muito papel. quando você mora com o cônjuge e o filho, misericórdia, é muito papel, muita coisa que você não tem tempo para procurar por que tem que dedicar esse tempo em outra coisa, acho que eles poderiam simplificar mais, algo assim sabe? Acredito que eles poderiam colocar as mães como prioridade nas bolsas já existentes e tentar criar uma bolsa específica para nós. (Entrevista de campo, 2023)

Eu também perguntei para elas qual a maior dificuldade que elas enfrentavam ao vivenciar a maternidade na universidade. As mães indígenas relataram o fato de sair de suas aldeias e se deslocar até a universidade, já que elas precisavam deixar as crianças com parentes e/ou vizinhas, ou levar para a instituição.

A interlocutora 3 faz um adendo a essa questão: “Na minha aldeia não passa ônibus da prefeitura, é outro tipo de ônibus que eu pego para vir para cá. E o motorista odeia trazer crianças nele. Se você aparece no ponto com a criança, ele manda voltar ou não deixa entrar”, ou seja, apesar de ir todas as noites até a universidade, mesmo que ela quisesse levar sua filha, não poderia.

Já as mães não indígenas relatam que a dificuldade delas são as exigências acadêmicas. Mas percebam todas essas dificuldades que elas apontam são frutos de uma necessidade que elas têm para querer ficar mais tempo com suas crias. E como a universidade poderia colaborar para isso?

De que modo podemos articular a permanência das mães com as suas necessidades para com as demandas? Talvez um levantamento de dados contínuo? Um questionário de respostas para conhecer as necessidades delas? Um departamento para a escuta das demandas acadêmicas maternas?

Acredito que tudo isso só será respondido quando o Estado passar a enxergar as mães como uma linha de frente social. São aquelas que dão vida, criam, educam, transmitem a cultura e abraçam socialmente. Mas também são apagadas no momento em que gestam uma criança, tendo sua educação, emprego e a si mesmas questionadas constantemente com a vida em torno de um indivíduo que não pode ser desvinculado dela nunca mais.

4.7 – RELATOS DE PERMANÊNCIA

Quando essas mulheres me colocam as questões de suas permanências e o modo como sonham e lutam pelo seu futuro para além do modo como vivem: mães, acadêmicas e dona de casa, já que apenas duas trabalham efetivamente enquanto uma delas trabalha fazendo bolo. A permanência delas se dá pela força de vontade de continuarem pelas suas crias, é isso que me relataram na minha estadia ali, óbvio que cada uma à sua maneira, trabalha nessa busca pela progressão acadêmica de forma diferente.

Perceba, a exploração do corpo feminino se manifesta tanto na destruição e subjugação da vida quanto na mercantilização desses corpos em todas as suas formas e dimensões. Conseqüentemente, as mulheres são cada vez mais marginalizadas à medida que os processos de acumulação das forças produtivas capitalistas se expandem, juntamente com a artificialidade e homogeneização dos territórios sócio-biodiversos e a mercantilização da vida e da terra (Segato, 2012; 2014; Saffioti, 2013).

Ao conversar um pouco com o secretário do curso de Educação do Campo, ele me apresentou a seguinte fala: “Normalmente as mães trazem babás nas etapas”.

Fiquei realmente surpresa com isso, nunca havia escutado falar de mulheres indígenas que possuíam babás. Principalmente enquanto frequentavam universidade, uma vez que pelo perfil a maioria recebia uma bolsa para permanência da etapa, então trouxe o assunto à tona nas rodas de conversas para que eu pudesse entender melhor como era essa questão com as “babás”; o que elas entendiam por babás?

(Interlocutora 5): Aqui na faculdade para nós mães é um pouco difícil, eu acho que é difícil de viver por aqui como mãe e você tem que ter dinheiro também porque qualquer hora a criança quer alguma coisa pra comer. Piora se você não tem uma pessoa para te ajudar a cuidar durante o período aqui, você tem que se virar. Eu trouxe a parente do meu marido, aí eu pago pra ela, porque senão pagar ela não vem. Uma vez uma mulher quis que eu pagasse R\$900,00 reais para ficar com a minha criança lá na aldeia, nossa muito caro, no final ficou com o meu marido. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 4): Eu queria ir atrás de uma cuidadora, mas não consegui. Eu também paguei na minha casa, deixei com a minha tia por R\$200,00 reais. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 6): Eu não trouxe ninguém para essa etapa, muito caro. Eu trouxe acho que 2 vezes uma mulher e paguei 400 reais e na primeira vez que eu trouxe ela não cuidou bem da minha filha e falou um monte de coisa ruim sobre a gente. (Entrevista de Campo, 2023)

(Interlocutora 5): É, até de mim. Ela falou de todas as mães, falou que a gente não podia ter engravidado e querer estudar, essas coisas. Que nós mães estamos perdendo nosso tempo. (Entrevista de Campo, 2023)

A problemática, na verdade, era outra, elas realmente não possuem meios de terem uma pessoa constante para o cuidado de suas crianças efetivamente. Em sua maioria elas levam ou deixam muitas vezes com suas vizinhas, parentes, conhecidas, familiares, mas como há uma necessidade de pagar pelos cuidados de suas crianças, externamente aparentam que essas pessoas são suas “babás”. O que é uma situação totalmente diferente da realidade, certo?

O termo babá é totalmente elitista, uma vez já exposto por Segato (2013) e Gonzalez (2020), por ter uma demanda de colonialidade. Portanto, a interpretação na fala do secretário nada mais é do que um espelho da reprodução de relações coloniais. E que no caso especificamente a que ele se refere das mães indígenas.

O que acontece é uma questão comunitária, na qual elas andam em grupo - dependendo do grupo étnicos. Fazendo um deslocamento entre aldeia e universidades, onde elas precisam mobilizar outras mulheres para que venham junto também para o cuidado. O que acaba se tornando uma despesa econômica que impacta financeiramente elas.

Considerando que normalmente as mães indígenas pagam as cuidadoras em média R\$400 reais, incluindo alimentação que também não é barata mesmo que o Restaurante Universitário forneça alimentação para as mães e as crianças, o valor para os participantes externos é de R\$15 reais. Se pensar neste custo diário para 15 dias seguidos, como inclui o currículo de alternância da FAIND, o valor financeiro acaba sobrepondo a bolsa no qual elas são inseridas.

Assim, os relatos acima evidenciam a fragilidade das redes de solidariedade entre as mulheres quando se trata de cuidados. Também revelam a falta de visão das políticas educacionais e institucionais ao não reconhecerem a importância do cuidado como uma atividade que deveria ser remunerada. Na perspectiva capitalista-patriarcal, o cuidado não pago é explorado como trabalho feminino. Quando o cuidado precisa ser pago, a responsabilidade ainda recai sobre as mulheres, vistas como as únicas responsáveis por cuidar dos filhos dos homens.

A indignação delas em relação a como alguém de fora da universidade e do mundo materno poderia dizer para elas que não deveriam estar naquele local estudando enquanto constituíam uma família? A sociedade possui essa percepção de que mulheres-mães não deveriam ocupar certos locais. O modo da questão do cuidado ficou tão impregnado no nosso meio de viver que quando são expostas outras formas há uma estranheza de terceiros para a maternidade não exclusiva do trabalho do cuidado (Vilchis, 2019).

Houve uma evidência durante os relatos de que as mulheres indígenas casam muito cedo nas aldeias, em média aos 14 anos, apesar de elas terem falado que atualmente está proibido pelo Capitão³⁶. A interlocutora 2 e 7 trazem suas perspectivas:

(Interlocutora 2): Não, foi por causa das condições que eu engravidei, sabe? Eu não tinha muita noção das coisas, porque a minha mãe não era muito de conversar sobre como engravidar ou se cuidar para não engravidar, como acontece... Ai eu tive que me tornar adulta aos 17 anos, quando eu descobri que estava grávida. Tive que conviver com o pai do meu filho durante a gravidez, porque a gente foi morar junto, fui morar com alguém que não tinha intimidade, sabe? A gente não namorava. Eu saí pra uma festa, foi onde bebi, fiquei com essa pessoa e engravidei. Nossa, ainda bem que os pais dele me apoiaram muito, entendeu? Mas, infelizmente, eu passei muita raiva, sabe? Eu me culpava muito e meu bebe nasceu prematuro e depois faleceu. Foi depois que ele faleceu que eu voltei a estudar. Depois eu encontrei uma pessoa onde eu me apaixonei, quis morar junto e quis engravidar, mas não parei de estudar. (Entrevista de campo, 2023)

(Interlocutora 7): Então eu me casei com 14 anos. Mas eu não casei porque engravidei, a maioria do povo de fora, que não conhece, fala que é cultura dos indígenas casar de menor, mas não é cultura casa quem quer. Naquela época né? Eu casei mais por necessidade porque na época que eu fiquei com o pai do meu filho, o

meu marido, meu pai tinha recém se separado da minha mãe, fazia uns três meses e minha família passava muitas dificuldades, assim, dificuldade alimentícia porque meu pai não pagava pensão, ele deu uma sumida aí tudo ficou nas costas da minha mãe, minha mãe trabalhava de doméstica nas casas né? De carteira assinada, minha mãe tinha que cuidar de 5 crianças. Daí eu pensei comigo, eu já estava namorando com meu marido, eu falei na minha cabeça: *“eu vou casar, vai ser menos uma boca para a minha mãe alimentar e vai sobrar mais para os meus irmãos”*. Aí eu casei, mas tipo, não vou falar que é cultura dos índios porque naquela época casava quem queria e o povo não pensava direito e casava muito adolescente, sabe? Eu casei com 14 anos mas eu não tive filho com menor de idade, eu fui ter meu filho com 20 anos, estava na faculdade aí quando eu engravidei eu parei de frequentar a faculdade por causa que eu estava gestante e também porque na época entrou a pandemia, aí resolvi parar e decidi voltar por causa que meu filho já tem 3 anos então ele já sabe bem... já não é mais criancinha pequenininha totalmente dependente da mãe, já consegue sobreviver. Eu deixo ele com a minha mãe, ela cuida do meu filho quando tô na faculdade. Hoje em dia em cada reunião que tem com o capitão, a liderança aqui da aldeia, eles não querem que o pessoal case de menor porque eles incentivam muito assim: estudar, trabalhar, fazer faculdade, se formar, depois casar e constrói a família de vocês, é sempre assim. Cada dia que tem reunião aqui na aldeia eles falam: *“vocês não podem deixar seus filhos casarem cedo”*. Tipo a mãe e o pai não pode obrigar a casar cedo, senão responde processo, o próprio capitão vai lá e conversa e tem também o conselho tutelar que está aqui dentro da aldeia. Então hoje em dia é proibido casar de menor aqui, quando você casa de menor o capitão vai na casa dos pais. A menina principalmente quando casa, para de estudar depois que engravida, tem que cuidar da casa, as vezes quer voltar a estudar e não consegue porque tem essa parte também que o povo fala que *“não, a menina casou, tem filho, devia ter pensado nisso antes de casar e ter filho”* ela é muita julgada né? [...] Acho que mudou muito da minha época quando eu casei quando eu tinha 14 anos, porque hoje eu tenho 24 e o tempo vai mudando para melhor. Eu, graças a Deus casei aos 14 anos, mas só tive filho aos 20 anos já, hoje tô com 24, meu filho vai para 4 anos já então assim, eu ficava com muito medo, quando a gente tem filho voltar a estudar não é a mesma coisa, a gente enfrenta muita dificuldade. Eu mesma para eu poder ir para a faculdade a minha mãe vem aqui cedo para ficar com ele e se ela não vem não tem como eu deixar meu filho sozinho aqui, então eu penso que eu poderia ter feito tudo diferente, mas hoje em dia eu tô conseguindo conciliar tudo, o meu filho, a faculdade e o meu trabalho. (Entrevista de campo, 2023)

Os relatos das mulheres indígenas refletem camadas de experiências, onde o amor, a maternidade e o cuidado doméstico são frequentemente atravessados por um espectro de violências. Que podem ser simbólicas e materiais, e, em outros casos, pelo abandono de parentes ao longo de gerações, assim como podemos observar na fala da Interlocutora 7. Como mulher, compreendo e me solidarizo com a situação delas, reconhecendo suas diversas lutas e pensamentos. No entanto, como pesquisadora, é crucial pontuar que, apesar do casamento precoce que muitas enfrentam, frequentemente ainda na adolescência, as gestações ocorrem quando estavam na faixa dos vinte e poucos ou tantos anos.

A interlocutora 2 trouxe uma fala a ser ouvida quando questionei sobre o que seria necessário para outras mães terminarem ou continuassem seus estudos e ela disse com força na voz, decidida:

“Que a universidade nos enxergue, estamos aqui. Todo santo dia estamos aqui, entendeu?”.

Essa mesma voluntária definiu nossa roda de conversa como uma terapia, uma vez que ela percebeu não ter espaço na academia para falar sobre essa carga materna senão, agora, na minha pesquisa.

Durante nossas conversas perguntei se elas já haviam trancado ou desistido de estudar por falta de apoio, às respostas me surpreenderam bastante. Duas delas desistiram do curso na pandemia, 1 desistiu assim que engravidou, 5 falaram que não iriam desistir do curso e também não pensavam sobre isso e uma explicou que fez isso antes de terminar o ensino médio.

Vale ressaltar que segundo o SIC de 2020 e o IBGE, entre jovens de 15 a 29 anos, metade não estudaram e/ou não concluíram o ensino superior. Dessas, 11,8% das mulheres indicaram a gravidez como o principal motivo para abandonar os estudos, sendo ainda maior o percentual (13,1%) quando envolvia a questão de raça entre mulheres pretas e pardas. Por assim, a gravidez na escola e no ensino superior envolvem questões de renda, sociais, raça-etnia, institucionais e familiares. Nesta mesma perspectiva, 6,5% das mulheres afirmam que deixaram os estudos para fazer o trabalho de cuidado.

4.8 – POLÍTICAS PÚBLICAS MATERNAS: GUIAS DE CONCLUSÕES

Notamos que a educação é vista, teoricamente, como um meio de promover autonomia aos envolvidos no ambiente escolar, atuando como mediadora de transformação sociocultural. Suas práticas educativas norteadoras são guiadas pelos valores da igualdade, liberdade de expressão e a autonomia social.

Assim, a administração pública surge em meio a crises governamentais e à resistência em consolidar um Estado de bem-estar social, enquanto tenta equilibrar políticas que favoreçam tanto a sociedade quanto as elites econômicas. As responsabilidades comunitárias relacionadas à criação de crianças e ao cuidado dos outros estão intimamente entrelaçadas à maternidade. Embora o papel das mulheres e dos cuidados maternos seja essencial para a continuidade de qualquer sociedade, em contextos patriarcais esse papel é frequentemente desvalorizado.

Caetano e Peroni (2015), em “O público e o privado na condução da gestão educacional”, exploram as mudanças nas relações entre o público e o privado, afetadas pelas

redefinições do papel do Estado em períodos específicos do capitalismo. Essas mudanças impactam a educação pública e os direitos sociais de mães e estudantes.

Deste modo, a ausência de uma perspectiva social adequada, a falha na rede de apoio, a sobrecarga materna imposta pela idealização da mãe e da mulher “perfeita”, a invisibilidade dentro da universidade e os desafios para que essas mães sigam seus estudos são evidências das dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Ainda assim, a resiliência dessas mães, especialmente as mulheres indígenas, destaca-se como símbolo de luta pela permanência no Ensino Superior, mesmo diante do descaso universitário em oferecer políticas de apoio efetivo.

Neste contexto, ao lidar com políticas públicas e persistência, devemos lembrar que a democracia moderna expande as responsabilidades do Estado para incluir todas as cidadãs. A ação permanente envolve planos e decisões que visam garantir os direitos e o apoio de diversos segmentos da sociedade, incluindo as mães estudantes. Tais iniciativas requerem uma troca democrática de práticas e experiências que promovam a humanização da colaboração através do planejamento coletivo.

Os resultados desta pesquisa apontam para os desafios enfrentados pelas políticas de auxílio estudantil e para a insuficiência das instituições de ensino em lidar com as necessidades das mães universitárias. Conforme argumenta Giroux (1997), uma análise crítica das políticas sociais deve revelar as conexões entre criação cultural e as formas de organização social e econômica, destacando como a cultura molda e é moldada pelas relações sociais.

A maternidade, muitas vezes tida como um papel exclusivamente feminino, enfrenta dificuldades quando o valor das mulheres é frequentemente desconsiderado, tornando seus direitos e a busca por uma vida digna um processo árduo. E, quando a sociedade não impõe a culpa, as próprias mulheres a internalizam. No Brasil, políticas trabalhistas já buscam atender as questões de gênero, como a licença maternidade remunerada e a igualdade salarial, embora as demandas por uma política de longo prazo, que permita o equilíbrio entre maternidade, estudo e carreira, ainda se mostrem urgentes.

Os relatos das participantes revelam a posição dos filhos no centro de suas vidas, sendo o equilíbrio entre vida acadêmica e familiar um objetivo central. No entanto, o ambiente acadêmico, com sua cultura altamente competitiva e exigente, frequentemente marginaliza essas mulheres. A urgência de políticas de permanência direcionadas a mães

universitárias torna-se evidente, sendo essenciais ações como a criação de centros de educação infantil, espaços para amamentação e a flexibilização de horários acadêmicos.

Em contraste, a presença de grupos e núcleos como o NEDGS, o NAIN e o NEAB dentro das universidades destaca a importância de espaços de acolhimento e discussão para as mães e estudantes de diversas origens culturais e sociais. No entanto, durante a pesquisa, esses espaços encontravam-se desarticulados e com poucas ações concretas para fomentar debates sobre as questões maternas. Além disso, dois desses núcleos estavam praticamente desativados, fazendo com que a prática desses núcleos represente uma lacuna na promoção de políticas inclusivas que contemplem as necessidades das mães estudantes e até mesmo dos demais estudantes.

Na ausência de políticas estruturadas, muitas mães criam redes informais de apoio entre si. Esses grupos de solidariedade tornam-se essenciais para troca de informações sobre direitos, editais e cuidados com os filhos, suprindo, de modo informal, o papel que deveria ser assumido institucionalmente. A resiliência dessas mulheres se evidencia na capacidade de apoiar umas às outras, mesmo enfrentando desafios significativos em seu próprio cotidiano.

Estas mães enfrentam ansiedade e exaustão ao equilibrarem estudo, maternidade e trabalho, e o impacto psicológico e emocional realça a necessidade de apoio sensível e carinhoso por parte das universidades. Políticas de apoio eficazes beneficiam não apenas as mães, mas a academia como um todo, promovendo um ambiente mais inclusivo e fortalecendo as conexões e o crescimento coletivo na universidade.

Para promover a inclusão e o apoio adequado às mães estudantes, as políticas dirigidas a estas mulheres devem ser institucionalizadas e devem ser fornecidas orientações claras e compreensíveis nas universidades para promover o seu acesso direto aos direitos. Além disso, seria interessante que fosse criado um comitê ou ouvidoria para mães estudantes dentro da universidade, onde possam falar diretamente com a administração para garantir que as suas necessidades sejam ouvidas e incorporadas nas políticas institucionais. Integrar o debate sobre a maternidade nas disciplinas também é crucial para aumentar a consciência e a valorização da experiência da maternidade em ambientes acadêmicos e promover o respeito e o apoio em ambientes universitários.

Durante o processo de análise e pesquisa de campo, surgiram conceitos que poderiam estar interligados à minha dissertação de forma transversal. Uma dessas proposições é a necessidade de uma “Antropologia Matricêntrica”, que acompanhe a evolução dos estudos sobre maternidade, integrando-se às pesquisas atuais. Esse conceito busca enfatizar a

relevância das experiências maternas nos contextos social, acadêmico e de lazer, promovendo uma análise interseccional que contemple as relações entre maternidade, estudo e cultura.

Ao longo das entrevistas, ouvi mães que veem a conclusão acadêmica como um caminho para um futuro mais promissor para suas famílias; sete das nove entrevistadas expressaram o desejo de se formar e obter estabilidade profissional, sendo recorrente a promessa de que eu estaria presente em suas formaturas. Finalizo este trabalho com a reflexão de que ouvir e compreender essas mulheres proporcionou uma nova perspectiva sobre o tema, evidenciando a urgência de uma escuta qualificada e de políticas públicas capazes de atravessar e auxiliar seus cotidianos de forma efetiva.

Assim, este trabalho destaca a relevância da universidade como espaço de transformação, que, embora tenha avançado em muitos aspectos, ainda se mostra desafiadora para mães e estudantes que enfrentam barreiras para continuar seus estudos e conciliar suas múltiplas responsabilidades. A implementação de políticas públicas de apoio e a reativação de núcleos de apoio são passos essenciais para garantir que essas mulheres, com toda a sua resiliência, possam encontrar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para si e para suas famílias.

Aguiar, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, jun./dez. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a06.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2020.

Akotirene, C. Vamos pensar direito: interseccionalidades e as mulheres negras. In: **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019 (Feminismos plurais).

Badinter, E. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Badinter, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Barros, Nelson Filice; Motta, Pedro Mourão Roxa da. Autoetnografia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 1337-1340, jun. 2015.

Bernardino, Jéssyca L. A.; SILVA, Edlene O. Representações da violência de gênero e raça no documentário Doméstica, de Gabriel Mascaro, 2012. In: **Mulheres e Violências**: Interseccionalidades. eBook. Technopolitik, 2017.

Bernheim, C. T.; Chauí, M. de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

Bittencourt, M. **Maternidade e carreira**: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado. Jundiá: Paco, 2013.

Briggs, Thainá (org.). **Mães pretas**: maternidade solo e dororidade. 2. ed. São Paulo: Editora Conejo, 2021.

Cabanha, Thaynara P. **Desafios da assistência à saúde indígena sobre a óptica dos trabalhadores da maternidade do hospital universitário de Dourados/MS**. Trabalho de Conclusão de Residência (Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Indígena do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – HU-UFGD).

Carvalho, I. M. M.; Almeida, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

César, R. C. B.; Loures, A. F.; Andrade, B. B. S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, suplemento, p. 68-75, jul./dez. 2019.

Chamorro, Graciela; Combès, Isabelle (orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Editora UFGD, 2015.

Clifford, James; Marcus, George. **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016.

Collier de Mendonça, M. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/54296>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Collins, P. H.; Borge, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Correa, Calmon, Reznick, Ferreira, Menendez-Delmestre e Baptista. Maternidade e ensino superior: a extensão universitária como ferramenta para promoção da equidade de gêneros nas universidades. **III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência**, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021. ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1.

Crenshaw, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>>.

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Duarte, Constância L.; NUNES, Isabella R. **Escrevivência a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Federici, Silvia. **O grande Calibã**: a luta contra o corpo rebelde. In: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 235-284.

_____. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, Coletivo Sycorax, 2019.

Foucault, Michel. Cap. I - Os corpos dóceis. In: **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 25ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 117-142.

Fraser, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Friedan, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

Giroux, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Trad. Daniel Bueno. 1997.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Hays, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

Higino, L. P.; Monfort, G. C.; Gisloti, L. J. Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade** – RIET, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 173-192, 2023. DOI: 10.30612/riet.v3i1.15104. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/15104>>. Acesso em: 10 maio 2024.

Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

Hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais 2020: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2021.

Jaques, S. F. **A cultura do servir: impacto no sofrimento psíquico e físico do trabalho da mulher**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Kovács, Maria José. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Kreiner, Renato & Pimenta, Ramiro. Universidade, democratização e inclusão social. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/v31n113a05.pdf>. Acesso em: 12 de Jan de 2020.

Lagarde, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 1993

Larchet, Laura. **Maternidade: um estudo autoetnográfico sobre a relação entre gênero, maternidade e docência**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Lord, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Lopes, T. O. N. Maternidade, sexualidade e patriarcado: o caso de Katty Xiomara. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 27, n. 2, e54897, 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n254897. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/M3Z8Tf3NLL7NwdR8PmsnQjP/?lang=pt>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Lopes, Thaís Oliveira Navarro. **Interseccionalidade e violência doméstica contra mulheres negras**. Campinas: Pontes Editores, 2021.

Lugones, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

_____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de; VAREJÃO, A. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

Luna, N. V. R.; Souza, M. C. A. Mulheres e a docência superior: impacto da maternidade na carreira docente. **Revista Ártemis**, v. 31, n. 1, p. 146-162, 2021.

Machado, M. M. **Mulheres: sujeitos de uma nova escrita de si**. Curitiba: Appris, 2022.

Maldonado, M. T. G. de. G. Cultura e desigualdade: desenvolvimento humano e social em questão. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v16n33/v16n33a06.pdf>. Acesso em: 12 de Jan de 2020.

Martins, Claudia R. V. Mulheres acadêmicas: sofrimento no trabalho e assédio moral. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 375-387, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/R3zJwpjCkxkH4N4h9nr4pKx/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Marx, K. **Capital: crítica da economia política**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017

Matos, Maria Izilda S. **Feminismo e história das mulheres: tendências e debates**. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (Org.). **História da mulher e gênero: entrevistas**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Mattos, G.; Sorj, B. Qualidade de vida e gênero. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 565-580, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ktY79v6pWbh9xN3cRrCCc9k/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Mohanty, Chandra Talpade. Bojo los ojos do Ocidente: academia feminista y discursos coloniais. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando El feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. [S. l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

Monforte, G.C. **Infância no mundo indígena**. São Paulo: Global, 2008.

Mourão, Helena Amaral de; FONSECA, Marina S. H. A construção social da maternidade e a implicação das psicólogas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/qms9rgx7gtrNyy8K8KwpkQn/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Naumann, M. A.; Gonçalves, L. C. A maternidade no contexto da violência de gênero. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tp/a/6tj8TJmbzM9DDwksDqj9T9K/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Nascimento, Leticia C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Nogueira, M. C. W. Relações de gênero, saúde e trabalho: a presença do feminino no espaço privado. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/8jsGryCGzHs8jF8rDt7DXQj/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Oliveira, Maria das Graças R. de (org.). **Mulheres na Educação Básica e no Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

Oliveira, S. M.; SAMPAIO, P. S. L. A. Ensino superior e a divisão sexual do trabalho: desafios da maternidade na carreira acadêmica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/4DCHfTCY4gcyJCrzskDM75G/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Olmos, Paula; Marcondes, Amanda Beatriz Miranda. “A gente não é respeitada como profissional, como mulher e como mãe”: práticas de resistência coletiva das mães acadêmicas brasileiras no movimento Parent in Science. In: MOREIRA, R.; MASSI, L. M.; MARTINS, L. C. (orgs.). **Maternidade e ciência: desafios e soluções para o avanço da mulher na produção do conhecimento**. São Carlos: Editora Cubo, 2022.

O'reilly, Andrea (Org.). **Encyclopedia of Motherhood**. California: SAGE Publications, Inc, 2010.

PARENT IN SCIENCE. **Parent in Science**. Porto Alegre: Parent in Science, 2020. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Paulo Netto, José. Os primeiros passos do feminismo. In: PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Levi Marques. *Reserva Indígena de Dourados: Deslocados Internos entre Inimigos e/ou Indiferentes*. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.). *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. São Leopoldo: Editora Karywa, 2019.

Pinheiro, Maria Luiza M. Mulheres e maternidade em tempos de pandemia. **Polêm!ca**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 841-851, 2022. DOI: 10.12957/polemica.2022.72434. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/72434>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Piscitelli, A. C.; Gregori, M. F.; Carrara, S. **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Plano, M.; Ribeiro, M. **Que feminismo é esse?** São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

Quijano, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, [S. l.], p. 1-27, 2005.

Rago, Margareth. História das Mulheres e História Feminista: debates e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 35 jan./abr. 2007.

Rocha-Coutinho, M. L. No jogo do tempo feminino. **Estudos de psicologia**, v. 24, n. 3, p. 339-348, jul./set. 2007.

Rizzini, I. **História da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

Santos, Jânia Souza dos; FONSECA, Maria do Carmo. Maternidade, trabalho e educação básica: mulheres que chegam à docência. In: **Mulheres na Educação Básica e no Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

Santos, W. I. C. Violência sexual, proteção social e a revitimização das mulheres em São Paulo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TwnsYZBQZrrw9QmXbNqMqSx/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Scott, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 16 de Jun de 2021.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40672>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Silva, J. M. S.; Salvador, A. C. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. In: **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. Organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

Silveira, Leticia Luzia. **O universo feminista na obra de Bell Hooks**. 2015. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Três ensaios de Gayatri Chakravorty Spivak. Tradução de Marta Garcia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Souza, Jéssica Maciel de. **Etnografia das crianças Kaiowá da aldeia Laranjeira Ñanderu**: a importância do território para as práticas culturais. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2018.

Souza, M. T.; Cunha, M. B. R. Maternidade e adoecimento mental. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/jf9YZZPmBJbZNB5cyf8p49M/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Souza, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 475-494, 2016. DOI:

10.22422/2238-1856.2015v15n30p475-494. Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10969>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Tonus, Luiza; Sousa, Tania Mara Galli Fonseca de. **O “amor romântico” e a maternidade:** um estudo sobre os vínculos amorosos e a constituição da maternidade contemporânea. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 12-30, set. 2011. Disponível em:
<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2032>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Trentin, Marina G. **Viver maternidade e docência na educação básica:** um estudo autoetnográfico. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Veronese, Leticia N. P. **Entre a docência e a maternidade:** estratégias de resistência e invisibilidade da produção intelectual de mulheres negras na academia. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Wallon, Henri. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Editora Manole, 2007.

_____. **A evolução psicológica da criança.** 10ª ed. São Paulo: Editora Livraria Martins Fontes, 2007.

Wittmann, L.; Mendonça, M.; Ramos, G. Violência obstétrica como violação dos direitos humanos: análise das denúncias no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/mcnwM7csp8NkFyWRwVGn8kH/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Zanotto, G. V. Literatura e autoritarismo: resistências na poética do movimento negro feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 211-225, jan./abr. 2014. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1413-26522014000100013>>. Acesso em: 20 set. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DE SELEÇÃO/PARTICIPAÇÃO

ANEXO 3 - GUIÃO DO GRUPO FOCAL

ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DEZEMBRO DE 2012 DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS****CONFORME RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016, DO MINISTÉRIO DA
SAÚDE****CONFORME CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO E ANTROPÓLOGA, DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA****Pesquisadora:** Renata Figueiredo Silva**Orientadora:** Prof^ª. Dra. Cláudia Cristina Ferreira Carvalho**Telefone para contato:**

A pesquisa intitulada *Maternar na Academia: Uma Etnográfica Interseccional sobre mulheres-mães nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob orientação do Prof. Dra. Claudia Cristina Ferreira Carvalho, tem como objetivo central mostrar a presença/ausência e permanência de mulheres que são mães durante suas graduações, com crianças entre as idades de quatro meses a doze anos. Informamos que sua participação na pesquisa se inscreve na ordem do voluntariado, podendo desistir da colaboração a qualquer momento. A presente pesquisa usa como instrumento de coleta de dados as entrevistas semi estruturadas de aplicação de questionário/formulário e grupo focal. O presente termo se constitui com base no Código de Ética do Antropólogo e Antropóloga, da Associação Brasileira de Antropologia. Este é um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que busca informar os interlocutores sobre algumas prerrogativas, quais sejam:

- Essa é uma pesquisa desenvolvida por pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, em que participam 1 (uma) aluna de Pós-Graduação, nível Mestrado, e 1 (uma) professora orientadora;
- Essa é uma pesquisa sem fins lucrativos, não envolvendo instituições privadas;
- No decorrer da investigação a pesquisadora Renata Figueiredo Silva, primeira autora, está atualmente na condição de bolsista CAPES, o que exige que o órgão de fomento seja devidamente mencionado nas produções científicas desenvolvidas pela autora.
- Essa é uma pesquisa de colaboração voluntária. Nesse sentido, as integrantes da pesquisa poderão desistir a qualquer momento ou exigir que seus enunciados não façam parte da coleta de dados finais;
- As interlocutoras terão sua identidade mantida em sigilo e anonimato, não tendo seus nomes pessoais revelados, evitando possíveis constrangimentos ou quaisquer outros impasses que possam causar danos físicos e/ou pessoais. Nesse sentido, as colaboradores serão identificados como Participantes da Pesquisa 1, Participantes da Pesquisa 2, Participantes da Pesquisa N;
- As entrevistas serão realizadas de modo grupal, a fim de que as participantes possam compartilhar pontos de vistas e uma boa análise documental.

- O produto final resultante dessa pesquisa poderá ser apresentado em Congressos, Seminários e Eventos, bem como se tornar público em base de dados de acesso livre e aberto;
- Conforme Resolução N° 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016, do Conselho Nacional de Saúde, as entrevistas, fotografias (se autorizadas) e formulários e quaisquer dados serão arquivados pelo(s) pesquisador(es) por um período de 5 (cinco) anos, não devendo ser compartilhado com terceiros, exceto se solicitado por representantes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEPE) ou Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), deletando-os após o período supramencionado;
- Embora a pesquisa esteja chancelada de acordo com a Resolução N° 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016, Brasil, e RESOLUÇÃO N° 466, DE 12 DEZEMBRO DE 2012, Dourados, devido a escolha pela não identificação dos participantes o percurso da pesquisa não carece ser avaliados e registrados pelo CEP e CONEP;
- As colaboradoras têm direito de acessar os resultados finais da investigação;
- Os códigos culturais dos colaboradores devem ser respeitados pelos pesquisadores;
- Os dados da pesquisa não devem ser compartilhados ou usados para benefícios ou interesses pessoais dos pesquisadores, bem como não devem ser usados para outros fins que não o esclarecido, a priori, aos colaboradores;
- A presente pesquisa é constituída com a figura de uma orientadora, cujo papel é instruir, advertir e possibilitar meios para que a pesquisa esteja atenta aos Códigos de Ética e que a produção científica esteja plenamente condizente com os valores da ciência.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, inscrito/a no RG de N° _____, afirmo ter lido as prerrogativas acima, consultando os responsáveis em caso de dúvidas e estando em condições de me considerar esclarecida(o). Informo que estou ciente de que minha contribuição é voluntária e que qualquer recurso que possa ser proveniente da pesquisa será destinado aos pesquisadores. Declaro, por fim, que tive acesso às informações compartilhadas por e-mail ou pessoalmente, com atenção voltada aos parágrafos destacados pelo pesquisador no que diz respeito às Resoluções.

Dourados, _____ de _____ de 2023.

Colaborador/a

Renata Figueiredo Silva
Pesquisadora

QUESTIONÁRIO DE SELEÇÃO

APRESENTAÇÃO.

Olá, meu nome é Renata Figueiredo, tenho 24 anos, sou mestranda em Antropologia da UFGD, também fui aluna da Pedagogia nos anos de 2017 a 2021. Em 2019 me vi grávida de um menino, atualmente ele tem 3 anos e se chama Yukine, nasceu em 2020. Foi um processo bastante desafiador e continua sendo, uma vez que ele se encontra dentro do espectro autista. A pesquisa gira em torno dessas questões de como é a maternidade dentro da universidade e quais são os obstáculos que enfrentamos cotidianamente para manter nossas vidas, a maternidade e os estudos e/ou trabalho. A conversa é entre vocês, estou aqui para ouvir a realidade de ser mãe, assim como seus pensamentos e opiniões acerca do assunto.

Sendo assim, quero conhecer um pouco sobre vocês.

QUADRO BÁSICO:

Aqui você tem que elaborar um questionário individual, quantitativo para as participantes responderem antes das entrevistas e/ou grupo focal.

QUESTIONÁRIO DE SELEÇÃO

Instruções: Este questionário é individual de forma a conhecer melhor as participantes para o grupo focal destinado à pesquisa de mestrado em Antropologia da estudante já apresentada para vocês.

1. Nome (pode ser um fictício) _____
2. Qual sua idade?
3. Qual sua identidade sexual? E de gênero?
4. Selecione o curso que frequenta: () Pedagogia/FAED () Educação do Campo/FAIND () Engenharia de Alimentos/FAEN
5. Em que semestre você se encontra?
6. Qual seu ano de entrada na Graduação/Licenciatura?
7. Você é uma mulher de etnia-raça: () Branca () Negra - parda e/ou preta () Quilombola () Indígena () Amarela
8. Você é PCD (Pessoa com deficiência)? Se sim, qual?
9. Trabalha ou já trabalhou? Em que você trabalha atualmente? Quantas horas semanais você trabalha?
10. Indique qual (quais) dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar:
 - () Ajudar nas despesas com a casa
 - () Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.)
 - () Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro)
 - () Adquirir experiência
 - () Custear/ pagar meus estudos.
 - () Outros motivos . Quais: _____
11. Sua situação de civil e ou conjugal?
12. Profissão do/da cônjuge (se houver)?
13. Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

14. Quem é a pessoa que mais contribui na renda familiar?
15. Quantas pessoas moram com você (incluindo irmãos, parentes e amigos).
16. Número de filha/o(s)? E a idade?
17. A casa onde mora é?
 - () Alugada
 - () Própria
 - () Cedida
 - () Outra Situação: _____
18. Qual o nível de escolaridade do seu pai?
19. Qual o nível de escolaridade da sua mãe?
20. Você respondeu o questionário socioeconômico da Universidade Federal da Grande Dourados? Se sim, foi considerada Perfil?
21. Você tem preferência nas bolsas assistenciais?
22. Você sabe como funciona para conseguir vagas no CEI-UFGD? Você o utiliza? Se não, por quê?
23. Você sabe como funciona a brinquedoteca? Você a utiliza? Se não, por qual motivo?
24. Sabe como funciona para conseguir a licença-maternidade? Precisou utilizar durante a gestação? Fale sobre isso?
25. Sabe como funciona o acolhimento psicológico no Hospital Universitário?
26. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à universidade?

GUIÃO DO GRUPO FOCAL

EIXO 1. A EXPECTATIVA MATERNA

1. Para você ser mãe é....
2. A gravidez foi planejada? Com que idade você foi mãe?
3. Como o seu/sua companheiro/a reagiu ao receber a notícia da gravidez?
4. Quem estava presente no parto?
 5. Como foram os primeiros dias após o parto?
 6. Como é a participação do seu/sua companheiro/a nos cuidados com as/os filhas/os?
 7. Você imaginava a maternidade...
 8. Como você se descreveria como mãe?
 9. Tem algum sonho ainda não realizado?
 10. Você poderia descrever sua rotina num dia comum?
 11. Qual o filme/série mais recente que você assistiu?
 12. O que faz você se sentir realizada?
 13. Com que idade você começou a trabalhar?
 14. Como foi para você descobrir que seria mãe?
 15. Fale um pouco dos cuidados que você teve no seu processo gestacional? Sua família estava envolvida?
 16. Alguém teve algum cuidado prévio em detrimento a cultura ou superstições dentro da família? Cuidado com o corpo, o que se pode ou não fazer? Cantigas de ninar? Alimentação?
 17. Quem te ajuda a cuidar e com que frequência você a utiliza? (parentes, instituição, vizinha/o(s), babás, etc)
 18. Pra você ser mulher é ?
 19. Qual foi o maior desafio que você enfrentou quando sua criança nasceu?

EIXO 2 - A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

1. Como conciliar trabalho e cuidar das/os filhos?
2. Como você concilia as atividades da universidade e o cuidar das/os filhas/os?
3. Já trancou ou desistiu de estudar por falta de apoio no cuidado das/os filhas/os?
4. Você já enfrentou algum tipo de violência? (de gênero, étnica/racial, sexual, entre outras,)
5. Como tem sido vivenciar a maternidade na universidade?
6. Quanto tempo você dedica aos estudos extra classe? Como tem sido isso pra você? Quais desafios e dificuldades?
7. Como funciona sua jornada diária perante o cuidado com seus filhos/suas filhas? E sua vida acadêmica?
8. Como você observa as atitudes dos professores e das professoras quando trazem suas crianças?
9. A coordenação da sua faculdade atende as necessidades maternas?
10. Os espaços físicos do materno durante seu período de estadia aqui é ?
11. Os programas de assistência estudantil da UFGD?
12. Permanência de mães na Universidade é.... ?
13. Para que as mães continuassem/terminassem seus estudos na academia é necessário.... ?
14. Sua vida entre: maternidade-academia-esposa-trabalho é... ?

15. Qual sua maior dificuldade dentro da Universidade?

EIXO 3 - TRIANGULANDO A REALIDADE VIVIDA

1. Qual foi o melhor conselho que você recebeu como mãe?
2. As pessoas interferem muito na maneira com que você cria e educa ?
3. Você se inspirou em algo que a sua mãe fazia como mãe? Pode falar sobre isso?
4. O que você acha pior de ser mãe? E o melhor?
5. Você teve que desistir de algo por ser mãe?
6. Qual a melhor lembrança que você tem com sua filha/seu filho?
7. Você se dava bem com seus pais?
8. Tinha algum hobby antes de engravidar? E agora, qual é?
9. Qual a amizade mais antiga que você mantém até hoje?
10. Arrepende-se de ter perdido alguma oportunidade?
11. Quais são os seus maiores sonhos? E medos?
12. Você tem planos para o seu próprio futuro?
13. Em qual lugar no “pódio” da sua vida você se coloca?
14. Seus filhos/filhas são...?
15. Autocuidado pra você é ?
16. O que eu gostaria que fosse diferente no universo da maternidade?

QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAIS

Apresentação:

Cumprimentos cordiais,

Meu nome é Renata Figueiredo Silva, sou Mestranda em Antropologia pelo PPGANT/UFGD, orientanda da Dra. Claudia Cristina Ferreira Carvalho e, considerando que o tema da minha pesquisa é “Maternar na Academia: Uma Etnográfica Interseccional sobre mulheres-mães nos cursos de Pedagogia, Educação do Campo e Engenharia de Alimentos da UFGD”, cujo objetivo central é mostrar a presença/ausência e permanência de mulheres que são mães durante suas graduações, com crianças entre as idades de quatro meses à doze anos. Neste sentido, solicito a gentileza em responder ao questionário abaixo, considerando que não tenho acesso a documentos institucionais que versam a respeito:

1) O levantamento socioeconômico é de cunho obrigatório para todas e todos acadêmicas/os? Ou, é obrigatório só para quem busca bolsas estudantis? Ou ainda, o levantamento é apenas para controle quantitativo de pessoas dentro da dimensão universitária? Se não, por que?

2) Qual aos dados quantitativos:

2.1. Quanto à porcentagem/quantidade total de mulheres-mães acadêmicas da graduação (licenciaturas e bacharelado) com filhos entre a idade de 4 meses e 12 anos, no âmbito da UFGD responderam o questionário dentro do ano de 2022 de forma geral?

2.1.1. dá percentual total da universidade, quantas mulheres-mães pertencem ao curso de Pedagogia/FAED; Pedagogia da Alternância/FAIND e do curso de Engenharia de Alimentos/FAEN?

2.1.2 da porcentagem total, quanto corresponde a mulheres negras (pardas e pretas), quilombolas nos cursos citados no item 2.1.1?

2.1.3 da porcentagem total, quanto corresponde a classe trabalhadora (trabalho formal) e não-formal nos cursos citados no item 2.1.1 por tipo de ocupação?

2.1.4 da porcentagem total, quanto corresponde às mulheres indígenas nos cursos citados no item 2.1.1.?

2.1.5. da porcentagem total, quanto corresponde às mulheres PCD - Pessoa com deficiência nos cursos citados no item 2.1.1.? E qual seria a deficiência?

2.1. 6. da porcentagem geral, dos cursos citados no item 2.1.1, qual o perfil etário?

3.1. Solicito a gentileza, de disponibilizar os dados estatísticos/tabela/gráfico/lista referente à quantidade/porcentagem de mães que frequentaram a Universidade entre os anos de 2018 a 2023?

3.2. Qual o quantitativo de pais responderam o questionário socioeconômico em 2022, que faz menção a paternidade, número de filhos/as? Possuem uma lista/tabela com a quantidade/porcentagem de pais que frequentaram a Universidade entre os anos de 2018 e 2023? E, quanto aos cursos descritos no item 2.1.1?

3.3. Há formulários institucionais da UFGD, destinados às mães-acadêmicas destinado a informar às unidades acadêmicas sobre sua condição de gestante/maternidade/maternagem? Além disso, há formulários destinados a estas mulheres específicos para auxílio de bolsas estudantis, vagas para o CEIM, apoio psicológico, licença maternidade, e outros?

3.4. Existem bolsas de auxílio estudantil, ou programas destinados especificamente às mulheres-mães com filhos de 4 meses a 12 anos de idade? Como tem sido a fila de espera para as bolsas (mães-acadêmicas) até serem contempladas?

3.5. Existe outra bolsa, para além do auxílio creche, que as acadêmicas-mães possam solicitar? E por que o auxílio-creche é cortado no período de recesso acadêmico? Qual o motivo de ser apenas R\$200,00?

3.6. Como a _____/UFGD percebe as políticas institucionais de permanência estudantil para acadêmicas com filho/a(s) entre 4 meses a 12 anos? Desafios, avanços e perspectivas futuras.

CAETANO, M. R; PERONI, V. M. V. **O público e o privado na educação Projetos em disputa?**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 21 de outubro de 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de outubro de 2019